



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

DA FESTA À CHACINA: FORMAS DE GESTÃO DA VIOLÊNCIA E DO
CRIME EM SÃO CARLOS/SP

David Esmael Marques da Silva

São Carlos/SP

2014



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

DA FESTA À CHACINA: FORMAS DE GESTÃO DA VIOLÊNCIA E DO
CRIME EM SÃO CARLOS/SP

David Esmael Marques da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal de São Carlos
como requisito para obtenção do título
de Mestre em Sociologia

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jacqueline
Sinhoretto

São Carlos/SP

2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

M357fc Marques-da-Silva, David Esmael.
Da festa à chacina : formas de gestão da violência e do crime em São Carlos/SP / David Esmael Marques da Silva. - São Carlos : UFSCar, 2014.
164 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2014.

1. Crime - aspectos sociológicos. 2. Violência. 3. Polícia. 4. Primeiro Comando da Capital. 5. Estado. 6. São Carlos (SP). I. Título.

CDD: 364.134 (20ª)



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

DAVID ESMAEL MARQUES DA SILVA

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em 30 de maio de 2014

BANCA EXAMINADORA:

Prof.ª Dra. Jacqueline Sinhoretto
Orientador(a) e Presidente
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar

Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fábio Jose Bechara Sanchez
Universidade Federal de São Carlos

Para uso da CPG

Homologado na 47.ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em 11/05/14

Prof.ª Dra. Maria Inês Raúter Mancuso
Vice-Coordenadora do PPGS

Para Adhemar e Leonilda, pelo amor incondicional

Agradecimentos

Sem dúvidas, o mestrado foi o período de maior crescimento da minha vida. Crescimento profissional e pessoal. Durante sua realização enfrentei meus maiores desafios e fiz as coisas que mais me orgulho. Evidentemente, tudo isso não seria possível sem a ajuda de todas as pessoas que estiveram comigo nessa fase, as antigas e as novas. É chegado o momento de, singelamente, agradecê-las com algumas palavras.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Adhemar e Leonilda, que me deram o suporte necessário para que eu chegasse até este ponto, sempre me incentivando a seguir “o caminho dos estudos”. Pelo amor e pelos desafios enfrentados.

Agradeço à minha querida orientadora, Jacqueline Sinhoretto, que me ajudou a construir a pesquisa desde o início e esteve comigo durante todo percurso do trabalho, me apoiando e me puxando a orelha sempre que necessário. Com quem construí as principais linhas de interpretação que ora apresento. A quem incomodei mais do que deveria e com quem construí uma relação muito significativa. A quem admiro muito e cada vez mais, profissional e pessoalmente. Cujo olhar para as questões do social tem uma qualidade que não é para qualquer um e que muito me inspira.

Agradeço às companheiras e companheiros de GEVAC, com quem compartilhei trabalho e amizade inúmeras vezes e tive a oportunidade de crescer muito em todas as atividades que realizamos. Fica aqui o agradecimento especial à Giane Silvestre, Letícia Canonico, Natália Máximo e Melo, Henrique Linica Macedo, Márcio Bonesso, Yasmin Miranda e Julianna Denari, que se tornaram amigas e amigos muito especiais.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, que acolheu meu ainda incipiente projeto de pesquisa e forneceu ótimas condições para a realização do mestrado, me agraciando com uma bolsa do CNPq. Agradeço também aos docentes e discentes com os quais tive a oportunidade de me relacionar e crescer durante as disciplinas e outras atividades do programa.

Agradeço ao Prof. Fabio Sanchez, pelas contribuições e sugestões apresentadas na banca de qualificação sobre um campo que eu pouco conhecia. Ao Prof. Gabriel Feltran pela leitura atenta e sugestões do exame de qualificação.

Agradeço ao Prof. Leonardo Sá e, novamente, ao Prof. Fabio Sanchez pela participação na banca de defesa, pela leitura atenta e pelas importantes contribuições.

Agradeço às companheiras e companheiros da revista *Áskesis* e da comissão organizadora do IV Seminário Internacional do Programa de Pós-Graduação em

Sociologia da UFSCar, com quem muito aprendi e cresci profissionalmente. Construimos um ótimo trabalho.

Agradeço aos novos amigos e aos velhos amigos: ao Alex Arbarotti, pela carinhosa e sincera amizade, pelas longas conversas sobre o seminário, a revista e o amor. Com quem espero ainda trilhar muitos caminhos e construir muitas coisas. Por quem torço muito para que encontre seu caminho. Ao Keith Kurashige e ao Roberto Pina, por compartilharem comigo as tensões dos prazos e os cafés do DS. Ao João Terezani e ao Matheus Caracho, pelas conversas matutinas, vespertinas e noturnas, pelas aulas de culinária e pelas brincadeiras impublicáveis. Aos reacionários amigos ferreirenses: Paulo Mutinelli, Vinícius Pucci, Jean Torrezan, Evelin Libanio (e também ao Bruno Rodrigues, que não é reacionário) pelo carinho e por me forçarem a continuar dialogando com as pessoas que pensam exatamente o oposto do que eu penso.

Por fim, agradeço à pessoa mais importante que encontrei neste caminho: tt. Por tudo. Tudo mesmo: o amor, a companhia, a amizade, as conversas, as leituras, os comentários, a força nos momentos mais difíceis desta trajetória, por não se soltar de mim quando tudo esteve mais complicado do que nunca, por me incentivar a ser sempre melhor, no trabalho e na vida.

Resumo

A pesquisa teve como objetivo conhecer as percepções e práticas de agentes de instituições estatais (servidores da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social de São Carlos, da Polícia Militar do Estado de São Paulo e da Polícia Civil do Estado de São Paulo) com relação à nova organização das dinâmicas criminais e ao Primeiro Comando da Capital (PCC) na cidade de São Carlos, interior do estado de São Paulo. A questão central que mobilizou a pesquisa foi: quais os efeitos da reorganização das dinâmicas criminais nas estratégias estatais de gestão do crime e da violência. Para tanto, a pesquisa empírica se valeu de entrevistas semiestruturadas com agentes estatais, observação participante no centro comunitário na periferia de São Carlos e análise de material de imprensa.

Abstract

The research aimed to understand the perceptions and practices of state institutions agents (servers of the Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social de São Carlos, the Polícia Militar do Estado de São Paulo e a Polícia Civil do Estado de São Paulo) with respect to the new organization of criminal dynamics and the Primeiro Comando da Capital (PCC) in São Carlos, in the state of São Paulo. The main question that mobilized the research was: what are the effects of the reorganization of criminal dynamics in state strategies of crime and violence control. Therefore, the empirical research utilized semi-structured interviews with state officials, participant observation in the community center on the outskirts of São Carlos and analysis of press material.

Lista de siglas

Agentes Comunitárias de Saúde (ACS)
Áreas de Interesse de Segurança Pública (AISP)
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
Batalhão de Polícia Militar do Interior (BPM/I)
Cartões de Prioridade de Patrulhamento (CPP)
Centro Comunitário da Juventude (CCJ)
Centro Comunitário do Jardim Encosta (CCE)
Centro de Ação Psicossocial (CAPS)
Centro de Referência em Assistência Social (CRAS)
Centros de Integração da Cidadania (CIC)
Comandos de Policiamento do Interior (CPI)
Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)
Delegacia de Investigações Gerais (DIG)
Delegacia de Investigações Gerais (DIG)
Delegacia de Investigações sobre Entorpecentes (DISE)
Delegacia de Polícia (DP)
Departamento de Informática do SUS (DATASUS)
Departamento de Inteligência da Polícia Civil (DIPOL)
Discagem Direta à Distância (DDD)
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO)
Informações Criminais (INFOCRIM)
Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)
Ministério Público (MP)
Política Nacional de Assistência Social (PNAS)
Plano de Policiamento Inteligente (PPI)
Polícia Civil do Estado de São Paulo (PCESP)
Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP)
Primeiro Comando da Capital (PCC)
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes e Jovens (PROJOVEM)
Relatório Analítico Gerencial de Inteligência de Segurança Pública (RAGISP)
Secretaria de Administração Penitenciária (SAP)

Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP/SP)

Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS)

Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Sistema Único de Saúde (SUS)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
COMO OS DADOS FORAM CONSTRUÍDOS.....	15
PARTE I.....	23
O CAMPO E OS INTERLOCUTORES NA PREFEITURA.....	25
<i>O CCE e o Jardim Encosta.....</i>	<i>26</i>
<i>O projeto e construção do CCE.....</i>	<i>27</i>
<i>Reforma e o acordo pelo zelo</i>	<i>29</i>
<i>Negociação pela festa: a reinauguração do CCE.....</i>	<i>31</i>
<i>Breve perfil dos funcionários terceirizados da SMCAS.....</i>	<i>31</i>
A GESTÃO DO CRIME E DA VIOLÊNCIA NO JARDIM ENCOSTA	34
<i>As transformações nos padrões de criminalidade e violência no Brasil</i>	<i>35</i>
<i>Justiça criminal e a reprodução de desigualdades.....</i>	<i>39</i>
<i>Nova organização das dinâmicas criminais</i>	<i>42</i>
<i>As respostas do governo do estado ao “fenômeno PCC”</i>	<i>46</i>
<i>CCE como “caixa de ressonância” do bairro.....</i>	<i>48</i>
<i>Dois períodos na percepção do crime e da violência.....</i>	<i>49</i>
<i>“Se apresentar” e “se colocar à disposição”</i>	<i>53</i>
<i>Formas de administração de conflitos: a gestão do crime e da violência na perspectiva de Luma.....</i>	<i>55</i>
<i>O campo da administração de conflitos: o debate sobre suas diferentes formas</i>	<i>62</i>
<i>Alfa: “ordem”, “respeito” e “pulso firme”</i>	<i>69</i>
OUTROS ATORES SOCIAIS NO BAIRRO: A GESTÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”.....	78
<i>Uma perspectiva histórica sobre as políticas públicas no Brasil.....</i>	<i>78</i>
<i>A SMCAS no Jardim Encosta: a capilaridade das instituições e serviços estatais</i>	<i>82</i>
<i>O CCE como mediação entre o Jardim Encosta e outros serviços estatais</i>	<i>82</i>
<i>A Associação de moradores do Jardim Encosta.....</i>	<i>87</i>
<i>As mudanças na SMCAS como efeitos da nova administração municipal em 2013.....</i>	<i>89</i>
PARTE II:	94

PERSPECTIVA INSTITUCIONAL DA POLÍCIA CIVIL SOBRE O CRIME E A ESTRATÉGIA PARA “COMBATÊ-LO”	98
<i>A tradição de estudos sobre Polícia Civil.....</i>	<i>98</i>
<i>Polícia Civil: percepções sobre o PCC antes dos “ataques de 2006” e as mudanças subsequentes na instituição</i>	<i>105</i>
<i>As estratégias, ferramentas e dificuldades da Polícia Civil no “combate” ao “crime organizado”.....</i>	<i>107</i>
A PERSPECTIVA INSTITUCIONAL DA POLÍCIA MILITAR	113
<i>Os estudos sobre Polícia Militar</i>	<i>114</i>
<i>A perspectiva da Polícia Militar sobre o PCC e os “ataques de 2006”</i>	<i>115</i>
<i>Planejamento estratégico na Polícia Militar: a “gestão orientada pela qualidade”</i>	<i>119</i>
<i>Sistemas inteligentes: tecnologia para gestão do crime.....</i>	<i>122</i>
<i>Atividades de inteligência da Polícia Militar.....</i>	<i>124</i>
<i>O utilização da inteligência policial no “combate” ao “crime organizado”</i>	<i>126</i>
<i>O papel da Força Tática na estratégia da Polícia Militar de “combate” ao “crime organizado”.....</i>	<i>127</i>
<i>Dificuldades no “combate” ao “crime organizado”: a perspectiva da Polícia Militar ...</i>	<i>129</i>
A “ONDA” DE HOMICÍDIOS EM 2012.....	133
<i>A “onda” de homicídios de 2012</i>	<i>134</i>
<i>A Polícia Civil na investigação do homicídio do PM e da chacina em São Carlos</i>	<i>140</i>
FORMAS DE GESTÃO DA VIOLÊNCIA E DO CRIME EM SÃO CARLOS.....	143
<i>A percepção da atuação da Polícia Militar no bairro.....</i>	<i>147</i>
<i>Mudanças nas abordagens da Polícia Militar a agentes “envolvidos” com o PCC.....</i>	<i>148</i>
<i>Os enfrentamentos militarizados entre Polícia Militar e PCC: do homicídio do PM à chacina</i>	<i>152</i>
<i>As estratégias estatais de controle do crime.....</i>	<i>157</i>
REFERÊNCIAS	159

Introdução

O projeto de pesquisa do qual este texto é resultado propôs estudar as relações e correlações entre dinâmicas criminais e instituições estatais em São Carlos¹, uma cidade com aproximadamente 200 mil habitantes, localizada na região central do estado de São Paulo.

A proposta da pesquisa se desenhou em dois momentos. As primeiras reflexões acerca da temática do controle estatal do crime surgiram quando presenciei uma situação enquanto estagiava na Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS) de São Carlos².

A SMCAS, além de alguns setores com atribuições relacionadas às políticas sociais especiais e uma unidade na região central, conta com cinco Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e um número um pouco maior de Centros Comunitários distribuídos segundo as regiões da cidade, onde são oferecidos serviços de assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, educadores, além de atividades e oficinas culturais e profissionalizantes que variam ao longo do ano.

A situação que presenciei, e que será apresentada em maior detalhe adiante, colocava em relação funcionários da SMCAS e um conhecido comerciante de drogas ilícitas da região. Tratava-se de uma negociação referente à duração de uma festa promovida pela prefeitura para a entrega da reforma do Centro Comunitário e da revitalização do bairro. A negociação levada adiante por um funcionário da prefeitura, que conhecia o comerciante de drogas, teve como desfecho a realização da festa por

¹ Os nomes de todos os interlocutores da pesquisa, do bairro e dos equipamentos da administração municipal serão substituídos por nomes fictícios de modo a manter em sigilo a identidade dos interlocutores.

² Setor com a responsabilidade de implementar a política de assistência social do município, voltada ao atendimento dos interesses sociais e aspirações da população em situação de risco social; realizar as políticas setoriais visando o combate à pobreza, a garantia dos mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências e a universalização dos direitos sociais; propiciar a participação da população, por intermédio de organizações representativas, na formulação das políticas sociais e no controle das ações; coordenar programas de amparo à família, às mulheres, às pessoas portadoras de deficiência, ao idoso, à população em situação de rua, e a crianças e adolescentes em situação de risco e coordenar as políticas de promoção da igualdade racial e de gênero, bem como de combate a todas as formas de discriminação, dentre outras competências adicionais. Disponível em <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/secretarias-municipais/cidadania.html>. Acesso em 07/03/2014.

algumas horas a mais do que a organização municipal desejava, sob responsabilidade do segundo. Em outras palavras, houve um acordo.

A situação brevemente descrita suscitou naquele momento de elaboração da pesquisa questões relativas às diversas formas de relacionamento possíveis entre agentes de diferentes instituições do Estado e sujeitos das dinâmicas criminais. É possível visualizar um evento no qual o Estado, representado nesta situação por funcionários da SMCAS, está presente em uma região periférica e entra em contato com um agente de dinâmicas criminais. Trata-se de uma instituição estatal, o SMCAS, pouco associada a dinâmicas criminais no debate público que, no entanto, estava negociando algumas questões relativas à vida pública de um território periférico com agentes ligados às dinâmicas criminais.

Nesse sentido, outros questionamentos podem ser levantados: haveria outras situações nas quais o cotidiano de trabalho dos funcionários da SMCAS, em regiões periféricas da cidade, os colocariam em contato com dinâmicas criminais? Ou ainda: quais as percepções que os funcionários da SMCAS, em diferentes níveis de hierarquia, elaboram acerca das dinâmicas criminais?

O segundo momento da construção da proposta da pesquisa se deu no contato com a literatura sociológica e antropológica sobre violências e dinâmicas criminais. Conceitos como “crime”, “mundo do crime” e “novas dinâmicas criminais” são trabalhados por uma nova geração de pesquisadores que estudam questões relativas ao mercado ilegal de drogas e roubos, e uma moralidade presente entre os sujeitos relacionados a estes mercados e nos territórios por eles ocupados, sejam áreas urbanas periféricas ou unidades prisionais. Os principais autores que debatem esses conceitos são Telles (2010), Feltran (2011), Biondi (2009), Biondi; Marques (2009), Hirata (2010), Dias (2011). Trata-se, portanto, de uma esfera de ação específica onde se desenvolvem atividades criminais, apesar do que a nomenclatura “crime” possa sugerir.

Percebe-se um alinhamento entre estes trabalhos no que tange a questão da reorganização das dinâmicas criminais que envolvem, em especial, o tráfico de drogas na virada dos anos 2000. Neste contexto, o surgimento e desenvolvimento do PCC (Primeiro Comando da Capital) em São Paulo - inicialmente dentro dos presídios e depois transbordando estes - é apontado como a principal consequência da referida reorganização das dinâmicas criminais.

Partindo desta produção sociológica sobre o “crime” e as novas dinâmicas criminais introduzidas pelo PCC, a presente pesquisa questiona de que maneira os

agentes das instituições estatais concebem a reorganização das dinâmicas criminais e como estas interferem em suas práticas. Seria o PCC um ator relevante nas percepções dos agentes de diferentes instituições estatais no interior de São Paulo? Em que medida o contexto de São Carlos se aproxima dos fenômenos observados por estes autores?

Desde as inquietações iniciais da pesquisa, até o processo de coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas e observações realizadas junto aos agentes de instituições estatais em seu trabalho cotidiano, os questionamentos principais deste trabalho se diversificaram. O contato com as narrativas dos interlocutores acerca da relação entre agentes estatais e agentes ligados às dinâmicas criminais possibilitou a construção de um quadro composto por situações de conflitos com diferentes características e administrado de formas distintas em cada contexto pelos mesmos agentes. Isto é, com recurso a diferentes expedientes para fazer sua administração, nem sempre utilizando os canais institucionais para tanto.

A apresentação das narrativas que se seguem tem como objetivo demonstrar a forma como a pesquisa foi construída e como novos questionamentos foram percebidos durante seu desenvolvimento. Passou-se de um primeiro momento no qual a principal problemática que norteava a pesquisa era a relação entre agentes de instituições estatais e agentes das dinâmicas criminais em um bairro periférico, em sentido mais geral, em direção a um segundo momento, caracterizado pela identificação de um quadro complexo de situações que colocavam sob foco agentes estatais e suas percepções acerca das alternativas para administração de conflitos acessíveis em cada contexto.

Como os dados foram construídos

Desde o início, o objetivo da pesquisa foi captar como as dinâmicas criminais e o PCC em São Carlos afetavam os agentes e as instituições estatais ligados ao controle do crime e à assistência social da população das periferias da cidade. Isto é, o objetivo era captar uma multiplicidade de perspectivas dos diversos agentes ligados a instituições que, em comum, possuíam a característica de comporem o que comumente denominamos Estado e que tinham uma atuação voltada, sobretudo, às populações de periferias.

Por meio da análise sobre as percepções e relações desenvolvidas entre as instituições estatais e o PCC e, de modo estrito, nas relações estabelecidas entre agentes estatais ligados ao controle do crime e assistência social com agentes criminais, esta pesquisa apostou-se nas possibilidades que essa pluralidade de pontos de vista poderia trazer para a problematização efetiva da noção de Estado unívoca, onde as estratégias e ações de todas as partes componentes concatenam-se de modo a atingir sempre os mesmos objetivos centralmente estabelecidos.

Desta proposta deriva o desenho metodológico da pesquisa, valendo-se de diferentes fontes e métodos para a produção de dados. O percurso trilhado por este trabalho reflete seu objetivo de explorar uma diversidade de pontos de vista, utilizando, portanto abordagens e métodos variados. Assim como reflete as condições de realização da pesquisa, considerando aqui os limites de tempo para realização de uma pesquisa de mestrado.

O projeto de pesquisa previa a realização de entrevistas semiestruturadas com agentes de diferentes instituições estatais (SMCAS, Polícia Civil e Polícia Militar). No que tange a SMCAS, o acesso ao campo para o desenvolvimento desta estratégia de pesquisa estava bastante consolidado porque estagiei na SMCAS durante quase um ano,

tendo desenvolvido uma rede de contatos na unidade central desta Secretaria, como também em alguns Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) nos quais trabalhei durante um tempo.

O objetivo desta estratégia de pesquisa era acessar as práticas e percepções destes diferentes agentes, em diferentes níveis hierárquicos, de modo a compreender as relações que se desenvolvem entre profissionais das instituições estatais e agentes de dinâmicas criminais, bem como as percepções que eles elaboram sobre suas interações. Assim, durante o período de realização destas entrevistas surgiu a possibilidade de realizar visitas semanais a este equipamento, conhecer sua equipe, suas atividades, as pessoas que o frequentam cotidianamente e suas histórias. Isto porque durante entrevista com Luma, supervisora do Centro Comunitário do Jardim Encosta (CCE), as narrativas acerca do cotidiano do CCE e do CRAS da região apresentadas durante a entrevista apontavam para relações desenvolvidas entre os profissionais das instituições estatais, a população e os sujeitos das dinâmicas criminais naquele território.

No período subsequente à entrevista com Luma passei a visitar semanalmente o CCE. Chegava pela manhã, almoçava com a equipe e partia quando as atividades se encerravam. Acompanhava a movimentação das crianças, adolescentes e adultos que frequentavam aquele espaço em dias diferentes da semana. Conversava com os agentes que compõem a equipe do CCE, observava um pouco de seu trabalho, sua relação com a população e registrava tudo em diário de campo.

Essa experiência me levou a refletir sobre a perspectiva apresentada por Cicourel (1980). Este autor examina as contribuições da bibliografia norte-americana no que se refere a discussões teóricas e metodológicas sobre a pesquisa de campo, em especial a observação participante e as entrevistas, no sentido de constituir alguns ideais de pesquisa social, muito difíceis de serem alcançados. Descrevemos brevemente as principais indicações deste autor para este modelo ideal de pesquisa de campo.

Em primeiro lugar, o pesquisador deve formular tão claramente quanto possível seus objetivos com a pesquisa de campo. Em seguida, deve conseguir todas as informações possíveis acerca da situação de pesquisa e a literatura específica sobre o problema a ser estudado. O pesquisador deve deixar claro quais os tipos de informações necessários para cumprir seus objetivos na pesquisa. Finalmente, manter anotações cuidadosas sobre cada etapa da pesquisa. Estas podem demonstrar as relações entre suas intenções, teoria e metodologia, e mudanças de posição ao longo do tempo.

Segundo Cicourel, “(...) é comum sustentar-se que uma das virtudes da observação participante é que o pesquisador é capaz de modificar continuamente concepções e resultados anteriores, à luz das experiências subsequentes” (CICOUREL, 1980, p. 119). Neste sentido, este autor concorda com Becker sobre a importância do registro e apresentação dos dados e inferências construídas pelo pesquisador na forma de uma “história natural”, isto é, explicitando as etapas pelas quais se passou para chegar a estes dados e inferências.

Esta forma de organização do trabalho permitiria que o pesquisador pudesse perceber mais claramente as mudanças em suas concepções, dados, métodos e inferências. O problema da posição ocupada pelo pesquisador na comunidade estudada é apresentado por Cicourel (1980) sob a perspectiva de um contínuo que vai desde o polo “observador total” até o “participante total”, dizendo respeito a integração do pesquisador em relação aos papéis que desempenhará junto ao grupo e ao conhecimento que o grupo tem do trabalho do pesquisador. Como participante total, por exemplo, seu objetivo e sua identidade real não são conhecidos pelo grupo estudado. Interage com a maior naturalidade possível em todas as situações que lhe interesse atuar e que lhe sejam acessíveis.

Tendo em vista os vários papéis que o pesquisador pode assumir neste contínuo, desde mais participante até mais observador, a reflexão é sobre a importância de se aprender a natureza das relações do grupo. Neste sentido, a participação mais intensa expõe o pesquisador às dinâmicas rotineiras e não rotineiras do grupo.

O risco dessa forma de se relacionar em campo seria o de “virar nativo”, adotando a maneira de perceber e interpretar o ambiente que é própria do grupo, perdendo assim a capacidade de identificar questões importantes para a pesquisa. Para contornar esta situação, de modo a permitir uma vivência integrada ao grupo sem perder o distanciamento necessário para conseguir identificar as questões importantes na pesquisa, Cicourel (1980) sugere que é preciso que o pesquisador se torne consciente dos papéis que representa junto ao grupo e que organize saídas do campo para visitar o que aconteceu e que caminhos a pesquisa está tomando.

Neste particular, a presente pesquisa nos incentiva a pensar da mesma forma, pois sair do campo durante um período para dedicar tempo e esforço de revisão e organização de todo material coletado de modo a perceber as principais questões às quais se teve acesso possibilitou a identificação de novas questões e novos rumos a serem perseguidos na pesquisa de campo.

O caminho que percorrido até este momento da pesquisa se aproxima em alguns aspectos ao modelo apresentado por Cicourel. A primeira situação empírica descrita no início deste trabalho contribuiu para que os questionamentos centrais fossem construídos no princípio da pesquisa. A busca dos interlocutores para a realização das entrevistas e os roteiros que as guiaram tinham como objetivo nos ajudar a conhecer quais as percepções dos profissionais das instituições estatais sobre as dinâmicas criminais do bairro onde trabalham cotidianamente, e quais outras relações poderiam se desenvolver entre estes e os sujeitos das dinâmicas criminais neste contexto, para além da situação de negociação descrita.

No decorrer do período de realização das entrevistas, em especial a entrevista com Luma no CCE, a possibilidade de realizar pesquisa de campo através da observação participante foi construída. Observar os funcionários da prefeitura e seu trabalho mais de perto, suas relações com a população do bairro e os problemas que enfrentam cotidianamente se mostraram oportunidades importantes para o conhecimento das informações que pudessem ajudar a responder as questões iniciais da pesquisa. O registro de todas as histórias ouvidas foi feito em diário de campo durante e após cada visita semanal realizada.

Para a sistematização dos dados coletados foi necessário o afastamento do campo onde se fazia observação direta. A revisão e a análise do material produzido possibilitaram a formulação de novas questões de pesquisa. A partir de uma resposta, ao menos parcial, às perguntas iniciais da pesquisa.

Os dados evidenciam que os funcionários da prefeitura que trabalhavam na região do Jardim Encosta, ou que conheciam o bairro antes mesmo de assumirem posições na SMCAS, por exemplo, identificavam moradores da região ligados às dinâmicas criminais, aos quais poderiam recorrer em certas situações que precisavam administrar, sobretudo quando se tratava de problemas de relacionamento com os moradores do bairro, danos e furtos ao patrimônio público.

Os dados, no entanto, permitiram visualizar um quadro no qual os mesmos agentes estatais, ao se depararem com situações de conflito com outras características, optavam por se utilizar de expedientes diversos para administrá-las, podendo mesmo recorrer a instituições ou canais públicos destinados a tanto. Somaram-se situações de conflito em que diferentes instituições estatais oferecem respostas por meio de distintos expedientes, legais, extralegais ou ilegais.

A composição deste quadro levou ao questionamento de como algumas alternativas de administração de conflitos, que compõem este repertório, se consolidaram no contexto social observado pela pesquisa. Assim, foi buscado apoio na literatura das ciências sociais que trabalha a seguinte questão: como foi possível aos agentes das dinâmicas criminais se consolidarem enquanto instância de administração de conflitos em regiões periféricas das cidades?

Deste questionamento, deriva outro, mais específico: quais as relações entre o processo descrito pela bibliografia e o contexto desta pesquisa? As pistas indicadas pela literatura devem nos ajudar a refletir sobre nossos dados.

Conforme exposto, o distanciamento do campo de pesquisa e a sistematização dos dados produzidos permitiu o oferecimento de uma resposta parcial à questão inicial de pesquisa e a formulação de novas questões para guiar o adensamento das análises e reflexões acerca do contexto estudado. Algumas das indicações oferecidas por Cicourel para a pesquisa de campo se mostraram produtivas, assim como a reflexão acerca das etapas percorridas – questões iniciais, direcionamento das entrevistas, observação participante, sistematização dos dados, formulação de novas questões - para que o presente texto oferecesse uma compreensão melhor elaborada do que significou cada período.

Na Parte I do trabalho, as características das cenas que seguem devem-se à diversidade das fontes de informação, isto é, entrevistas semiestruturadas que puderam ser gravadas, observações de campo, conversas informais com diversos agentes registradas em caderno de campo e o acesso a material de imprensa na internet. A composição destas cenas é um esforço de sistematização das histórias contadas por diferentes interlocutores, algumas vezes as mesmas histórias, em distintos momentos.

A análise do material coletado pela pesquisa de campo até aquele momento evidenciou que o contexto vivenciado pelos moradores do Jardim Encosta durante a segunda metade de 2012 estava diretamente relacionado a um conflito entre os agentes dinâmicas criminais e a Polícia Militar.

Em 2012 o campo da segurança pública estadual foi marcado por uma “onda” de homicídios com características de execução. Em São Carlos não foi diferente. Uma “onda” de homicídios se iniciou com a execução de um policial militar em horário de folga, passou por diversas execuções pontuais nas periferias da cidade e culminou numa chacina em que foram mortos sete dependentes de *crack* em situação de rua. Situações semelhantes foram vistas na grande São Paulo e em outras cidades do interior do estado.

Como estes eventos de execuções e chacinas envolviam também as outras duas instituições estatais de interesse da pesquisa (Polícia Civil e Polícia Militar), foram incorporadas ao roteiro das entrevistas com os policiais civis e militares questões que os incentivavam a formular enunciados sobre estes casos. As respostas dos interlocutores evidenciaram percepções e práticas que os agentes destas instituições estatais desenvolvem em relação às dinâmicas criminais e aos momentos de “crise” da segurança pública.

Portanto, na Parte II da pesquisa investigou-se quais as percepções acerca das mudanças nas dinâmicas criminais elaboradas pelos profissionais da Polícia Civil e da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Também buscou-se compreender se a estas mudanças, evidenciadas pelos “ataques de 2006” atribuídos ao PCC, seguiram-se transformações nestas instituições. Ou seja, se o PCC passou a fazer parte das preocupações do trabalho cotidiano destes profissionais, assim como as formas pelas quais se faz a gestão do crime neste novo cenário.

Diferentemente da estratégia de pesquisa com os funcionários da prefeitura, os quais já eram conhecidos, nesta estratégia o acesso ao campo não estava consolidado de antemão e o esforço se deu no sentido de explorar alguns contatos facilitados pelas relações do grupo de pesquisa com alguns agentes. Desta forma, a aproximação foi iniciada com a solicitação de entrevistas de um delegado da Polícia Civil e de um Tenente-Coronel da Polícia Militar. As solicitações foram atendidas e as entrevistas foram realizadas. No caso do Tenente-Coronel, como seu posto de trabalho não era mais em São Carlos, ele nos indicou o Major que o sucedeu na posição.

Com o contato desenvolvido por meio das entrevistas com o delegado e com o Major, foram pedidas indicações de outros interlocutores em suas instituições, de modo a captar uma pluralidade de perspectivas. Esta pluralidade possibilitaria a montagem de um quadro que pudesse basear a análise do discurso institucional. Assim, foi possível a realização de mais três entrevistas com policiais militares (um Capitão, um Tenente e um Cabo).

Por outro lado, em relação à Polícia Civil, embora tentada, por diversos motivos não foi possível a realização de entrevista com outro delegado da cidade. No entanto, a entrevista realizada, por conta da ampla experiência daquele delegado dentro da Polícia Civil, nos forneceu material e pistas suficientes para que pudéssemos refletir sobre as questões da pesquisa da perspectiva de integrantes desta instituição.

Do ponto de vista do procedimento de entrevista adotado, os roteiros que as encaminharam refletiam as perguntas da pesquisa. Partia-se de questões de identificação dos entrevistados e de sua trajetória profissional, passando por questões mais gerais sobre o PCC e sobre a atuação do Estado diante da facção, que incentivavam os entrevistados a refletir e formular enunciados sobre suas percepções a respeito do que é o PCC. As estratégias utilizadas pelas instituições estatais para o combate³ à facção e seus julgamentos acerca da “efetividade” destas também foram exploradas.

Em outro sentido, os “ataques de 2006”, e dois acontecimentos que se deram em São Carlos durante 2012 - o homicídio de um policial militar e a chacina de sete dependentes de *crack* em situação de rua, se mostraram pontos interessantes para análise do discurso institucional. Assim, os questionamentos sobre qual contexto possibilitou tais ocorrências, assim como qual o encaminhamento foi dado pelas instituições estatais aos acontecimentos. Desta forma, estes casos tornavam mais visíveis as dinâmicas relativas à gestão do crime e da violência por parte das polícias em questão.

Questionava-se ainda o que representou a ocorrência dos “ataques de 2006” para a instituição do entrevistado e quais mudanças foram impulsionadas por esta ocorrência. Por fim, explorou-se o significado do contexto no qual se deu o homicídio de um policial militar e várias outras execuções na cidade, assim como qual foi o tratamento institucional oferecido a estes casos.

Com base no material produzido através da transcrição, organização e análise das entrevistas realizadas foi possível a elaboração de dois quadros representativos dos discursos institucionais, compostos a partir das falas dos profissionais entrevistados. O discurso institucional foi identificado nas entrevistas, uma vez que nossos interlocutores ocupam posições de “gerenciamento” em diversos níveis⁴ em suas instituições, isto é, um major, um capitão, um tenente e um delegado, suas perspectivas correspondem justamente ao papel dos sujeitos que dispõem de uma compreensão mais larga e ampla dos processos que envolvem o cumprimento das atribuições de sua instituição. Possuem subordinados ao seu comando e suas decisões impactam mais sujeitos e processos na medida em que se deslocam em direção ao topo da hierarquia.

³ Combate é o termo utilizado pelos interlocutores da pesquisa na PMESP e na PCESP para se referir à missão destas instituições, sobretudo no que diz respeito ao enfrentamento do chamado “crime organizado”.

⁴ O único praça da PM entrevistado foi um Cabo, e os momentos nos quais sua perspectiva for acionada no decorrer do trabalho, esta será devidamente identificada.

Os quadros de análise construídos permitem acessar a perspectiva de cada instituição sobre o crime em geral, sobre o que é o PCC, como este se organiza e se sustenta, quais as principais mudanças no funcionamento da instituição foram percebidas desde 2006, quais as principais estratégias utilizadas no “combate” ao crime em geral e ao PCC enquanto “crime organizado”. Em seguida, a análise se complexifica quando seu foco é colocado sobre as execuções ocorridas em São Carlos durante a segunda metade de 2012 e é possível problematizar as relações entre as dinâmicas criminais e as dinâmicas próprias às instituições que se dedicam a gestão do crime e da violência.

Por fim, outro ponto metodológico que merece atenção é a utilização de material de imprensa e de páginas de instituições na internet, de modo a completar a composição das cenas específicas ou ainda para a obtenção de informações mais detalhadas sobre indicações dadas por nossos interlocutores no decorrer da pesquisa.

PARTE I

O BAIRRO, A SMCAS E O “CRIME”

Na primeira parte deste trabalho será apresentada justamente a primeira parte, numa perspectiva cronológica, da pesquisa realizada. A primeira parte refere-se, sobretudo, a construção da interlocução com os funcionários da prefeitura e com os moradores do bairro Jardim Encosta. Nesta parte, serão caracterizados o campo, os principais interlocutores e apresentadas as percepções dos funcionários da prefeitura acerca do crime e da violência no bairro.

Também serão descritas as cenas de diversas formas de administrações de conflitos às quais tivemos acesso, seus principais atores, assim como sua problematização. Serão apresentados ainda outros atores sociais presentes no bairro e as mudanças percebidas no CCE após a entrada em cena da nova administração municipal. Por fim, será construído um diálogo com a bibliografia sobre administração de conflitos, que permitirá a formulação de alguns questionamentos acerca do debate sobre acesso à justiça no país.

O campo e os interlocutores na prefeitura

Neste capítulo apresentaremos o trabalho de campo e os interlocutores no que tange à primeira parte da pesquisa, realizada junto à prefeitura municipal de São Carlos, mais especificamente, ao equipamento administrado pela Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS), assim como apresentaremos a cena que ensejou a reflexão que deu início à pesquisa.

Conforme já apresentado na seção sobre o percurso metodológico e as estratégias de pesquisa, o projeto previa a realização de entrevistas semiestruturadas com funcionários da prefeitura anteriormente conhecidos devido a uma experiência profissional anterior do pesquisador. Durante visita ao CCE para a realização de uma das entrevistas, foi possível perceber o caráter estratégico do Centro para a administração de certos conflitos ocorridos naquele bairro. Os ajustamentos construídos entre funcionários da SMCAS, moradores do bairro e agentes das dinâmicas criminais pareceram indicativos do modo de lidar com os conflitos que se desenvolviam localmente.

Durante as visitas semanais ao CCE surgiram oportunidades de conhecer outros interlocutores, assim como conhecer mais de perto o cotidiano de funcionamento deste equipamento da SMCAS e as histórias que se passavam na região e que demonstraram ser muito interessantes para a pesquisa. A análise destes ajustamentos entre funcionários da SMCAS, agentes das dinâmicas criminais e moradores do bairro evidenciaram a importância adquirida pelos agentes criminais no rol de atores sociais convenientes para a realização das administrações de conflitos locais.

O CCE e o Jardim Encosta

O Centro Comunitário do Jardim Encosta, ou CCE, como é mais conhecido, fica na principal avenida do bairro. Sua construção robusta contrasta bastante com a paisagem do bairro, composto, sobretudo por habitações muito simples. O CCE possui a cobertura arredondada da quadra e o reservatório de água em formato de cilindro bastante alto, ambos bastante visíveis a quem passa pela avenida.

O CCE possui campo de futebol, quadra poliesportiva, duas grandes salas de atividades, uma pequena sala de aula, uma pequena secretaria, dois grandes banheiros e uma cozinha, bem como alguns espaços de convivência. Ao lado do CCE existe uma Unidade de Saúde da Família, mais conhecida como *postinho* pelos moradores, que compartilha a mesma entrada do CCE.

A principal atividade desenvolvida pelo CCE no período em que o visitei era o chamado *projeto*⁵ com crianças de cinco a doze anos. Este era desenvolvido em dois períodos, as crianças que iam para a escola na parte da manhã frequentam o *projeto* à tarde, e as crianças que estudavam à tarde o frequentavam pela manhã. Havia um monitor responsável pelo *projeto*, que é quem acompanhava as crianças dentro da sala, onde trabalhavam escrita, leitura, coloriam desenhos e brincavam. A cada dia havia uma proposta. A segunda-feira, por exemplo, o dia era de atividade livre e as crianças podiam levar seus próprios brinquedos, ou utilizarem os brinquedos do CCE. Podiam ainda brincar com bola na quadra. Tanto na parte da manhã como da tarde havia merenda para as crianças. Por causa do *projeto*, as crianças eram majoritárias na intensa movimentação durante os dias. Aproximadamente 15 crianças frequentavam o CCE de manhã e 20 crianças à tarde.

O CCE oferecia uma atividade esportiva para os adolescentes a partir dos 12 anos. Havia um professor disponível duas vezes por semana para ensinar futebol. Entretanto, as turmas para esta atividade encontravam-se vazias. Segundo o professor, alguns adolescentes frequentaram as aulas no começo de 2013, mas logo foram deixando de participar. Isto seria devido à existência de um time de futebol em um bairro próximo com treinos em horários concorrentes.

O mesmo professor de futebol também era responsável pelas aulas de ginástica para adultos e idosos. Estas aulas eram oferecidas duas vezes por semana, mas as turmas

⁵ As palavras grafadas em itálico se referem a termos utilizados por meus colaboradores e colaboradoras de pesquisa.

também estavam vazias. Este professor oferecia as mesmas atividades em equipamentos da prefeitura localizados em outras regiões da cidade, onde havia boa frequência de participantes.

Seis pessoas, todos adultos ou idosos, frequentavam o CCE duas vezes por semana na parte da manhã para acompanhar o projeto de alfabetização de jovens e adultos. A presença dessas pessoas era bastante discreta no CCE, enquanto a das crianças era bastante barulhenta, antes e depois dos horários de atividade do *projeto*.

Pessoas que não estavam inscritas em atividades ou projetos também iam ao CCE. Em geral procuravam informações sobre benefícios sociais e cursos, ou compartilhavam problemas que algumas vezes podiam ser geridos pela rede de assistência social municipal.

Nesta região da cidade a assistência social está presente através do CCE, de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e de outro centro comunitário, abrangendo diversos bairros e aproximadamente 400 famílias. A partir de 2013, os CRAS passaram a oferecer atividades apenas para pessoas que participam do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, enquanto os centros comunitários ofereciam atividades para a população em geral, mas com foco na população considerada em situação de vulnerabilidade social decorrente de causas diversas.

A equipe que trabalhou no CCE entre 2012 e 2013 era composta por oito pessoas. A supervisora era Luma, Dona Divina era a merendeira e Cândida era a faxineira. Caruso e Celso eram os zeladores. Havia também o professor do *projeto*, o professor do futebol e a professora do projeto de alfabetização. Segundo Luma, havia falta de profissionais para trabalhar no CCE. Entretanto, afirmou que para que os profissionais fossem bons no trabalho cotidiano era preciso que tivessem “perfil”, isto é, fossem pessoas com as características de humildade e paciência. Era preciso que construíssem uma relação de confiança com a população, soubessem conversar em uma linguagem simples e se relacionar com pessoas carentes e com muitos problemas e, sobretudo, tivessem afeição pelo trabalho desenvolvido.

O projeto e construção do CCE

No local onde hoje existe o CCE antigamente havia apenas um campo de futebol e uma bica, onde os moradores do bairro buscavam água para uso doméstico. A

construção do CCE se deu entre 2003 e 2004, no âmbito de um grande projeto de reestruturação urbana financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Para ter acesso aos recursos do BID, a prefeitura realizou um diagnóstico socioambiental e um projeto para encaminhar importantes transformações na qualidade das habitações e dos pavimentos, na relação do bairro com as áreas de preservação ambiental do entorno e nas questões de sustentabilidade e gestão participativa da comunidade. A região ainda é considerada um dos núcleos de pobreza mais antigos da cidade.

Contudo, alguns problemas foram enfrentados no planejamento e na execução do projeto. A prefeitura não conseguiu justificar a reestruturação de todo bairro junto ao BID, isto é, foi contemplada com recursos suficientes para executar as obras em apenas uma parte do bairro. A outra parte, sobretudo a mais distante das áreas de preservação ambiental, obteve melhorias por meio de recursos da própria prefeitura e em menor volume.

No que tange à arquitetura, paisagística e infraestrutura, houve a construção de rede de esgoto, a regularização de terrenos, a construção de moradias e a recuperação de áreas de preservação ambiental degradadas. Em relação às atividades comunitárias e participativas, houve a construção do CCE, que seria mantido pela prefeitura e gerido pela comunidade.

No que dizia respeito às atividades de gestão comunitária e participativa, a prefeitura promoveu um curso de lideranças comunitárias junto a uma casa de cultura, que acabou por não ser bem-sucedido. A realização deste curso enfrentou resistências por parte da população, mas também de setores da prefeitura, sobretudo com relação à criação de um jornal popular que pudesse tecer críticas à administração municipal. Durante um curto período o CRAS funcionou no espaço do CCE, mas posteriormente foi transferido para o espaço onde funciona desde então.

O período entre a inauguração do CCE em 2004 e sua reforma em 2011 foi marcado pela utilização do espaço por agentes das dinâmicas criminais do bairro. Os relatos dos funcionários referiam-se a uma série de situações envolvendo comércio de drogas, acertos financeiros, aplicação de punições e espancamentos relacionados a este comércio. Após um período trabalhando em outro equipamento da administração municipal, Dona Divina havia retornado ao CCE em maio de 2009 sob a supervisão de Edviges, e relatou ter presenciado a aplicação de muitas punições que frequentemente a

faziam passar mal e necessitar de atendimento médico no *postinho*. Em várias destas ocasiões Dona Divina pedia a Edviges para ser substituída, mas era convencida a continuar no CCE. Outros funcionários relataram a realização de *debates*⁶, presenciais ou via conferência telefônica, por integrantes do PCC, no espaço do CCE.

Reforma e o acordo pelo zelo

A pesquisa conheceu duas versões sobre a mudança na utilização do CCE. Na versão mais frequentemente ouvida, antes da reforma o CCE era caracterizado por adjetivos como “abandonado”, “sujo”, “bagunçado”, e ressaltava-se sua utilização para atividades relacionadas ao tráfico e consumo de drogas. Assim, segundo a maior parte dos colaboradores de pesquisa, no início de 2011, a prefeitura decidiu realizar uma reforma e revitalização no CCE, e promoveu uma reunião com a comunidade para informar os novos planos para aquele espaço e também para estabelecer um acordo com a comunidade, no sentido da observância de certo zelo pelo espaço, isto é, o comprometimento de não permitir que os equipamentos, como quadra, cozinha e banheiros fossem inutilizados propositalmente ou por má utilização.

Construiu-se também um entendimento sobre a impossibilidade de existência de tráfico e consumo de drogas naquele espaço, tendo em vista que seria um ambiente frequentado por crianças e adolescentes. Em outras palavras, houve o estabelecimento de uma responsabilidade compartilhada pela manutenção do CCE, àquela altura considerado degradado e depredado. Dessa reunião com a população participaram funcionários de diferentes secretarias da prefeitura, um vereador e muitos moradores do bairro.

Desta forma, a principal decisão encaminhada foi a de que a comunidade indicaria dois zeladores e uma faxineira que seriam contratados pela prefeitura como

⁶ *Debates* são mecanismos de administração de conflitos organizadas e orientadas por regras compartilhadas entre os sujeitos relacionados às dinâmicas criminais. Segundo Telles, um “debate” “é uma espécie de tribunal em que as partes envolvidas são chamadas a dar sua palavra para esclarecer, justificar, apresentar suas razões e, se for o caso, se desculpar. No debate estão sempre em jogo soluções de vida e de morte. O que vale é o poder da palavra. É um jogo (mais parece duelo) de provas – provas da palavra, da palavra empenhada, do argumento bem posto e aceito (ou não) em suas razões. O mediador é a figura central: uma figura do PCC, quase sempre de fora do bairro, que poucas pessoas conhecem, mas que impõe respeito porque é ele quem conduz os trabalhos e encaminha a deliberação final. O resultado pode ser um acordo ou alguma forma de punição: um “corretivo”, a expulsão do bairro, proibição de vender drogas na região, outras. Ou, então, a morte – condenação sumária e irrevogável” (TELLES, 2010).

funcionários terceirizados, os quais seriam responsáveis pela manutenção e conservação do CCE, sobretudo frente às crianças do bairro. Após algumas reuniões chegou-se aos nomes das pessoas que seriam contratadas pela empresa que presta serviços à prefeitura.

Por outro lado, durante o trabalho de campo, tomamos contato com uma versão diferente sobre o mesmo processo. A visão de Cândida sobre a reforma e a reunião que a precedeu difere da visão dos outros colaboradores. Assim, ela afirma que a reunião entre prefeitura e moradores tinha como principal objetivo a regularização dos cadastros e dívidas dos moradores do bairro com o serviço de água e esgoto do município e com relação à reforma, que não teria passado de uma pintura no CCE.

Cândida conta que o CCE encontrava-se abandonado, quebrado e sujo. Havia muitos conflitos pela utilização do espaço, não era possível usar os banheiros e muitas pessoas consumiam drogas naquele ambiente. Ela teria começado a cuidar do equipamento voluntariamente e, após algum tempo, procurou a então secretária de assistência social da prefeitura e demandou um salário pelos serviços que prestava. Processo semelhante teria ocorrido com Caruso, que também já cuidava do CCE. Assim, ela, Caruso e Celso teriam conseguido o contrato como funcionários de uma empresa que presta serviços à prefeitura.

Desta forma, para que o CCE realmente fosse transformado, teria se iniciado um processo de reuniões e conversas com os outros moradores, sobre a necessidade de preservação do CCE que seria um espaço de utilização das crianças e adolescentes, distante das influências das drogas e do tráfico. Após divergirem sobre como ocorreu o processo de acordo sobre a preservação do CCE, as versões convergem novamente quando tratam do caráter do trabalho realizado pelos zeladores e pela faxineira. Assim, Caruso relata em que consistiu o princípio do trabalho no CCE:

No começo foi mais estar batendo de frente com os jovens mesmo, com o pessoal que fazia uso do espaço pra tráfico, pra uso, então foi conversando com eles. Mas o pessoal teve um entendimento, o pessoal do crime também teve entendimento. Até agora, graças a Deus, não teve nenhum (...) não tem mais tráfico, não tem mais uso de drogas. Se acontece, é coisa mínima, pessoas que não sabem, mas a gente notifica, a gente fala que não pode ter mais isso no espaço, isso e aquilo. Então o pessoal entende, o pessoal respeita e quando quer fazer uso, usa pra fora, não usa dentro do espaço, pra estar respeitando o que a comunidade impôs. Inclusive teve até um pessoal que era do *corre* que participou. Não teve problema, foi tranquilo e até hoje é tranquilo (Caruso).

Os zeladores se revezavam nos dias da semana e passavam o dia todo no CCE observando as crianças e repreendendo-as quando eram desobedientes com os outros

funcionários ou quando faziam algo que poderia danificar o equipamento. Os dois zeladores eram moradores antigos do bairro e tinham o respeito das crianças. Muitas vezes, respeitavam suas ordens mais do que respeitavam as de outros funcionários. Se em alguma situação esse respeito e autoridade não fossem suficientes para resolver a questão, o caso poderia ser levado ao conhecimento de integrantes do PCC do bairro, que poderiam intervir na administração do conflito.

Negociação pela festa: a reinauguração do CCE

Uma vez reformado e revitalizado o CCE e algumas praças do bairro, a prefeitura decidiu promover uma festa de reinauguração. A festa foi planejada para começar pela manhã e acabar no começo da noite, contando com comida, brinquedos e atividades para as crianças e música de grupos de rap da região do Jardim Encosta.

Os organizadores da festa no CCE estavam se desentendendo com Alfa, um comerciante de drogas ilícitas e conhecido como principal liderança do PCC no bairro. O problema girava em torno da duração do evento. No planejamento original da organização a festa terminaria às 20h, mas Alfa queria que a festa fosse até às 23h.

No dia anterior à festa, os organizadores⁷ pediram a Gama⁸ que conversasse com Alfa e chegasse a um acordo sobre sua duração. Assim, Gama buscou conciliar os interesses das duas partes, organização da festa e Alfa. No dia seguinte, a festa durou até às 22h, sendo que até as 20h a organização da festa esteve sob responsabilidade dos funcionários da prefeitura e, entre as 20 e 22h, sob a responsabilidade de Alfa. Em conversa posterior, Gama me disse que a postura de Alfa representava a defesa de um período de diversão maior para a comunidade a que pertencia.

Breve perfil dos funcionários terceirizados da SMCAS

Celso era o zelador do CCE que trabalhava às segundas, quartas e sextas-feiras. Era morador antigo do bairro, aparentando ter por volta de trinta anos. Celso

⁷ Os organizadores da festa ocupavam cargos de direção na SMCAS.

⁸ Antes de ocupar um “cargo de confiança” na SMCAS, Gama operou uma “biqueira”, isto é, um pequeno ponto de venda de drogas. Conhecia Alfa desde a adolescência, pois cresceram no mesmo bairro.

acompanhava as atividades do *projeto* mais de perto, ajudando o professor dentro da sala de aula e na distribuição da merenda. Caruso acompanhava a movimentação no CCE do pátio, só indo até a sala de aula quando chamado.

Cândida era moradora do bairro há 33 anos quando foi entrevistada. Antes de trabalhar como faxineira no CCE trabalhava na colheita da laranja. Quando foi morar no Jardim Encosta, o bairro não contava com água encanada, energia elétrica, rede de esgoto ou asfalto, e a maior parte das residências eram barracos. Considera os anos 2000 o período de maiores mudanças no bairro.

Caruso era o zelador que trabalhava às terças, quintas e sábados. Sua função iniciava-se pela manhã e ia até às 19h. Contudo, como ele morava em frente ao CCE, ele continuava vigiando o equipamento da frente de sua casa até as 22h30, quando fechava o portão. Caruso tinha aproximadamente vinte e cinco anos de idade, era morador do bairro desde que nasceu e conhecia todo mundo por ali. Segundo ele, um dos motivos pelos quais foi escolhido para ser zelador seria sua condição de respeito adquirido no bairro por conta de sua atividade pregressa, como traficante de drogas. A partir de sua prisão, em 2010, tornou-se evangélico e deixou sua atividade ilícita anterior.

O primeiro capítulo deste trabalho se inicia com a apresentação do Centro Comunitário do Jardim Encosta, um breve histórico deste equipamento, das atividades que lá se desenvolviam e de sua equipe de trabalho. Após esta apresentação, discutimos ajustamentos entre funcionários da SMCAS, moradores do bairro e agentes das dinâmicas criminais.

Estes ajustamentos tiveram a forma de negociações sobre a forma de utilização e conservação do CCE após a reforma que a SMCAS planejava. O outro episódio de ajustamento descrito teve o formato de uma negociação entre funcionários da SMCAS e Alfa, um integrante do PCC que atuava no bairro, sobre a festa de reinauguração do CCE que a SMCAS estava preparando.

O compromisso pela conservação do CCE foi firmado entre os funcionários da SMCAS, moradores do bairro e agentes das dinâmicas criminais. A contratação pela prefeitura de zeladores e de uma faxineira escolhidos entre os moradores do bairro foi um dos mecanismos criados a conservação do CCE. No entanto, os agentes das

dinâmicas criminais parecem ser, em última instância, os atores sociais locais capazes de assegurar o respeito às normas pactuadas. Estes ajustamentos evidenciaram a posição adquirida pelos agentes criminais no rol de atores sociais com centralidade na dinâmica social local e o reconhecimento dessa centralidade pelos funcionários da SMCAS que, até onde a pesquisa conseguiu verificar, é a instituição estatal com maior capilaridade no bairro. O maior indicador desta capilaridade foi a transformação de moradores do bairro em trabalhadores da administração municipal, ainda que não fossem funcionários públicos efetivamente.

A gestão do crime e da violência no Jardim Encosta

Este capítulo pretende expor a discussão sociológica sobre violência, controle do crime e sistema de justiça, bem como a literatura específica sobre a nova organização das dinâmicas criminais no estado de São Paulo. Evidencia-se que as ciências sociais se debruçaram sobre as mudanças nos padrões da criminalidade e da violência se acentuaram nos anos 1980 no Brasil. As linhas interpretativas destas mudanças às ligavam a transformações mais amplas na própria sociedade brasileira, a dificuldades no acesso ao sistema de justiça e a uma “explosão de litigiosidade” identificada no período.

Não obstante, verifica-se que os cientistas sociais também discutiram a existência de figuras sociais centrais para a administração do crime e da violência em bairros de periferia na capital paulista desde os anos 1970. Desta forma, contextualizamos a atuação de agentes ligados às dinâmicas criminais do Jardim Encosta no que tange à gestão do crime e da violência no bairro.

Segundo as percepções de nossos interlocutores acerca do crime e da violência, verifica-se que há a diferenciação entre dois períodos que refletem mudanças na visibilidade pública destas questões, cujo marco é a consolidação dos integrantes do PCC como figuras centrais na administração dos conflitos no Jardim Encosta. Em seguida, é analisada a relação entre atores ligados ao PCC e funcionários da SMCAS junto ao bairro na administração de conflitos locais.

Encerramos o presente capítulo com a discussão das características da figura social de Alfa. A construção desse personagem social por meio da perspectiva de nossos interlocutores teve como objetivo discutir as características que o credenciavam a operar o dispositivo do “debate” no bairro e em contextos regionais, sendo considerado por

nossos interlocutores como responsável pela manutenção da “ordem” nos contextos onde atuava.

A pista seguida é a de que neste novo contexto relacionado à nova organização das dinâmicas criminais emerge uma “sociabilidade”, ou um conjunto de discursos ligados à noção de *proceder* (MARQUES, 2011), muito associada ao autocontrole individual (DIAS, 2011; HIRATA, 2010), na qual as características de destreza na produção do discurso e de persuasão desempenham um papel central.

As transformações nos padrões de criminalidade e violência no Brasil

Durante o período de retorno à democracia o Brasil vivenciou também o crescimento de suas taxas de crimes, sobretudo os crimes violentos. Adorno (2002) identifica quatro tendências para esta fase do país: a) crescimento dos roubos, extorsões mediante sequestro e homicídios dolosos; b) ascendência do crime organizado, sobretudo no narcotráfico transnacional; c) graves violações de direitos humanos; d) crescimento dos conflitos intersubjetivos com desfecho fatal.

Procedendo à contextualização do período, o autor indica que as estatísticas oficiais apontam tendência mundial, desde os anos 1950, para o crescimento dos crimes e da violência social e interpessoal, ainda que algumas tendências declinem em 1990. No caso brasileiro, diversos fatores contribuiriam para a composição desta tendência: o posicionamento do país na rota de tráfico internacional de drogas e armas; as taxas de homicídios⁹ crescem entre os anos 1960 e 2000, sobretudo entre os jovens¹⁰; os crimes violentos crescem em relação ao total de crimes registrados desde 1988¹¹; a violência policial fica mais evidente: em 1992 a PMESP matou 1.470 pessoas, inclusive os 111 presos do massacre na Casa de Detenção de São Paulo (ADORNO, 2002).

Nos anos de 1990, os estudos sobre o tema registraram o que ficou conhecido como “explosão de litigiosidade”, principalmente nos bairros populares, e as formas de administração de conflitos com desfechos violentos passam a ter como atores os grupos

⁹ Para a elaboração desta afirmação, o autor coletou dados no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), a única base de informações estatística do país que permite comparação nacional.

¹⁰ Os jovens crescem em importância entre o contingente dos autores de homicídios.

¹¹ Os dados para crimes violentos são estaduais, constituídos a partir dos registros de ocorrências policiais.

de extermínio, esquadrões da morte, assim como a ocorrência de linchamentos e chacinas (ADORNO, 2002; ZALUAR, 1994; KOWARICK, 2002).

Os grupos de extermínio e os justiceiros se vinculam a um ideal privado de justiça e foram muito atuantes nos anos 1980. Segundo Cano e Duarte (2014), o termo “grupo de extermínio” foi utilizado para caracterizar grupos de agentes armados do Estado (policiais, bombeiros, agentes penitenciários, fuzileiros, etc.) que exercem algum tipo de controle armando em territórios “oferecendo” proteção em troca de pagamento aos moradores e comerciantes locais (p. 325). Já as chacinas ganharam visibilidade a partir de 1995, muito relacionadas ao tráfico de drogas, em termos de acertos de dívidas ou guerras entre quadrilhas. Neste período também cresceu a ocorrência de conflitos intersubjetivos com desfecho fatal.

Em relação a este contexto, Adorno (2002) aponta que os esforços de interpretação presentes na bibliografia tomaram três direções: a) relacionar mudanças na sociedade a mudanças nos padrões até então convencionais de delinquência e violência; b) apontamentos de uma crise no sistema de justiça criminal; c) mensurar a relação entre violência e a desigualdade social e segregação urbana.

Segundo o autor, em relação a primeira direção explicativa, os estudos apontavam que, desde os anos 1950, as transformações socioeconômicas se aceleram no país e que a mudança nos padrões de criminalidade estaria diretamente relacionada ao contexto mais amplo de transformações.

Construindo duas conjunturas típico-ideais, considerando os anos 1950 como marco da aceleração das transformações socioeconômicas, seria possível caracterizar a primeira destas como marcada pelos crimes contra o patrimônio, cometidos individualmente e de alcance local. A segunda conjuntura, já influenciada pelas intensas transformações em curso, é caracterizada pelo estabelecimento de modalidades mais organizadas de crime, em bases transnacionais, que conectaria diferentes modalidades de criminalidade, antes isoladas; as armas de fogo passam a figurar no rol das formas de violência mais frequentes (Adorno, 2002).

Em relação às pesquisas que buscaram identificar correlações entre violência, desigualdade social e segregação urbana, Adorno (2002) localiza o início deste debate nos anos 1970. Apesar de fenômeno endêmico à sociedade brasileira, o crime e a violência ganharam visibilidade e foro público no período da transição democrática (Caldeira, 2000). Entretanto, desde os primórdios da República, já havia preocupações das agências de controle do crime com relação às chamadas “classes perigosas”,

compostas majoritariamente por trabalhadores pauperizados (Ramalho, 1979). Restou a identificação de que a violência como instrumento de controle do crime persistiu como estratégia prioritária das agências de controle do crime em relação às classes empobrecidas (Pinheiro, 2000).

Assim, como aponta Misse (2007) em “Cinco teses equivocadas sobre criminalidade urbana no Brasil”, em meio a este contexto, parte do debate acadêmico sobre “crime” e violência passa a fazer uma correlação causal entre crime e pobreza. Ligam-se a este contexto os processos de criminalização da pobreza e do foco das agências de controle do crime na delinquência das classes pauperizadas, em detrimentos de outras modalidades de crime.

No entanto, a tese da causalidade entre pobreza e delinquência foi contestada por alguns estudiosos da sociologia e antropologia brasileira¹². Misse (2007), por exemplo, afirma que o “crime” não é privilégio das classes populares¹³ porém, ainda que a crítica às correlações entre pobreza e criminalidade seja certa, não é possível “desmontar” este fantasma da correlação antes da compreensão dos fenômenos urbanos. De forma geral, estes autores apontaram que a democracia formal não trouxe justiça social: os direitos políticos e sociais não foram acompanhados dos direitos sociais em direção à completa construção da cidadania.

Para dar concretude a este argumento, Adorno (2002) salienta que os indicadores de concentração de renda no Brasil só aumentaram a distância entre os mais pobres e mais ricos entre os anos 1960 e 1990. As disparidades regionais também ficaram evidentes na comparação dos indicadores de mortalidade infantil, de acesso ao saneamento básico, de expectativa de vida, de analfabetismo, de famílias que enfrentam problemas relacionados à fome e de participação regional no PIB do país, no mesmo período.

No entanto, para o caso do município de São Paulo, os dados apresentados pelo autor indicam que a maior quantidade de mortes violentas se dá nas periferias da cidade, assim como os moradores de periferia da cidade enfrentam maior risco de serem vítimas de homicídio. Tratavam-se das mesmas regiões onde se encontravam os piores indicadores socioeconômicos. Restava a perspectiva de que, mesmo tendo-se em

¹² Principalmente Zaluar (1994 e 1999), Coelho (1988), Beato (1998) e Sapori e Wanderley (2001).

¹³ Misse (2007) contraria o ideário popular de que o “bandido” se encontra nas áreas mais pobres da cidade. Seu argumento é que os mais altos índices de criminalidade, aos menos os crimes contra a propriedade, se dão em regiões mais ricas. Outros estudos, como o de Campos Coelho (1980) e Beato (1989) reiteram a crítica à associação direta entre crime e pobreza ao apontarem que há redução dos índices de criminalidade num mesmo momento de elevação nos níveis de desemprego.

consideração os argumentos que procuravam desconstruir uma visão determinista que ligasse crime e violência à pobreza, estas características estavam sobrepostas nos territórios considerados. Daí decorreria a importância da construção de políticas públicas específicas de redução da violência e acesso à justiça (além das políticas públicas mais estruturais, em termos de desenvolvimento socioeconômico) voltadas para estas periferias.

Já em relação aos estudos que buscaram explicar a violência urbana no Brasil por meio da discussão da crise no sistema de justiça criminal, Adorno comenta:

Não são poucos os estudos que reconhecem incapacidade do sistema de justiça criminal, agências policiais, Ministério Público, tribunais de justiça e sistema penitenciário em conter o crime e a violência nos marcos do Estado democrático de direito. O crime cresceu e mudou de qualidade, porém o sistema de justiça permaneceu operando como o fazia há três ou quatro décadas atrás. Em outras palavras, aumentou sobremodo o fosso entre a evolução da criminalidade e da violência e a capacidade de o Estado impor lei e ordem (ADORNO, 2002, p. 102).

O argumento de Adorno (2002) é que o crime passou por mudanças e as agências de controle do crime não acompanharam estas transformações, fazendo o controle do crime da forma como se fazia desde as décadas de 1960-70. Este argumento dialoga com uma literatura internacional sobre a temática do controle do crime. Wieviorka (2006), por exemplo, que em suas análises se refere às sociedades ocidentais “desenvolvidas”, identifica um “novo paradigma da violência na contemporaneidade” (como exemplo, o terrorismo) caracterizado por transformações políticas, sociais, econômicas e culturais, o que gera uma crise nas instituições responsáveis pela canalização das demandas, administração do conflito social e aplicação da justiça e, conseqüentemente, ameaça o exercício do monopólio da violência do Estado dentro dos limites de um controle democrático da violência.

Segundo Adorno, no caso brasileiro, a reforma institucional posta em marcha durante a transição democrática nos anos 1980 implicou algumas mudanças no campo do controle do crime. Do ponto de vista federal houve a reforma no código penal. Do ponto de vista estadual, houve o reaparelhamento das agências do sistema de justiça criminal. No entanto, para este autor, os resultados obtidos por este sistema, que são os índices de impunidade penal, continuaram indicando que o controle do crime e da violência opera de maneira ineficiente. Assim, furtos raramente seriam investigados. Roubo, tráfico de drogas e homicídios dolosos também comporiam “áreas de exclusão penal”, nas quais estatisticamente prevalece a impunidade. Altas taxas de impunidade

também seriam encontradas nos homicídios cometidos por policiais, por esquadrões da morte, em linchamentos e, em outro sentido, nos chamados crimes do colarinho branco, cometidos sobretudo por integrantes das classes médias e altas.

Contudo, em outros trabalhos Adorno (1996 e 1998) sustenta que não se pode perder de vista que, se poucos crimes são punidos, em determinadas áreas a aplicação de sanções penais rigorosas são aplicadas de forma preferencial sobre grupos societários específicos, como negros e migrantes, comparativamente a brancos de classe média e alta.

De acordo com Adorno (2002), a percepção social das altas taxas de impunidade teria como efeito a descrença dos cidadãos no sistema de justiça, criando condições de desenvolvimento para o mercado da segurança privada, para a apelação a “proteção” de traficantes e para a resolução privada de conflitos.

Justiça criminal e a reprodução de desigualdades

Segundo Sinhoretto (2011, p. 148), os estudos sobre o sistema de justiça criminal a partir dos anos 1980, como os de Corrêa (1983), Ardaillon e Debert (1987), Pimentel, Schritzmeyer e Pandjarian (1998) e Adorno (1994), confrontaram a prática e os efeitos das agências ao princípio da igualdade jurídica e constataram que a aplicação desigual da justiça entre grupos étnicos, as classes, os gêneros, havendo uma disjunção entre justiça penal e justiça social.

Para Adorno (1994), as práticas judiciais tendem a considerar de maneira fundamental a análise da moralidade das pessoas envolvidas em conflitos cotidianos do que a análise do fato criminal em si. Desta forma, a justiça criminal tem por efeito o reforço das desigualdades sociais. Na análise deste autor, a punição acaba por recair mais rigorosamente sobre determinados grupos sociais do que outros.

Outra corrente importante nos estudos sobre justiça criminal, representada pelos estudos de Kant de Lima (1989, 1995, 2004) e explicitada por Kant de Lima, Misse e Miranda (2000), também pensa o sistema a partir da produção de desigualdade jurídica, mas em uma perspectiva diferente da trabalhada por Adorno. Tal corrente entende que há uma contraposição entre práticas jurídico-políticas fundamentadas sobre tradição inquisitorial, conduzidas na produção de verdades jurídicas no sistema processual penal

que tende à presunção de culpa, e o sistema constitucional vigente na República, consagrado pela presunção de inocência.

As práticas policiais e da justiça criminal no Brasil poderiam representar uma adesão comum, ainda que implícita, ao sistema de administração de conflitos e produção de verdades jurídicas de caráter inquisitorial, ao invés de constituírem distorções e mau funcionamento em relação ao ordenamento formalmente democrático e constitucional do sistema (KANT DE LIMA, MISSE e MIRANDA, 2000). Soma-se aqui a constatação de Misse (2011), a qual sustenta que no inquérito policial brasileiro reúnem-se atribuições próprias à polícia e atribuições que, em outros contextos nacionais, são desempenhadas sob o controle direto do Ministério Público ou do instituto do Juizado de Instrução. Assim, o autor evidencia que o inquérito brasileiro se constitui enquanto extraordinário dispositivo de poder nas mãos dos delegados de polícia, uma peça que tende a prevalecer durante todo o processo legal de incriminação.

A terceira corrente de estudos sobre a justiça criminal relaciona a abordagem organizacional à administração da justiça. Estas análises se iniciaram com Paixão (1982) em relação à organização policial e foram levadas adiante por Coelho (1986), no que tange ao fluxo da justiça criminal. Nesta análise sobre o período 1942-67 no Rio de Janeiro, Coelho evidenciou que a dinâmica do sistema de justiça criminal produz o efeito de um funil no qual pessoas de grupos raciais, escolaridade e ocupações específicas recebem maior vigilância policial. Este estudo identificou também importantes influências dos governos nas taxas de aprisionamento de grupos específicos. Assim, enquanto alguns governos aumentavam a pressão da vigilância policial sobre grupos sociais considerados “suspeitos”, outros governos diminuíaam esta pressão.

O estudo de Coelho identificou correlação entre a taxa de encarceramento e a capacidade de absorção do sistema penitenciário, ocorrendo uma forma de modulação no nível de processamentos e condenações a depender das condições de superlotação do sistema penitenciário. Este estudo apontou também que a seletividade do sistema refletia em sua capacidade diferencial de condenação, sendo as taxas de condenação dos crimes patrimoniais muito mais altas do que as dos crimes contra a pessoa. Por fim, evidenciou que o fluxo entre suas instituições caracterizava o sistema de justiça criminal como frouxamente articulado, por conta de uma disjunção entre o trabalho policial, do judiciário e a capacidade de absorção de novos presos do sistema penitenciário.

O trabalho de Saponi (1995) constatou que a pressão por produtividade sobre o sistema de justiça criminal contribuiu para a consolidação de um acordo informal entre magistrados, acusadores e defensores. Este acordo possibilitaria o agrupamento de casos passíveis de despacho de maneira uniformizada. O desfecho desses casos tendia a ser acordada informalmente entre os atores judiciais. Saponi denominou esse modelo de atuação enquanto “justiça linha de montagem” e apontou que seu efeito prejudicava seriamente as garantias constitucionais, como devido processo penal e direito à ampla defesa.

O fluxo do sistema de justiça criminal também foi estudado por Vargas (2000), no que diz respeito a casos de estupro e violência sexual. A autora constatou que a integração entre as diversas instituições do sistema de justiça criminal nestes casos tende a se basear na convergência de concepções de senso comum de agentes jurídicos, policiais, vítimas e testemunhas. Dado o caráter cumulativo do processo penal, seu efeito é a repetida estigmatização dos suspeitos, principalmente em termos de condição social, cor, relação com a vítima e a depender da ocorrência de prisão durante o processo, além do tratamento diferenciado oferecido a depender destas mesmas características.

A partir deste quadro dos estudos sobre violência, controle do crime e sistema de justiça criminal é possível perceber como as preocupações dos cientistas sociais estiveram voltadas, especialmente no período da redemocratização, em dois sentidos principais. Em um sentido, buscava-se compreender as crescentes taxas de criminalidade e de violência, suas possíveis variáveis explicativas e sua relação com a pobreza, desigualdade socioeconômica e exclusão socioespacial. Paralelamente, surgiam estudos sobre a polícia e sobre as outras instituições do sistema de justiça criminal, procurando entender os impactos da redemocratização política na atuação destas instituições.

Portanto, as manifestações de violência ganharam muito mais visibilidade e iniciou-se a investigação de suas relações com uma crise no sistema de justiça criminal, com novas modalidades mais bem articuladas de criminalidade, inclusive em redes transnacionais, e com processos socialmente mais amplos que o crime e a violência institucional. Já os estudos sobre as instituições do sistema de justiça criminal evidenciaram sua impermeabilidade a reformas democráticas e os efeitos que continuaram produzindo em termos de reprodução e reafirmação de diversas desigualdades em uma instância que deveria oferecer tratamento igualitário.

Utilizando-se das conclusões de Adorno (2014), de maneira geral, este contexto apresentado nas linhas acima contribui para que o exercício do controle social democrático da violência e, conseqüentemente, a instauração de um Estado de Direito sejam um desafio presente na história social e política brasileira. Para o autor, este desafio está dado de duas formas, sintetizadas aqui em dois tópicos, mas que tiveram suas explicações esmiuçadas nos parágrafos acima: a) controle efetivo da violência endêmica na sociedade civil e b) controle efetivo das forças repressivas do Estado (Idem, p. 190).

A seguir, demonstra-se como, nos anos 2000, uma nova geração de pesquisadores dedicados ao estudo das periferias urbanas da metrópole de São Paulo evidenciará transformações importantes para a compreensão da queda nas taxas de homicídio no estado de São Paulo.

Nova organização das dinâmicas criminais

A partir de meados dos anos 2000, em meio ao início de um período de decréscimo nas taxas de homicídios no estado, os estudos produzidos por cientistas sociais em São Paulo que conseguiram, por meio de uma perspectiva etnográfica, captar transformações em curso no crime e na violência estiveram mais associados à sociologia e antropologia urbanas, com foco nas periferias da metrópole e na expansão do comércio ilegal de drogas.

Conforme Telles (2010) aponta, a virada dos anos 2000 é um momento de transformações intensas em toda cidade. É nesse contexto de mudanças que se dá a estruturação do mercado de drogas, bem como o desenvolvimento de uma nova organização do “mundo do crime”. Um dos principais efeitos desse desenvolvimento é o transbordamento do Primeiro Comando da Capital - PCC para além dos presídios paulistas: Modernização urbana e a confirmação da cidade como centro econômico de primeira grandeza. Ao mesmo tempo e no mesmo passo, a expansão de uma malha intrincada de ilegalismos, acompanhando as novas formas de produção e circulação de riquezas, que se delineia em um comércio informal redefinido, nas fronteiras do legal-ilegal, de que o contrabando, a pirataria e ilícitos variados são exemplos conhecidos. É nesse cenário que o mercado varejista da droga se organiza. Momento em que se dá o transbordamento do PCC para fora das prisões, acompanhando a expansão e maior articulação do varejo da droga nas periferias da cidade. Esses também foram os anos de endurecimento penal e do chamado encarceramento em massa (TELLES, 2010, p. 248)

Tal transformação urbana na periferia e, principalmente a expansão do “mundo do crime”, são evidenciadas pela trajetória das pesquisas de Feltran (2008), durante pesquisa de campo de dez anos – começando no final da década de 1990 - em regiões periféricas da cidade de São Paulo.

Inicialmente a preocupação deste autor era estudar as relações entre as periferias urbanas e os espaços públicos da cidade, no sentido de entender que significados políticos estariam sendo construídos nesse contexto de transformações das últimas três décadas. Buscava conhecer as “lideranças” de movimentos sociais que atuavam naqueles territórios e as temáticas da criminalidade e da violência não faziam, portanto, parte da sua agenda de pesquisa. Quando conversava com ou entrevistava os moradores, havia certa regularidade ao contarem a história da vida de “luta” e das “conquistas”, muito presente na trajetória da população que ocupava estes territórios desde a década de 1960 e que buscou, e conseguiu em grande medida – principalmente a partir da década de 1980 - o acesso à infraestrutura, saneamento básico e políticas sociais por meio dos movimentos sociais.

Entretanto, havia regularidade também quando se tratava de falar dos tempos atuais, lamentando as mudanças na “política” e na “comunidade”, sobretudo quando se relatava o “aumento da criminalidade violenta” nesses territórios. Nas palavras de Feltran: “se a “violência” do “crime”, em outros tempos, havia sido algo exterior às famílias e associações, então não era mais” (2008, p. 94). Do ponto de vista dos jovens moradores desses territórios esse é um dado muito presente nas trajetórias de vida:

Meninos e meninas nascidos em famílias de baixa renda, nas periferias da cidade, nos anos 1990, sabem que o “mundo do crime” é um domínio com o qual, querendo ou não, é preciso lidar. A coexistência entre o “mundo legítimo” dos trabalhadores, e o “mundo do crime” dos bandidos é uma condição instituída em suas vidas (FELTRAN, 2008, p. 122)

Os “ataques de maio de 2006”¹⁴ colocam no debate público que havia algo novo em curso dentro e fora dos presídios. A alta capacidade organizativa e de sincronia demonstradas nos acontecimentos, tanto na capital quanto no interior do estado, não

¹⁴ Ataques atribuídos ao PCC (Primeiro Comando da Capital), em meados 2006 no estado de São Paulo, quando policiais e grupos paramilitares de extermínio promoveram uma “onda de resposta” ao que se chamou na grande imprensa de “ataques do PCC”. Segundo informações da época, foram assassinadas no mínimo 493 pessoas - que hoje constam entre mortas e desaparecidas. Há estudos, no entanto, que apontam para um número ainda maior de assassinatos no período, considerando ocultações de cadáveres, falsificações de laudos e outros recursos utilizados por tais agentes públicos violentos. Um acontecimento que vitimou, sobretudo, jovens pobres negros.

eram publicamente conhecidas até aquele momento. E mais do que isso: o fenômeno não ficou restrito apenas aos presídios. Ocorreram ataques nas ruas, contra estabelecimentos públicos e privados.

Adorno e Salla (2007) argumentam que estando atentos ao cenário que estava se configurando, podemos perceber que a “onda de maio de 2006”, embora excepcional, não foi um fato isolado. Desde a década de 1990 grandes rebeliões aconteciam no estado, sendo que em 2001 uma megarrebelião atingiu 29 estabelecimentos penitenciários simultaneamente (ADORNO e SALLA, 2007, p. 11). A organização e sincronia possibilitada por celulares e centrais telefônicas clandestinas jamais havia sido vista em São Paulo.

Partindo de sua pesquisa realizada no sistema carcerário paulista, Karina Biondi (2009) nos apresenta a versão hegemônica dentro dos presídios sobre o surgimento do PCC e também a composição do cenário de sua expansão para a grande maioria dos presídios e regiões urbanas do estado.

Segundo a citada versão, o PCC (ou “Comando”) teria surgido em 31 de agosto de 1993, na Casa de Detenção e Tratamento de Taubaté, uma das instituições penitenciárias mais rígidas do país. Após desentendimentos e confusão em uma partida de futebol entre o Primeiro Comando da Capital e o Comando Caipira, duas mortes de membros deste último teriam ocorrido. Para se protegerem contra possíveis castigos os oito detentos do Primeiro Comando da Capital teriam estabelecido que punições aplicadas a qualquer um de seus membros gerariam a reação de todos os outros membros.

Posteriormente essa proposta de união seria estendida à luta contra os abusos de todo sistema penitenciário, assim como a regulação das relações entre os detentos, para acabar com os abusos que ocorriam entre eles próprios. Essas ideias presentes no surgimento do “Comando” logo ganharam apoio de outros presos.

A expansão do PCC dentro do sistema carcerário paulista marca, portanto, um processo de mudança nas relações entre os detentos, encerrando um contexto de “guerra de todos contra todos”, onde sempre “venceria o mais forte”, e o cotidiano de agressões físicas, abusos sexuais e extorsão.

Os “ataques de maio de 2006” chamaram a atenção de Dias (2011) para o processo de consolidação do PCC como organização hegemônica dentro do sistema penitenciário paulista. Esta situação deu visibilidade pública à questão da manutenção

da hegemonia da organização autodenominada Primeiro Comando da Capital e seu transbordamento para fora das instituições prisionais.

Sua pesquisa tem o objetivo de compreender a figuração social constituída no sistema penitenciário paulista a partir da consolidação do PCC. Para tanto, a autora nos apresenta duas figurações sociais. A primeira, anterior à consolidação do PCC, na qual inexistia uma instância central de administração dos conflitos. Nesse contexto, a violência física adquire importância central como balizadora das relações sociais e como uma das principais fontes de exercício do poder.

Na figuração seguinte, após a consolidação do PCC, este se constitui como instância central de regulação da sociabilidade no ambiente carcerário. Os efeitos diretos da referida centralidade foram a mudança no padrão das relações sociais em direção ao autocontrole individual, diminuição no uso da violência física direta na administração dos conflitos, mas com a promessa de sua utilização quando necessária, e sua efetiva utilização nas punições às transgressões, isto é, a chamada “pacificação”.

(...) pode-se afirmar que, se de fato houve uma guerra pelo poder nas prisões de São Paulo durante o período que vai de 1994 a 2001, os eventos protagonizados pelo PCC em 2001 e 2006 expressam claramente que este grupo foi o vencedor nessas lutas de eliminação, a partir do que destruiu ou reduziu seus rivais a irrelevância diante do seu domínio e, finalmente, conquistou a hegemonia, o que ficou patente nas dimensões do episódio conhecido como “crise de maio de 2006”. Com a eliminação de seus principais rivais, a consolidação de seu domínio e a conquista da hegemonia, o PCC alcançou uma estabilidade externa e interna e promoveu uma complexa acomodação das relações com o poder público, tornando possível reconfigurar completamente as relações sociais entre a população carcerária, construindo uma nova ordem social e, por fim, surgindo no universo da prisão uma nova figuração social, caracterizada por um novo equilíbrio de poder em que a violência física deixa de ser elemento central das relações de dominação. A redução dos assassinatos de presos indica menos a existência de um suposto objetivo ideológico ou político do PCC, de pacificação ou valorização da vida, aparecendo mais como efeito dos processos acima mencionados, de consolidação de um poder contra o qual já não mais há rivais ou inimigos, e a conformação de um contexto em que não há mais a necessidade de matar (DIAS, 2011, p. 163)

Podemos perceber, portanto, que a ascensão do PCC a esta posição de centralidade no sistema se deu por meio da monopolização das oportunidades de poder econômicas (tráfico de drogas ilícitas) e políticas (amplo controle social no ambiente carcerário), e de guerras de eliminação com as organizações concorrentes até sua efetiva eliminação ou relegação a posições de importância muito reduzida, praticamente indiferente, no universo prisional (Dias, 2011). É interessante notar que a construção

dessa hegemonia no interior do sistema carcerário não se deu sem disputas com outros grupos em um contexto onde a violência física se constituía como principal expediente na administração de conflitos.

Segundo Dias (2011, p. 286), o PCC produziu uma teia de relações sociais que são mais extensas do que as relações entre os integrantes da organização. Elas envolvem também a maior parte da população carcerária, os familiares dos presos e as populações dos bairros onde o PCC faz sentir sua presença. Sua atuação nestes territórios se dá, por exemplo, por meio da promoção de benfeitorias nos bairros, distribuição de cestas básicas, realização de festas ou arbitragem de conflitos locais, de modo a não contar com a presença da polícia em suas regiões de atuação.

Entretanto, tais elementos não constituem inovações do ponto de vista da atuação de organizações criminosas nos locais que dominam. Em um trabalho mais recente da autora confeccionado em parceria com dois outros pesquisadores da área, Alvarez, Salla e Dias (2013), traçam uma linha de continuidade e correlação entre as chamadas Comissões de Solidariedade dos presos, da década de 1980, com o surgimento do PCC, nos anos de 1990. Nas palavras dos autores:

(...) no sistema prisional do estado de São Paulo, nos anos de 1980, durante o governo Montoro, as autoridades estimularam a formação de Comissões de Solidariedade dos presos (que tiveram existência formal breve) e onde depois surgiu, na década seguinte, o grupo autodenominado Primeiro Comando da Capital (PCC), que se mantém atuante ainda no presente. Embora situados em contextos políticos e sociais diferentes, pretende-se, com a análise comparativa da emergência desses dois acontecimentos no interior do sistema prisional paulista, desenhar a hipótese de que a obstrução à existência de mecanismos de comunicação e representação da população carcerária efetivamente legitimados pelas autoridades, no período da transição democrática, favoreceu a formação de um grupo de presos que se impôs pela violência mas que, ao mesmo tempo, buscou fundamentar sua “legitimidade” na representação dessa população, com base nas denúncias das deficiências do sistema prisional e também a partir dos códigos de conduta formulados no mundo do crime (ALVAREZ, SALLA e DIAS, 2013, p. 64)

Seria essa cadeia de interdependência ampla e complexa que permitiria ao PCC a manutenção de sua hegemonia no “mundo do crime”, para além apenas do universo prisional.

As respostas do governo do estado ao “fenômeno PCC”

Até o final de 2000 o governo do estado de São Paulo transitou entre as posturas de negar a existência do PCC, diminuir sua importância nas declarações públicas e transferir suas lideranças para outros presídios e até para presídios de outros estados. O efeito dessas transferências, entretanto, foi a expansão do PCC para outras regiões e para além deste estado.

A já citada “megarrebelião” de fevereiro de 2001¹⁵ contribuiu para a visibilidade social do PCC e também para que se mostrasse presente não só na maioria dos estabelecimentos penais paulistas, mas também em grande parte das regiões urbanas do estado de São Paulo.

Com o objetivo de diminuir o sentimento de insegurança da população e de evitar seu crescimento, qualquer referência ao “Comando” foi abolida de importantes jornais, revistas e emissoras de televisão. O PCC continuou crescendo distante das principais manchetes.

A partir de novembro de 2002, se seguiram as transferências de onze presos considerados lideranças importantes do “Comando” para o recém-inaugurado presídio de segurança máxima de Presidente Bernardes. O governo paulista comemorou essas transferências decretando a falência do PCC. Entretanto, as transferências mais uma vez não lograram o efeito esperado pelas autoridades:

Em novembro de 2003, o Comando promoveu ao todo 70 atentados contra o poder público, principalmente contra as forças policiais, com o objetivo de pressionar o governo para tirar seus líderes de Presidente Bernardes (BIONDI, 2009, p. 52)

Adorno e Salla (2007) nos atentam para o papel desempenhado pelo Estado na composição desse cenário. O diagnóstico destes autores é o de que o Estado falhou, tanto do ponto de vista do surgimento do PCC – quando do contexto de seu surgimento na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté – e também quando se tratava de evitar sua expansão:

As políticas penitenciárias implantadas pelo governo estadual não têm logrado interromper o ciclo de expansão e enraizamento da criminalidade organizada na sociedade civil. Ao contrário, há fortes evidências de que o

¹⁵ Conhecida também como a “mega-rebelião do PCC” (Primeiro Comando da Capital), ocorreu dia 8 de Fevereiro de 2001. Iniciada no presídio do Carandiru, em momentos seguintes as rebeliões se expandiram de forma sincronizada para outras 30 unidades prisionais do estado de São Paulo. A mega-rebelião resultou em 16 presos mortos, além de familiares de presos feridos em circunstâncias um pouco confusas. A Casa de Detenção do Carandiru fechou suas portas em meados de Setembro de 2002, após 46 anos de funcionamento, e no dia 9 de Dezembro de 2002, os pavilhões 6, 8 e 9 foram implodidos.

encarceramento em massa associado ao propósito de contenção rigorosa das lideranças dos grupos criminosos organizados tem produzido efeitos adversos. Em primeiro lugar, estimula agudas percepções de injustiça entre os presos, favorecendo e legitimando reações violentas arquitetadas pelas lideranças (ADORNO e SALLA, 2007, p. 23)

A relação entre Estado e “mundo do crime” é também trabalhada por Daniel Hirata (2010). Quando este inicia sua pesquisa em alguns mercados ilegais na cidade de São Paulo, imagina que o Estado está efetivamente ausente dos territórios onde se desenvolvem mercados e práticas informais, ilegais ou ilícitas. Entretanto, sua pesquisa evidencia que, ao contrário do que supunha no início das observações, não se tratava de uma ausência de Estado, mas sim da sua presença em fronteiras de negociação com agentes dos mercados ilegais, informais e ilícitos.

A expansão do PCC para as áreas urbanas de todo o estado apenas foi conhecida nos “ataques de 2006” por grande parte da população, mas podemos nos questionar, contudo, qual era o grau de conhecimento que os agentes estatais tinham acerca do fenômeno.

CCE como “caixa de ressonância” do bairro

Voltamos agora à apresentação das características do CCE que justificaram sua escolha como campo privilegiado de pesquisa. Trata-se, sobretudo, de demonstrar que as narrativas sobre a dinâmica social do bairro circulam por este equipamento da prefeitura, o que foi notado na medida em que se abriu a possibilidade de conhecer mais de perto funcionários da prefeitura que trabalham cotidianamente no bairro, cujas perspectivas interessavam à pesquisa.

Conforme já apontado, acompanhar um pouco do cotidiano do CCE foi importante para conhecer mais sobre as correlações entre dinâmicas criminais e instituições estatais por dois motivos: as pessoas iam ao CCE contar suas histórias e era possível acompanhar o desenvolvimento dessas histórias. Luma, uma de nossas principais interlocutoras na pesquisa de campo, exemplifica muito bem essa característica do cotidiano do CCE:

Então, aqui é assim. Você chega de manhã e já fica sabendo que a polícia já pegou alguém, o filho da fulana, é o cicrano, é o tal menino... então aqui

também você vê, tem a visão da polícia tá passando, e a população já agitada, é assim que acontece. Então você presencia isso, vamos dizer, praticamente dia sim-dia não, ou todo dia (Luma)

As pessoas do bairro (quase sempre as mulheres) procuravam Luma para contar as histórias que ouviram ou ainda para compartilhar as histórias que viveram. Como veremos adiante mais detidamente, por meio dessas conversas Luma conseguia encaminhar as pessoas para outros órgãos estatais, quando necessário. Veremos também que, muitas vezes, contar sua história a Luma era uma forma de conseguir que esta funcionária utilizasse o telefone do CCE para ligar para advogados, presídios ou mesmo para a Fundação CASA em busca de informações sobre os familiares das pessoas que a procuravam. Das histórias que não se via acontecer, que em geral se davam à noite, ficava-se sabendo na manhã do dia útil seguinte.

Entre 2000 e 2012 o mesmo partido político governou São Carlos. As pessoas que ocuparam os cargos-chave dentro das secretarias constituíam grupos políticos bem específicos. Ao longo deste período, a Secretaria de Cidadania e Assistência Social (SMCAS), contou com pessoas que possuíam uma trajetória de trabalho que às ligava aos bairros mais pobres da cidade. Eram professoras em escolas ou pessoas que participavam das atividades de uma comunidade religiosa conhecida por seu trabalho social na região do Jardim Encosta. De certa forma, estas pessoas conheciam previamente o território e a população com a qual viriam a trabalhar como agentes da administração municipal.

Este conhecimento foi somado ao conhecimento prático dos funcionários que trabalhavam cotidianamente no território. No caso da região do Jardim Encosta, isso significava que os funcionários da prefeitura que trabalhavam ali há mais tempo passavam a conhecer as demandas do bairro, as histórias e os principais problemas das famílias, assim como identificar a importância relativa de outros tantos sujeitos que participam das principais dinâmicas criminais do bairro, sobretudo o comércio ilícito de drogas, furtos e roubos.

Dois períodos na percepção do crime e da violência

As narrativas dos funcionários quando questionados sobre as principais mudanças nas dinâmicas criminais do bairro estabeleciam uma diferenciação entre dois

períodos na percepção do crime e da violência no bairro. As transformações que se deram entre estes dois períodos não foram abruptas, mas sim graduais. Contudo, as indicações são de que a virada para os anos 2000 pode ser considerada como período que marca mais acentuadamente estas mudanças. Segundo Caruso, data de 1997 a chegada ao bairro dos primeiros discursos acerca do PCC, assim como as principais mudanças que marcam as diferenças entre estes dois períodos têm relação com a circulação dos discursos e sujeitos relacionados ao PCC.

Desta forma, os colaboradores da pesquisa diferenciam o período pré-2000, onde haveria mais visibilidade da violência, de um período pós-2000, no qual certas questões passam a ser resolvidas por meio do diálogo e os episódios de violência, apesar de ainda ocorrerem, tornam-se menos visíveis para os funcionários e para a população.

Feltran (2011, p. 34) aponta que em Sapopemba o Natal de 2003 ficou conhecido como o primeiro “Natal sem mortes”. Para ele, o fato está diretamente relacionado com a construção da hegemonia do PCC naquele território, configurando-se não apenas como controlador dos mercados ilícitos, mas também como elemento gestor das condutas dos sujeitos que estão no crime. Neste contexto emergem como diretrizes de uma política interna às relações entre os sujeitos das dinâmicas criminais os compromissos de “bater de frente com a polícia” e “de paz entre os ladrões”.

O PCC aparece como elemento importante da pesquisa de Hirata (2010) no momento em que passa a fazer parte das dinâmicas criminais das ruas da capital paulista. Segundo este autor, a construção da referida hegemonia do PCC do lado de fora das prisões seria um processo pouco visível que teria durado pelo menos dez anos. A forma dessa expansão não foi única, variando segundo cada “história do crime local” (p. 288). Assim, processos de “conquista”, “conversão” ou “tolerância” parecem ser as formas pelas quais o PCC passa a fazer parte desta “história do crime local”. Sobre as três formas de construção da hegemonia referidas, Hirata esclarece:

Existem muitas maneiras através das quais o PCC começa a fazer parte desta história de um bairro. Primeiro através da conquista, quer dizer, expulsão de um grupo que já atuava no lugar por meio de uma guerra, mas também a partir da conversão dos antigos bandidos em membros do PCC ou, caso não se declarem inimigos, podem ser tolerados e a coexistência ser pacífica. Evidente que a maneira pela qual o PCC entra em um território vai contribuir muito para o entendimento das formas pelas quais a relação com seus moradores irá se desenvolver. De toda maneira, ao que parece, a negociação parece ser mais frequente do que a conquista, ou seja, o uso da força e da guerra (2010, p. 288-289)

É importante citar que, segundo este autor, o tráfico de drogas foi um setor particularmente afetado pelo crescimento e construção da hegemonia do PCC, podendo estar direta ou indiretamente relacionado aos pontos de venda de drogas. Para além do negócio da droga, na medida de sua expansão, o PCC constitui-se também como instância de administração de conflitos entre os sujeitos relacionados às dinâmicas criminais, mas também outros tipos de conflitos que orbitam em sua esfera de influência.

Para tanto, o mecanismo do “debate” adquire centralidade nessa administração dos conflitos locais, sendo conduzidos pela figura do “disciplina” do PCC, que no caso do bairro onde se localizava a biqueira estudada por Hirata, era uma “figura de fora bairro, que poucas pessoas conhecem, mas respeitado por todos” (2010, p. 292). A atuação do “disciplina” do PCC nos “debates” é referenciada pelo “proceder”, considerado “justo” (ou “certo”) e legitimado naquele microcontexto inclusive pelos donos da biqueira que não eram membros do PCC.

Hirata salienta que o período de expansão da hegemonia do PCC nos territórios externos aos presídios é caracterizado por taxas de homicídio muito altas em toda cidade. Em sua visão, este período também é caracterizado pela forma de construção da hegemonia do PCC por meio da “conquista”. Sua hipótese é a de que após este período de “conquistas”, ocorre a “pacificação dos territórios”, caracterizada pela “estabilização das outrora violentas formas de gestão da ordem” (2010, p. 293).

Adquirem centralidade nesta gestão dos conflitos o mecanismo do “debate”, inicialmente apenas no âmbito de questões relacionadas aos sujeitos das dinâmicas criminais e seus negócios, tendo-se expandido cada vez mais em direção à administração de pequenos conflitos da vida cotidiana do bairro (“brigas entre marido e mulher ou entre vizinhos”), e a segmentos do mercado informal (transporte clandestino).

Após descrever quatro conflitos que foram administrados em “debates”, Hirata aponta que este mecanismo tem relação com a questão da vingança, pois é acionado “quando é percebido, contestado ou reclamado algum tipo de dano frente a um indivíduo” (p. 301). O processo assim iniciado organizaria este enfrentamento de modo a regular a lógica de vingança que derivaria daí. A referência aqui são os ciclos de

mortes que tinham lugar nas periferias de São Paulo antes que se constituísse a hegemonia do PCC¹⁶.

Desta forma, o “debate” enquanto mecanismo que organiza o enfrentamento das partes de um conflito o faz com base em construções coletivas do que seria o “certo”. O “certo”, por sua vez, seria encontrado mediante a averiguação dos atos em questão com referência a uma “forma de conduta” denominada “proceder” (HIRATA, 2010, p. 303-304). Segundo este autor, cabe ainda pontuar que o “debate” é encarado pelos sujeitos das dinâmicas criminais como uma maneira de administrar conflitos que tem como um de seus efeitos impedir a presença da polícia nos territórios onde desenvolvem atividades ilícitas.

Retornando ao contexto verificado no trabalho de campo, no período pré-2000 lideranças ligadas ao crime no bairro já eram identificados por nossos colaboradores, alguns dos quais ainda não eram funcionários da prefeitura. Luma ilustra este período através de duas cenas que presenciou. Na primeira, uma pessoa foi espancada publicamente por conta de uma dívida de um real relacionada a drogas. Na segunda, uma pessoa foi amarrada no para-choque de um carro que circulou pelo bairro, como forma de punição a uma infração que Luma desconhece. Outro elemento utilizado para caracterizar este período são os roubos e furtos constantes no bairro.

Catarina trabalhou em uma comunidade religiosa que fazia trabalho social na região do Jardim Encosta no início da década de 1990. Sua percepção deste período é a de que a maior parte da população da região era composta por trabalhadores rurais *boias-frias* e não havia a dependência econômica em relação ao tráfico de drogas que percebe atualmente, após sua vivência como secretária da SMCAS.

O grande problema de dependência química do período pré-2000 era o alcoolismo, contraposto à epidemia do *crack* que observa contemporaneamente, sobretudo por causa da grande circulação de *nóias* pelo bairro. A situação na qual se encontrava a maior parte das famílias era a de miséria, sem acesso à água encanada, saúde e alimentação adequadas. Ainda sobre este período, Catarina identificava maior “liberdade” dos jovens, pois circulavam mais pela cidade, indo até o centro “pedir” e não estavam envolvidos com o *crime organizado*. No período pós-2000, grande parte

¹⁶ A análise do “diferencial de poder” feita por Dias (2011) parece complementar o raciocínio de Hirata neste ponto. Segundo esta autora, o PCC passa a dispor do poder necessário para colocar fim ao possível ciclo de vinganças que se iniciaria, de modo a fazer com que as partes respeitem os encaminhamentos do conflito decididos no “debate”.

dos meninos nem mesmo sai do bairro, tendo em vista seu envolvimento com a nova configuração das dinâmicas criminais.

Para Luma, o período pós-2000 caracteriza-se pela proibição pelo PCC de roubos e certos tipos de homicídios no bairro, menor visibilidade da violência relacionada ao tráfico de drogas e a resolução de conflitos através do diálogo. Havia uma figura principal, representada por Alfa, mas também há outros integrantes mais jovens do PCC no bairro. Catarina identifica um envolvimento muito maior no interior das famílias com a questão do tráfico de drogas, seja por meio do envolvimento econômico, prisional ou pela dependência química. Outra característica do período pós-2000 observada por Catarina é a “dependência” da comunidade em relação às lideranças das dinâmicas criminais que arbitram conflitos e administram demandas.

“Se apresentar” e “se colocar à disposição”

Luma nunca foi moradora do Jardim Encosta. Seu trabalho na prefeitura começou quase vinte anos antes de supervisionar o CCE em 2013. Luma iniciou sua carreira na prefeitura supervisionando o CRAS daquela região, antes do CCE ser construído. Nesses quase vinte anos, Luma conheceu muito sobre as pessoas e as famílias da região. Aproximadamente em 2002, esta interlocutora foi apresentada à integrantes do PCC do bairro. Isto se deu em meio ao processo de conhecimento dos usuários dos serviços oferecidos pela SMCAS no bairro, que se dava justamente em seu trabalho cotidiano no CRAS.

Descrever este momento é importante porque marca uma mudança sensível na perspectiva de nossa interlocutora acerca da atuação destes agentes das dinâmicas criminais no bairro, sobretudo do ponto de vista dos dispositivos que dispunham para realizar a administração de muitos tipos de conflitos. É interessante ressaltar que o momento no qual se dá esse “conhecimento” reflete as mudanças em curso analisadas no item anterior, isto é, a transição de um período (pré-2000) caracterizado pela maior visibilidade pública do crime e da violência, em direção a outro período (pós-2000), no qual esta visibilidade diminui. A cena a seguir descreve como se deu o contato.

O CRAS passou acolher os jovens que frequentavam o equipamento antes sediado no mesmo edifício do Centro Comunitário da Juventude – CCJ. Neste local os profissionais da SMCAS desenvolviam atividades voltadas à juventude e ofereciam refeições aos seus participantes. Quando o espaço foi fechado para construção do CCJ, os jovens foram encaminhados para o CRAS para dar continuidade às atividades. A seguinte cena narrada por Luma ilustra como o PCC apareceu pela primeira vez em seu ambiente de trabalho.

Em uma tarde de muita chuva, o professor da oficina de grafite avisou Luma por telefone que não haveria atividade, pois não havia possibilidade de saírem para escolher os muros nos quais fariam os grafites. Sua orientação foi a de que deixasse os meninos na sala desenhando até a hora em que fosse servida a merenda, às 15h, e então os liberasse. Luma os deixou na sala, enquanto outros jovens assistiam televisão ou jogavam bola na chuva. Quando Luma foi buscá-los para a merenda encontrou a sala toda bagunçada e os meninos jogando papel molhado uns nos outros, o que a deixou muito irritada a ponto de mandá-los embora sem merenda. Este acontecimento teve uma repercussão maior do que o próprio fato quando a notícia chegou até a comunidade do Jardim Encosta.

Na manhã seguinte, um integrante do PCC levou um dos meninos que havia participado da bagunça para se desculpar em nome de todos. Este “irmão” perguntou ainda se havia ocorrido alguma agressão e se Luma gostaria que houvesse uma “correção mais drástica” com alguns deles. Luma disse que não havia necessidade e que já estava tudo resolvido. No começo da tarde, outros garotos que haviam participado da bagunça foram ao CRAS para as atividades demonstrando bom comportamento e se desculpendo pelo ocorrido. No horário da merenda, o “irmão” que conversou com Luma na parte da manhã foi até o CRAS com dois outros integrantes do PCC para conversar sobre o ocorrido.

Luma conhecia apenas um deles, que almoçava no CRAS frequentemente. Segundo Luma, foi apenas neste momento que soube que este rapaz era integrante do PCC. Perguntaram novamente se Luma havia sido agredida, pois este era o boato sobre o acontecimento que corria o Jardim Encosta. Foi esclarecido novamente que não houve agressão, apenas mau comportamento dos garotos. Luma autorizou o pedido que fizeram para ter uma conversa com os garotos. Nesta, disseram aos garotos que ali era um bom ambiente, onde eles eram acolhidos e bem servidos e que, portanto, não deveriam desrespeitar as ordens das funcionárias. Após a conversa, consultaram

novamente Luma sobre a necessidade de um “corretivo”, e Luma novamente respondeu que não seria preciso. Após este episódio, às vezes os mesmos visitavam o CRAS para checar o comportamento dos garotos. Segundo Luma, o comportamento dos meninos melhorou bastante dali em diante.

Formas de administração de conflitos: a gestão do crime e da violência na perspectiva de Luma

Neste ponto, a lente da pesquisa focalizou o momento no qual estes sujeitos sociais ligados ao PCC emergem na perspectiva de nossa interlocutora. As cenas descritas adiante apresentam outras situações nas quais estes sujeitos desempenharão papéis importantes na gestão do crime e da violência neste microcontexto que é o cotidiano do bairro.

Luma narra algumas cenas nas quais o CRAS foi furtado e os objetos levados foram recuperados com a ajuda dos mesmos rapazes que foram ao CRAS conversar com os meninos em ocasião descrita anteriormente:

Pesquisador: Já aconteceu roubo?

Luma: Já, já. Então, teve uma vez que entraram, quebraram a parede, levaram o computador, levaram várias coisas. Com a ajuda deles foi encontrado. Porque ali eu nunca chamei a polícia, depois que eu vi todo esse... que é desse jeito, então eu, sinceramente, pedi a ajuda deles e sempre teve colaboração. Que eles achavam que os equipamentos aqui da prefeitura, do trabalho da gente, que... não era pra acontecer. Principalmente se são pessoas do bairro e ta roubando a creche, o centro comunitário, isso eles não admitiram.

Pesquisador: Teve mais de uma ocorrência de roubo?

Luma: Ah, teve. Teve várias. Se é algum menino daqui eles faziam devolver o que foi roubado. Eu chamava e passava o que tinha acontecido. Até hoje fica assim aqui, até hoje. (Luma)

O acionamento destes sujeitos como elementos importantes para a resolução do conflito narrado nesta cena foi feito por meio de recado, mas também podia acontecer pessoalmente em uma conversa, com exposição da situação, tendo em vista que sabia onde moravam. Segundo Luma eles também ofereciam ajuda para situações como as descritas: “Dona Luma, se precisar de alguma coisa (...)”. Em sua percepção, conhecer esses sujeitos contribuiu para acabar com as situações de roubos – exceto no caso de

nóias e insequentes - e também situações de vandalismo conforme descritas por Luma:

Logo que eu entrei você via sujeira, cocô. Ou chegava, que o prédio ainda não era ali, era um pouco mais pra frente onde é a CEMEI agora, no pátio, a mangueira do bombeiro ta lá esticada, cheia de água, então vandalismo, né. Quebrava vidraça, o vidro, então mudou bastante. Não só ali o CRAS, eles olham todos os equipamentos. Assim, eu acho que eles cuidam, porque o filho ta na creche, ta na escola. Então eu aprendi isso, de quando eu to aqui, eu recorria com eles, porque é a cara da gente também que ta aqui, né, dia a dia. Eu vejo por ai, né. E outra, indiferente, o trabalho deles é deles, e a gente, né... mas precisa ter essa comunicação aqui, eu acho que é desse jeito, sei lá se to certa, mas eu acho que tem que ter essa comunicação. Porque aqui a gente ta entrando no território deles, vamos falar assim, porque a gente ta entrando, né. São pessoas que já moram aqui há muitos anos, e a prefeitura coloca equipamento aqui, e a gente ta entrando no território deles, né. Mas é bacana, conversa e não tem confusão não. (Luma)

Podemos perceber como situações enfrentadas no trabalho cotidiano dos agentes estatais, neste caso funcionários da creche e do CRAS, foram minimizadas (como no caso dos furtos) ou solucionadas (nos casos de “vandalismo”) por conta de uma aproximação com sujeitos relacionados às dinâmicas criminais da região.

Luma narra outra cena, posicionada no período pré-2000, na qual Maura, então secretaria da SMCAS, chamou um agente das dinâmicas criminais do bairro para ajudar na relação com uma pessoa que incomodava muito o cotidiano do CRAS, brigando com os funcionários e não os respeitando. Atendendo à solicitação de Maura, este agente teve uma conversa com a pessoa em questão após a qual esta mudou radicalmente de postura, não mais incomodando os funcionários.

Esta cena nos indica que as formas locais de administração de situações de conflito não se restringem apenas ao período caracterizado pela presença dos agentes das dinâmicas criminais ligados ao PCC no bairro. Neste período pré-2000 os funcionários da prefeitura que trabalhavam cotidianamente no bairro já podiam identificar sujeitos ligados às dinâmicas criminais aos quais poderiam recorrer em situações de conflito com a população.

É interessante notar que Luma se adaptou a uma forma de administração de conflitos que é própria daquele contexto, isto é, a interferência de sujeitos das dinâmicas criminais, reconhecendo que os funcionários da prefeitura que ali trabalham estão em uma localidade que não lhes pertence, no “território deles”, onde as situações de conflito são resolvidas de uma forma específica. Outro elemento interessante

mobilizado por Luma é a percepção de que seria do interesse destes sujeitos das dinâmicas criminais que os serviços prestados pela prefeitura no bairro, creche e CRAS, funcionem bem, pois seus familiares e conhecidos também seriam usuários destes serviços.

O papel desempenhado pelos que estão ligados ao PCC no microcontexto em questão é mais bem compreendido quando entramos em contato com a bibliografia especializada. Nesta, a emergência destes sujeitos em territórios periféricos das grandes cidades é precedida historicamente por outras figuras sociais que também tiveram papel central na gestão do crime e da violência e de outros conflitos nos bairros em que atuavam.

Segundo Fernandes (1992), na década de 1980 a figura central na gestão do crime e da violência nas periferias paulistanas, caracterizadas pelos bairros em formação, famílias recém-chegadas, moradias precárias, ocupações de terras, surgimento das favelas, era o justiceiro. Conciliava ou não a atuação de justiceiro com trabalhos no mercado formal. Em geral, a “revolta” com os furtos, roubos e outros crimes praticados dentro do bairro ensejavam o início de sua “carreira” como justiceiro. Guardavam semelhanças com as figuras do policial justiceiro (como o famoso Cabo Bruno) ou do policial matador. Mantinham relações de cumplicidades e tolerâncias com as forças policiais, muitas vezes sob a forma de “encomendas” destas, no sentido de eliminar os “indesejados”. Desta forma, o justiceiro encarnava uma defesa dos trabalhadores e de suas famílias das ações da criminalidade local e dos perturbadores da ordem.

A figura social do justiceiro também é discutida por Telles (2010). Esta autora o caracteriza da seguinte forma

Espécie de xerife local, transitando entre a ordem do trabalho e seu avesso, o justiceiro contava com a cumplicidade, quando não o apoio, dos moradores, em um misto de temor, respeito e reconhecimento pelos “serviços prestados”. Além da proteção contra os pequenos bandidos de bairro, também havia a ajuda a uns e outros mais necessitados, arbitragem de litígios entre vizinhos e brigas de família. Inês Ferreira (2009) conta o interessantíssimo caso de um justiceiro que arbitrou a separação de um casal e decidiu a partilha dos poucos bens. Há também os relatos de justiceiros que garantem a ligação clandestina de luz ou, então, como em outro caso narrado por Inês Ferreira, que fizeram a intermediação entre os moradores e a Sabesp ou a Eletropaulo para conseguir a ligação da rede, resolver situações pendentes, negociar dívidas acumuladas. Circunstâncias como essas são, na verdade, frequentes e recorrentes nas periferias da cidade (p.226).

O justiceiro desempenhava um papel junto às comunidades de bairros periféricos na gestão do crime e da violência, mas também havia casos nos quais este realizava também administrações de conflitos familiares ou de vizinhança¹⁷. O justiceiro, diferentemente do matador, não era percebido pelos moradores como “bandido” e muitas vezes os homicídios de criminosos que praticava não eram vistos como violência, mas como justiça, em defesa do trabalhador e da família.

Ainda segundo Telles (2010), nos anos 1990 a figura social que assume centralidade nos bairros periféricos da capital passa a ser o matador. Aos justiceiros três caminhos se desenharam no final da década de 1980: a morte por vingança, a prisão ou sua transfiguração em matador. Ao contrário dos justiceiros, os matadores são considerados como criminosos pelos moradores. Não se considera que os matadores defendem a ordem do trabalhador e de sua família, pois matam por acertos pessoais, negócios do crime, por “encomenda”, vingança, pra resolver algum desafeto, “defesa da honra” e sua atuação frequentemente desencadeava os “mata-mata”, conhecidos nas periferias de São Paulo neste contexto. Cobravam dos pequenos comerciantes locais pela “proteção” que ofereciam contra furtos e roubos.

Na relação entre estes dois mundos ideais, a saber, o “mundo da ordem” e o “mundo do crime”, os matadores são considerados muito mais próximos deste último. É importante sublinhar que as já altas taxas de homicídio aceleram sua elevação neste período.

Seguindo a pista desta autora, os anos 2000 são caracterizados pela estruturação do comércio varejista de drogas, sobretudo cocaína. Neste novo cenário que se estrutura, emerge a figura social do traficante. Seu contexto de emergência é também os anos do encarceramento em massa, com seus efeitos nas populações das periferias urbanas na forma de uma experiência comum às famílias e dentro de suas redes de relações próximas. A emergência da figura social do traficante como elemento de gestão do crime e da violência nos bairros de periferia está relacionada com a centralidade adquirida pelo mecanismo do “debate” neste contexto. Neste sentido, a autora prossegue sobre os conflitos passíveis de administração por esta figura: Podem ser assuntos internos aos negócios do crime (“trairagens”, deslealdades, acordos não cumpridos), podem ser desavenças ativadas nos pontos de fricção dessas tramas embaralhadas dos ilegalismos, podem ser desafetos que viram contendas perigosas, na iminência de soluções de sangue. Das suas modalidades mais informais às mais ritualizadas, dos assuntos menores aos mais graves, o patrão ou gerente da “biqueira” sempre está presente. Conforme os casos, a gravidade do assunto, a amplitude do problema em pauta, o debate pode durar vários dias, pode envolver os patrões de “biqueiras” vizinhas, pessoas de outros bairros, com a participação, sempre,

¹⁷ Nestes conflitos também estão presentes a possibilidade de um desfecho violento, que também dariam início a ciclos de mortes. Desta forma, parece ser possível pensar que administrar estes conflitos é também realizar a gestão da violência neste contexto.

das figuras do PCC, em contato com outros “irmãos” dentro e fora da prisão, em comunicação através dos seus celulares (TELLES, 2010).

Assim, a figura social do traficante aparece como instância de administração do crime e da violência nestes microcontextos, mas também como “representante” da comunidade do bairro no que tange a relação com prestadoras de serviço e com a prefeitura:

Os homens do tráfico local agenciam as gambiarras nos lugares sem energia elétrica, não poucas vezes mobilizando, sob pagamento, as competências técnicas dos empregados de serviços (terceirizados) de manutenção da rede elétrica. Também: arbitragem nas áreas de ocupação irregular de terras entre famílias já estabelecidas e recém-chegadas; melhorias no campo de várzea, negociadas com os representantes da prefeitura com a mediação do CDM (Conselho de Desportivo Municipal) local; promoção de festas juninas e “acertos” com os representantes da ordem, polícia e fiscais da prefeitura (TELLES, 2010, p. 252).

É possível notar que entre 2002 e 2003 há uma queda nas taxas de homicídios da cidade de São Paulo, até então taxas altíssimas com tendência ao crescimento, conforme contexto relatado para as décadas de 1980 e 1990. Esta queda nas taxas se acentua nos anos seguintes até 2006, o que é interpretado por Telles como reflexo (ao menos em parte) desta “gestão da ordem” que transborda os negócios do crime e atinge outros mundos sociais nos territórios e sobre as redes nas quais o varejo da droga tem influência (TELLES, 2010, p. 247).

Desta forma, esta “sociabilidade” específica surgida no âmbito do sistema carcerário paulista¹⁸ se expandiu, transbordou os muros das penitenciárias, atingindo, juntamente com os negócios do crime (drogas e armas) agora monopolizados pelo PCC, as áreas onde estes negócios foram se estruturando, sobretudo nas periferias. O componente empírico que sustenta esta hipótese da autora são as características das mudanças das figuras centrais na administração da ordem nas periferias entre as décadas de 1980, 1990 e os anos 2000: o justiceiro, o matador e o traficante.

A gestão do crime e da violência no âmbito dos territórios de influência de justiceiros e matadores era feita, sobretudo por meio do recurso a morte violenta. O contexto dos anos 2000 se mostra diferente, seja olhando as estatísticas, seja nos depoimentos dos entrevistados. É o período de estruturação e consolidação dos traficantes como figuras centrais nestes territórios, e juntamente com eles a hegemonia

¹⁸ Discutida pela bibliografia segundo a noção de “proceder” (MARQUES, 2011; HIRATA, 2010; BIONDI, DIAS.).

desta “sociabilidade” específica, do *proceder*, e da já referida “pacificação dos territórios”.

Segundo Feltran (2011, p. 186), o “mundo do crime” é também ator da “gestão de populações” entre as famílias moradoras de favela de Sapopemba, onde predominam alguns “códigos de conduta que emanam dos grupos inscritos no crime”. Assim:

Como demonstra claramente a história de Ivete, há tempos, nessas favelas, a *violência legítima* do crime é a fonte primeira de proteção às famílias, e aquela que implementa a *justiça* no plano local. Aparece ali, ainda, a coexistência entre o código do trabalho e o criminal no interior da família. Novidade nessa história é, entretanto, a instituição, nos anos 2000, do mandamento de *paz entre os ladrões*, introduzido pelo PCC, e que reduz o uso da violência letal entre sujeitos inscritos no crime às situações deliberadas por integrantes da facção, em dispositivos dialógicos conhecidos como debates. Mais notável ainda é a constatação, numa série extensa de trabalhos etnográficos, da expansão desse mesmo dispositivo por todas as periferias do estado de São Paulo, durante os anos 2000. Nas favelas e periferias paulistas, portanto, a sociabilidade fundada por esse marco discursivo há tempos já compete diretamente com outras matrizes discursivas e, seguramente, lhes é coexistente (FELTRAN, 2011, p. 186).

Esse processo de consolidação da figura social do traficante pôde também ser percebida em meu campo de pesquisa. A centralidade dos sujeitos ligados ao PCC na gestão do crime e da violência no cotidiano, assim como enquanto “representantes” da comunidade frente à prefeitura também foi notada. Entretanto, pude conhecer algumas cenas nas quais os funcionários da prefeitura buscam canais de administração de situações de conflitos diferentes dos que se apresentam localmente. Duas cenas ilustram este aspecto. Na primeira, quando Luma ainda estava na supervisão do CRAS, um homem armado com uma faca adentrou o local até a sala onde estava ocorrendo uma oficina de marcenaria e esfaqueou um dos participantes. Neste momento Luma ligou para o serviço de resgate do Corpo de Bombeiros socorrer a vítima e também para a Polícia Militar.

Na segunda cena, prevendo certo desfecho trágico para uma situação na qual um jovem do bairro é injustamente acusado de abusar sexualmente de uma menina, o recurso à forma local de administração desse conflito é evitada. Assim, quando Luma ainda supervisionava o CRAS, o professor do projeto levou as crianças para um passeio pelo bairro. Jonatas, um adolescente afônico do bairro, e algumas meninas permaneceram no CRAS brincando no balanço, enquanto Luma estava em reunião. Foi então que a mãe de uma das crianças avistou uma menina sentar no colo de Jonatas no

balanço e comentou com outras moradoras do bairro. Os comentários se multiplicaram e passaram a comunicar que o adolescente havia abusado sexualmente da menina. Este comentário causou grande alvoroço entre a população da região e Jonatas havia então de ser julgado pelos integrantes do PCC, pois havia cometido um ato de extrema gravidade.

Luma fez a defesa de Jonatas desde o início da situação, duvidando que ele fosse capaz de abusar da menina e alegando que tudo seria um mal entendido. Perguntou para a menina o que de fato havia acontecido e esta afirmou que não acontecera nenhum problema. Luma então procurou a mãe de Jonatas e juntas percorreram várias casas de famílias conhecidas do bairro explicando a situação e esclarecendo que havia sido um mal entendido. O rapaz não foi julgado, mas Luma aconselhou sua mãe a mantê-lo longe do bairro durante algum tempo. Em decorrência da mesma situação, o professor do projeto foi acusado de não estar presente e a pressão colocada sobre ele foi tamanha que pouco tempo depois ele pediu transferência para outro equipamento da prefeitura.

Feltran (2010, p. 306) narra uma cena na qual integrantes do PCC cobram explicações de uma entidade da sociedade civil ligada a defesa de direitos humanos em Sapopemba acerca de uma denúncia de abuso sexual de uma criança. Eles querem saber se o sujeito acusado é mesmo culpado, pois querem matá-lo. A responsável pela entidade na ocasião responde que a própria entidade já está apurando o caso e tomará as medidas cabíveis, muito consciente de que os casos de abuso sexual dentro da favela acabam em morte, seja por linchamento da população, ou pela atuação dos integrantes do PCC.

O paralelo entre esta cena narrada por Feltran e a cena descrita por Luma parece ser evidente. O repertório desenvolvido pelas duas protagonistas permitiu que visualizassem o desfecho comum das histórias e permitiu que optassem por uma alternativa na administração do conflito colocado.

Desta forma, fica evidente que a cada situação colocada se forma um leque de opções às quais se pode recorrer para nestes microcontextos. Feltran ilustra essa percepção:

As fronteiras do *mundo do crime* passam a ser, nessa medida, espaços de disputa pelos sentidos do que é legítimo social e publicamente e assim, elas passam a interferir nas estratégias de gestão de territórios e populações, especialmente nas periferias urbanas. A depender do problema enfrentado, um jovem de Sapopemba pode, por exemplo, propor uma ação trabalhista ou exigir justiça em *tribunais* do PCC; pode se beneficiar dos atendimentos de

uma entidade social ou pedir auxílio ao traficante. Pode, ainda, conseguir um emprego para entregar panfletos ou começar a trabalhar na venda de drogas no varejo. A depender do interlocutor, essas ações serão consideradas mais ou menos legítimas, e serão mais ou menos válidas discursivamente. Mas, nos fluxos cotidianos da vida, qualquer uma delas compõe igualmente repertórios de ação possivelmente legitimada (2011, p. 91-92).

Estes repertórios são constituídos, portanto, dentro de um processo de disputa por legitimidade em cada contexto. Um exemplo neste sentido é a cena descrita anteriormente na qual o conhecimento que Luma tinha da forma local de administrar as acusações de abuso sexual contribuiu para que desconfiasse do desfecho que este conflito poderia ter, considerando a comoção que as graves acusações geraram entre a população do bairro. Em um eventual “debate”, as possibilidades de defesa de Jonatas seriam prejudicadas por sua condição de afonia. Luma agiu rápido mobilizando uma rede de relações de modo a frear o processo que provavelmente levaria à morte do adolescente.

No período da pesquisa de campo os “debates” no bairro ainda aconteciam, mas em frequência menor do que quando a “disciplina” do PCC começou a se disseminar na cidade, segundo a percepção de nossos interlocutores. Neste sentido, a indicação é a de que as pessoas que são envoltas por esta “disciplina” vão se habituando e aprendendo a se relacionar com o mecanismo do “debate”, quais as motivações e fatos que podem ensejar um “debate” e quais os desfechos possíveis para cada situação. Assim, desenvolvem um repertório que possibilita a avaliação e decisão acerca da utilização ou não deste mecanismo para a administração de conflitos.

O campo da administração de conflitos: o debate sobre suas diferentes formas

Neste ponto, apresentamos uma discussão presente no campo da administração de conflitos com o objetivo de aprofundar a reflexão sobre suas diferentes formas, institucionais e não institucionais. Neste sentido, foi interessante conhecer a forma como Sinhoretto (2002) organiza e nos apresenta os principais autores do campo, principalmente no que tange a identificação de uma crise de legitimidade da justiça pública e das respostas a esta crise geradas dentro do próprio sistema e fora dele. Para além deste aspecto mais geral, o diálogo entre a abordagem apresentada na pesquisa

desta autora e as narrativas apresentadas no presente trabalho fomentaram outros questionamentos a serem perseguidos no decorrer da pesquisa, mas que se encontram indicados neste momento.

Em seu trabalho, Sinhoretto (2002) estava preocupada com o acesso à justiça e as práticas populares de justiça. Neste sentido, propõe olhar para situações de conflitos, onde estas sejam encaminhadas a uma resolução não intermediada por instituições de justiça, sindicais, partidárias, associativas ou políticas de qualquer natureza. Como os linchamentos não tinham tradição de estudos no Brasil, aproximou seu método dos estudos de levantes e revoltas populares, tal como sugerido por José de Souza Martins (1995) em outra ocasião.

Por meio de uma pesquisa em base de dados da imprensa, Sinhoretto identificou que aproximadamente um terço dos linchamentos ocorria em delegacias e portas de Fóruns, onde os linchados encontravam-se sob custódia das instituições estatais de controle e punição. Por conta disso, a autora acredita que os linchamentos sejam uma forma de punição que se contrapõe às maneiras pelas quais as instituições estatais praticam ou não a punição. Em relação aos motivos para tanto:

Seja porque existe uma desconfiança com relação à eficiência da polícia e da justiça em conter a criminalidade, seja porque a população que pratica o linchamento reivindica uma outra forma de fazer justiça. Em alguns desses casos, a população conta com o apoio das próprias autoridades públicas (SINHORETTO, 2002, p. 41)

Em cerca de metade desses acontecimentos o linchado é salvo pela intervenção da polícia, mas poucos casos são levados ao sistema de justiça para responsabilização do grupo de linchadores.

Poucas situações de conflito narradas por nossos interlocutores nesta pesquisa tratam de punições, mas a maior parte poderia ser intermediada ou encaminhada por instituições estatais. A análise fica mais complexa quando levamos em consideração que há ocasiões nas quais são os agentes estatais que chamam os agentes criminais a intervir na situação, agentes estatais que não necessariamente são moradores do bairro, mas que conhecem a posição ocupada pelos agentes criminais em uma dinâmica de administração de conflitos daquela localidade. Há outra situação ainda na qual agentes estatais e agentes criminais são partes litigantes em uma disputa sobre como encaminhar uma festa.

Por ora fica a questão: entre as situações de conflito presentes nas narrativas apresentadas, haveria ocasiões nas quais o acionamento de agentes não institucionais de administração de conflitos seria reflexo da desconfiança em relação à eficiência da polícia ou do sistema de justiça, ou ainda em nome de outra forma de encaminhar a situação de conflito, diferente da qual a experiência com o trabalho das instituições estatais demonstrou?

Sinhoretto mobiliza o trabalho de Boaventura de Sousa Santos para discutir o problema do funcionamento do sistema de justiça pública. Segundo este autor (1995), o problema residiria na legitimidade das práticas judiciárias entre a população. Neste sentido, as pessoas prefeririam “resolver seus conflitos ao largo da justiça pública quando desenvolvem mecanismos mais eficazes de solução e prevenção de conflitos. Isso se dá em virtude de a justiça pública ser cara, distante da realidade do conflito e muito lenta” (SANTOS apud SINHORETTO, 2002, p. 57).

Nos chama a atenção nessa discussão a relação entre a concepção de uma justiça pouco eficiente em relação a outros modos de se administrar a mesma situação de conflito. No entanto, nos parece que também a decisão dos agentes em optar por uma forma não institucional de administrar uma situação de conflito está relacionada ao fato de que esta detém legitimidade e hegemonia dentro do território, como o caso da atuação dos membros do PCC na administração das situações de roubos ao CRAS na região do Jardim Encosta e no relacionamento entre os agentes estatais e a população do bairro.

Segundo Sinhoretto, não há em nossa sociedade um consenso acerca da melhor forma para administrar litígios. Existe sim uma pluralidade de práticas relativas à justiça com diferentes níveis de aceitação entre os grupos sociais que a compõem. O linchamento seria uma dessas formas, praticada e defendida por uma parte da população como a punição adequada a determinado tipo de crime, que apesar de ilegais não sofrem uma política expressiva de repressão por parte das instituições estatais. Neste sentido, seria considerado o desfecho apropriado para um tipo de litígio por uma parcela da população.

Seguindo esta pista, podemos nos perguntar se algumas das formas de administração de situações de conflitos narradas neste trabalho guardam semelhanças em relação aos linchamentos analisados por Sinhoretto (2002). Isto porque em certo sentido são práticas de administração de litígios que passam ao largo das instituições estatais, mesmo que, nos casos ora descritos, mobilizada por agentes de outras

instituições estatais. Parece-nos que neste particular as considerações acerca da eficiência da alternativa e sua legitimidade no território são elementos importantes para sua compreensão.

O caminho percorrido por Sinhoretto (2002) em seu mapeamento do campo de estudos com o qual dialoga, assim como o sentido que extrai dos dados de sua pesquisa, nos ajudam a formatar um olhar para as relações que o presente trabalho tem dado atenção.

O debate internacional sobre acesso à justiça identifica a crise de legitimidade da justiça pública contemporânea em relação à população, principalmente através das discussões weberianas e de Boaventura de Sousa Santos. Reações a esta crise são geradas dentro do próprio sistema judiciário, por meio das iniciativas de informalização da justiça, e fora do sistema, em ações ilegais ou extra-legais. No Brasil, o debate sobre as iniciativas de informalização da justiça tem caminhado com os estudos sobre os Juizados Especiais e formas alternativas de administração de conflitos.

No que tange as iniciativas ilegais de administração de conflitos, como os casos de linchamento analisados por Sinhoretto, há trabalhos dos autores que se debruçam sobre o papel de moralidades que orientam as formas de reprodução da vida cotidiana e a administração de conflitos em territórios periféricos, em especial os estudos sobre a cidade de São Paulo.

A relação identificada naquele momento pela autora entre considerações de ordem ideal e prática com relação ao trabalho da polícia e da Justiça ajudam a compor certa percepção comum aos moradores do bairro em questão na qual o recurso à polícia e a Justiça é o ideal a ser feito em casos de conflitos e ocorrências criminais. Entretanto, a morosidade ou ineficiência do trabalho destas instituições estatais, em situações conhecidas pelos próprios entrevistados ou de conhecimento coletivo, são alguns elementos que contribuem para a percepção de que certos conflitos não podem ser solucionados pelas vias institucionais. Isto quando não são agravados – como nos casos em que os criminosos seriam soltos em pouco tempo, deixando os moradores vulneráveis a novas ações ou represálias.

É preciso também notar que estas percepções identificadas por Sinhoretto não são idênticas em todos os entrevistados de sua pesquisa, variando de maneira perceptível do contexto de um bairro a outro, e de maneira menos evidente no interior de cada bairro. Contudo, as percepções sobre as instituições estatais de administração de conflitos são bastante próximas em todos os casos.

Paralelamente a esta discussão, alguns estudos problematizaram o papel da organização policial na administração de conflitos cotidianos. Conforme Sinhoretto (2001), muitos dos trabalhos sobre polícia nas ciências sociais buscaram compreender o local das práticas extrajudiciais em relação ao universo de leis e direitos dos cidadãos em uma ordem democrática.

Na década de 1980, Oliveira ([1985] 2004) se debruçou sobre as práticas extrajudiciais da polícia em Recife, procurando entender que tipo de uso e qual a qualidade de acesso que a população tinha às instituições do sistema de justiça estatal. No rol de casos observados por Oliveira constavam ameaças, calúnias, difamações, agressões físicas, assim como outros conflitos de natureza cível.

Para estes casos não eram aplicados os procedimentos do inquérito, sendo administrados pela polícia segundo seus métodos informais. Justificava-se a atuação policial como uma tentativa de evitar o cometimento de crimes considerados mais graves, por meio de procedimentos orais. Apenas em casos de delitos patrimoniais havia a possibilidade mais evidentemente colocada de uma atuação repressiva, sendo a prisão ilegal utilizada como ferramenta de investigação, ou ainda a ameaça de um processo legal como estratégia de construção de um “acordo”.

Para Oliveira, a função extrajudicial da polícia não reflete apenas as dificuldades de acesso ao Judiciário, mas também consiste em uma prática histórica da polícia, considerando ainda que o Código Criminal do Império (1830) regulamentava a atuação da polícia na administração dos chamados pequenos delitos, os “crimes policiais”. As pessoas que procuravam estes serviços da polícia manifestavam desejo de que o conflito fosse resolvido rápida e informalmente, aplicando-se um “corretivo” ao ofensor. Em outro sentido, considerava-se que esta atuação da polícia preservava o Judiciário de uma avalanche de pequenos casos que levaria o sistema a um colapso.

Este autor argumenta ainda que o problema sociológico na atuação extrajudicial da polícia consiste na proteção de direitos e no direito de acesso de uma justiça igualitária, teoricamente oferecidos pelo formalismo do Direito oficial.

Kant de Lima (1995) identificou no Rio de Janeiro muitas das práticas já estudadas por Oliveira (2004), como as audiências policiais que precedem o registro da ocorrência em casos de brigas domésticas ou de vizinhança e a utilização da ameaça do inquérito como mecanismo de encaminhamento do conflito, principalmente em casos de partes que pertencem a classes sociais diferentes.

Ainda segundo Kant de Lima, os conflitos familiares são percebidos por policiais, juízes e partes conflitantes como mais eficientemente tratados por meio de procedimentos policiais informais. No entanto, ressalta-se uma recusa sistemática em administrar o conflito, buscando-se sempre acalmar a exaltação das partes e devolver o conflito à esfera privada. Aqui, este autor ressalta um paradoxo em relação à legitimação da instituição, pois, se administra informalmente o caso, a polícia viola a lei e, se cumpre a lei, frustra as expectativas de quem a acionou.

A antiguidade das práticas informais de administração de conflitos da Polícia Civil é apontada por Marcos Bretas (1996) para o Rio de Janeiro no início da Primeira República. Segundo este autor, essas práticas assentavam-se no prestígio da autoridade policial no momento da construção do Estado Nacional brasileiro que, no entanto, teriam continuado bastante disseminadas mesmo com a diminuição do poder legalmente conferido a autoridade policial. Assim, os mais variados conflitos eram administrados pelos policiais, sendo que na maior parte dos casos prevalecia a ameaça da judicialização do caso, considerado um prejuízo para as partes, de modo a forçar as partes à aceitação de um acordo informal.

Segundo este autor, a despeito dessa prática informal não ser considerada pelos policiais enquanto o “verdadeiro trabalho policial”, constata-se que essa atuação ocupava a maior parte do seu tempo e acabava por legitimar a organização policial junto às classes populares. As resoluções oferecidas para estes conflitos eram acatadas porque o “bom senso” dos agentes policiais encontrava identificação com valores e ideias presentes compartilhados no senso comum, além de constituir-se em uma alternativa, muitas vezes a única, de resolução ágil e acessível.

Ainda sobre a prática de administração de conflitos realizada pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, Poncioni (2005) aponta que essa atuação em relação aos conflitos não-criminais é bastante comum a organizações policiais de outros países. No entanto, no Brasil essa prática acaba antes por reproduzir desigualdades e reafirmar preconceitos, evidenciados no tratamento diferencial oferecido a depender do tipo do conflito e da origem social das partes, do que assegurar direitos e garantias democráticas.

O conjunto de estudos sobre o sistema de justiça e as práticas extrajudiciais da organização policial evidencia a “proteção” do sistema de justiça de uma variedade de conflitos provenientes das classes populares, considerados menos importantes e de difícil solução para o ordenamento jurídico.

Em suas conclusões, Sinhoretto (2001) ressalta a ambiguidade expressa no campo da administração de conflitos nos lugares estudados entre um discurso ideal acerca do sistema de justiça pública eficiente que ofereça oportunidades iguais de acesso a todos os cidadãos e a experiência dos moradores que apontam na direção da resolução privada dos conflitos.

Em todos os casos analisados por esta autora, foi importante conhecer as características dos laços entre a comunidade do bairro, as relações de mais proximidade ou de mais distância entre os vizinhos e conhecidos de bairro, muitas vezes parentes, e as percepções sobre qual a melhor forma para se resolver determinada situação de conflito. A construção comunitária da culpa dos acusados, principalmente em crimes de sangue, e o empecilho que isso representa para o desenvolvimento das relações cotidianas entre os moradores do bairro, tornaram possível e justificável a execução das punições naquele contexto.

O repertório social de alternativas para a resolução de uma situação é considerado pela autora um aspecto importante para a análise dos casos em questão. Significa dizer que o recurso à polícia é sempre visto com ressalvas por conta de experiências que não contribuíram para a consolidação das relações entre população e instituição. Em outro sentido, o acesso ao Judiciário é percebido como tarefa dificultosa, tendo em vista que não se dedica aos conflitos vividos por aquela população.

A autora percebe a tensão entre dois sistemas de valores nos quais a vingança privada é justificável e culturalmente aceitável, mas pode provocar uma luta prolongada no interior da comunidade, e também causar problemas com o sistema público de justiça, caso o “vingador” seja reconhecido oficialmente como envolvido.

O quadro composto, possibilita que visualizemos como esta alternativa do linchamento para a administração de conflitos configura-se como uma opção aceitável, pois “minimiza os riscos de retaliação por parte do grupo social do linchado, como por parte do Estado” (SINHORETTO, 2002, p. 189).

Tendo em vista todo o exposto, em relação ao campo da presente pesquisa, nos questionamos acerca da posição dos agentes estatais que trabalham cotidianamente no bairro em relação às dinâmicas próprias daquele contexto. Em outras palavras, qual sua posição em relação às alternativas possíveis de administração de conflitos identificáveis ali. É interessante notar nas narrativas apresentadas que os conflitos adquirem características muito diferentes – de furtos e problemas de relacionamento com a população até homicídios e tentativas – assim como são diferentes as formas pelas quais

são administrados – desde alternativas locais até o acionamento de outras instituições estatais.

Um caso de furto ao CRAS pode ser administrado localmente com certa facilidade. Em outro sentido, em um caso de acusação de abuso sexual, o recurso à administração local do conflito foi evitado, tendo em vista o possível desfecho trágico da situação para o acusado injustamente. Tensões entre agentes de diferentes instituições estatais não foram administrados localmente, antes foram utilizados expedientes institucionais. São diversas situações de conflitos com características distintas para as quais se utiliza o recurso a formas variadas para sua administração. Supõe-se que, no bairro estudado e em relação aos agentes presentes nas narrativas às quais tivemos acesso, as alternativas de recurso possíveis para determinada situação coexistem e o acionamento de uma delas é parte de um processo que envolve o repertório e a experiência dos agentes naquele contexto.

Alfa: “ordem”, “respeito” e “pulso firme”

Neste capítulo discutimos as formas de administração de conflitos, e as relacionamos ao seu papel desempenhado na gestão do crime e da violência no bairro. Foi também possível perceber que os principais atores sociais nestas cenas estavam relacionados às dinâmicas criminais e, mais especificamente, relacionados ao PCC. Neste momento construímos o personagem representado por Alfa¹⁹, discutindo algumas das categorias consideradas importantes por nossos interlocutores para a manutenção da posição que ocupava junto ao PCC e para a gestão do crime e da violência no bairro.

A figura de Alfa estava associada a um contexto de “ordem” no bairro, ao “respeito” na comunidade e a posição de “disciplina” no PCC. Enquanto esteve no bairro, não havia “bagunça”, era uma pessoa que todos ouviam falar e pela qual passavam todos os conflitos. Há a percepção de que os conflitos administrados pelo PCC por meio do “debate” não são violentos (em contraposição a formas violentas de

¹⁹ Sobre a estratégia de construir um personagem, duas considerações são necessárias: em primeiro lugar, a composição do personagem é feita por meio das descrições e narrativas dos interlocutores da pesquisa junto ao bairro que conheciam e se relacionavam com Alfa, isto é, trata-se das percepções dos interlocutores sobre Alfa. Em segundo lugar, a ideia de personagem aqui se aproxima da construção de um “tipo ideal”, no sentido de que suas características e seu comportamento representam em grande medida o que é esperado de integrantes do PCC.

administração de conflitos relacionadas a um momento anterior à hegemonia do PCC e ao enunciado de “paz entre os ladrões”) ou “desrespeitam” as “partes” do conflito.

Assim, as partes seriam ouvidas, seria averiguado qual parte está “certa” e qual está “errada” e se chegaria a uma conclusão sobre o encaminhamento do conflito. Neste sentido, os critérios de justiça estão diretamente relacionados aos critérios de “certo” e “errado”, trabalhados pela bibliografia em relação ao “proceder” (MARQUES, 2007; HIRATA, 2010).

Os dados obtidos indicam que Alfa “fechava na regional 16”, posição que apareceu em alguns relatos na forma da função de “disciplina” do PCC. O “disciplina” seria o responsável por organizar os “debates” em todo território compreendido pela área do DDD 16, onde estão as cidades de Ribeirão Preto e São Carlos.

Nesta posição, atenderia a solicitações por “debates” em conflitos de difícil encaminhamento, nos quais convocaria os vários membros do PCC (também em posição de “disciplina”) que seriam necessários para fornecer legitimidade à decisão tomada (aqui, os casos mais complicados envolveriam decisões de vida ou morte). Para além desta posição exercida em âmbito regional, também seria ele a ocupar a posição de “disciplina”, administrando os conflitos na órbita de influência do PCC na cidade.

Alfa teria “pulso firme” e por isto seria muito respeitado, tanto no bairro quanto no PCC. Neste sentido, ter “pulso firme” significa ser rígido com relação à “disciplina” do PCC nos territórios sob sua responsabilidade, cobrando qualquer pessoa que a quebre, de modo a oferecer a punição ou resposta necessária à infração cometida. O “respeito” que Alfa possuía junto à comunidade e ao PCC parece estar diretamente relacionado à sua habilidade argumentativa, utilizada principalmente na condução dos “debates”, a sua preocupação com os problemas das famílias do bairro, ao seu “pulso firme”, e a sua rede de relações dentro e fora do PCC.

Hirata descreve a figura social do “patrão” da biqueira como o “ponto mais alto de um sistema social que se organiza ao redor de histórias pessoais e uma memória coletiva do bairro” (2010, p. 306). Possuem uma história local que constrói seu nome e reputação, tendo em vista toda sua experiência na “carreira criminosa”, seus atos espetaculares. Sua história pessoal se confunde com a história coletiva do bairro porque é um ator importante na disputa da ordem local. Em outro sentido, sua posição nesta mesma hierarquia social é construída por conta de sua capacidade de “se fazer respeitar pelos outros”, baseada na coragem da exposição pública. Sobre esta, o autor continua,

(...) o que é valorizado é a capacidade de tomar a palavra em público e falar francamente, de se expor em suas opiniões, de ter coragem para uma enunciação frente aos outros dizendo o que às vezes não é bom ser ouvido (...) uma das características admiradas dos patrões é a capacidade de se colocar a prova, a exposição e o enfrentamento como uma das virtudes que devem ser cultivadas (HIRATA, 2010, p. 309-310).

Alfa também é apontado como elemento importante de uma polêmica envolvendo o CCE. Lucila ocupou o cargo de secretária da SMCAS quando a então secretária Maura passou a ocupar um cargo mais importante. Antes de se tornar secretária, Maura foi professora em escolas e fez trabalho social junto a uma comunidade religiosa durante muitos anos, tendo se tornado conhecida na região do Jardim Encosta. Os dados produzidos em campo indicam que Alfa quis conhecer a nova secretária e o encontro aconteceu. Posteriormente Lucila se reunia semanalmente com Alfa, Caruso, Cândida e Edviges, supervisora do CCE à época. A revelação pública destas reuniões é apontada por alguns funcionários como um dos principais fatores para a substituição da secretária na SMCAS.

Quando Alfa faleceu, o fato de ter sido velado nas dependências do CCE teve grande repercussão na mídia da cidade, gerando uma declaração do delegado da Delegacia de Investigação sobre Entorpecentes (DISE), na qual afirma que segundo as investigações da Polícia Civil, Alfa era um dos chefes do tráfico de drogas do município e ligado ao PCC. O Ministério Público pediu explicações à prefeitura sobre o fato, que se manifestou dizendo que apenas autorizou porque não sabia de quem se tratava.

Segundo a imprensa da cidade, a causa presumida para o falecimento de Alfa foi overdose de cocaína. Para além disto, os relatos de nossos interlocutores indicam que uma situação específica o teria colocado sob muita pressão e levado a usar cocaína em excesso para aliviar o estresse. Tratar-se-ia de uma situação envolvendo o latrocínio cometido por três adolescentes do Jardim Encosta na casa do dono de um supermercado próximo ao bairro. Após o acontecido, a Polícia Militar fazia incursões diárias no bairro, mais especificamente na casa dos adolescentes que estavam foragidos.

Alfa estaria então sendo pressionado por outros integrantes do PCC a resolver a situação dos adolescentes. De acordo com os relatos, resolver esta situação significaria executar os adolescentes como punição por praticar este crime tão próximo do bairro, serem reconhecidos e atraírem a PM diariamente ao local. Entretanto, o dilema de Alfa estaria em querer preservar a vida dos adolescentes, por conhecer suas famílias de longa data. Toda esta situação teria colocado Alfa sob estresse intenso, momento no qual este

recorreu ao uso excessivo de cocaína que teria provocado sua morte. No entanto, rumores que circularam pelo bairro dão conta de que Alfa teria chegado ao hospital ainda com vida, mas que policiais militares descaracterizados teriam estado no hospital e “facilitado” seu óbito.

Neste ponto, identifica-se o paralelo da morte de Alfa com a morte do irmão de Caruso. O irmão mais velho de Caruso teria aproximadamente 37 anos em 2014 e “fechou na regional” até sua morte. Isto é, ocupava a posição de “disciplina” no PCC. Nessa posição, participava de “debates” em muitas cidades da região, como Ribeirão Preto e Ibaté. Segundo Caruso, seu irmão cometeu suicídio justamente em decorrência da pressão sofrida por ocupar essa posição.

Caruso afirma que recebeu vários convites para se tornar “irmão” do PCC por conta de algumas características (habilidades e competências) que possui. A principal delas é sua capacidade argumentativa e discursiva, uma racionalidade, sempre relacionada com habilidades mentais e/ou psicológicas, que permite que vença disputas em “debates” por meio do convencimento e persuasão.

Em outro sentido, sua “disposição” (FELTRAN, 2011) para cumprir as “missões” do PCC e sua história no crime foram elementos importantes para motivar os convites que recebeu. Para exemplificar essa capacidade argumentativa e discursiva, Caruso narra uma cena na qual um dos principais integrantes do PCC no bairro foi até o CCE (já em sua nova fase de preservação) com uma carabina de pressão para matar pombas que frequentavam a quadra do CCE em grande número. Caruso considerou que esta atitude está errada, pois o “irmão” tem que dar bons exemplos para as crianças que frequentam o CCE e matar pombas com uma arma de pressão seria um mau exemplo. Se o “irmão” tivesse disparado, as crianças também gostariam de fazê-lo. Assim, Caruso foi conversar com o “irmão” e o convenceu de que estava “errado”. Isto porque há um acordo sobre a forma de utilização do CCE (acordo do qual este “irmão” participou) e disparar contra pombas não faz parte dele. O “irmão” foi convencido e se retirou sem matar nenhuma ave. A justificativa apresentada por Caruso, fazendo menção a um compromisso assumido por toda comunidade, somada à importância e ao respeito daquele “irmão” em relação às crianças do bairro, teria sido capaz de convencer o “irmão” de que ele estava errado.

Desta forma, Caruso entende que a ordem é mantida no CCE por conta de sua presença e do respeito que tem no bairro. Ter feito parte das dinâmicas criminais, ter ficado preso e possuir as capacidades argumentativas e discursivas apontadas seriam

elementos importantes para “sustentar” a legitimidade de Caruso naquela circunstância. Aqui, é interessante refletir sobre como habilidades e competências valorizadas para que um sujeito seja convidado a integrar o PCC acabam por se tornar um elemento também importante para a construção de um critério de respeito junto à comunidade. Desta forma, as habilidades argumentativas e discursivas desenvolvidas por Caruso em sua carreira criminal e no sistema penitenciário, por meio das quais foi convidado a integrar o PCC, ainda tem o efeito de sustentarem sua posição de respeito mesmo após sua conversão.

Caruso diz nunca ter sido “batizado” como “irmão” no PCC. Entretanto, afirma que “corria com o comando”, tendo “disposição²⁰” para executar qualquer “missão²¹” que lhe fosse dada. Foi convidado várias vezes para se batizar no PCC e quando esteve mais próximo de aceitar teve uma conversa com outro “irmão” do PCC que o fez mudar de ideia.

Nesta conversa, este “irmão” do PCC afirma que seu irmão teria sido covarde ao se suicidar frente à pressão das responsabilidades da posição que ocupava. Na visão de Caruso, seu irmão fez tudo ao seu alcance pelo PCC e não obteve reconhecimento após sua morte. Assim, questionou os critérios de “certo” do PCC e decidiu não mais se “batizar”. Caruso foi preso pouco tempo após ter tomado essa decisão. Afirmou ter desistido da vida no crime na cadeia após se comover com a situação pela qual sua esposa e filho se submetiam ao visitá-lo. Converteu-se ao neopentecostalismo e no sua narrativa de vida após o crime e a conversão passou a ser totalmente centrada na religião e no trabalho “honesto”. Durante todo o tempo que durou nossa entrevista, Caruso esteve com uma Bíblia sobre sua perna. Em outro sentido, a obrigação de contribuir financeiramente com o “crescimento” do PCC, por meio de uma quantia considerada muito alta por ele, também contribuiu para que Caruso não se batizasse.

Caruso afirma que se uma briga com agressões físicas entre dois jovens acontecesse nas dependências do CCE durante um jogo de futebol, os dois teriam suspenso seu direito de utilizar as dependências por 45 dias. Entretanto, os dois jovens também seriam submetidos a um pequeno “debate” conduzido pelo “disciplina” do bairro. É provável que o “debate” seria acionado mesmo se tal briga acontecesse fora do CCE.

²⁰ “Disposição” aqui tem o sentido de “disponibilidade” e “vontade”. Segundo Caruso, trata-se de uma qualidade bastante valorizada para que o sujeito seja convidado a integrar o PCC.

²¹ As “missões” podem ser diversas, desde roubos até execuções.

Cândida afirma não entender porque o velório de Alfa teve tanta repercussão na mídia e na opinião pública da cidade. Para uma parte dos moradores do bairro, que pode ser ilustrada nas falas de Cândida, reproduzidas a seguir, Alfa representava um morador interessado em ajudar as pessoas mais necessitadas do bairro:

Eu conhecia ele, era uma ótima pessoa, ajudava bastante assim, as crianças, aqui mesmo, se você precisava de ajuda, ele ajudava mesmo, se tinha alguém precisando, ele ajudava. Ajuda financeira e sempre conversava, ia lá dar atenção, ele era bastante de conversar.

Se tivesse alguém precisando ele falava pra ir lá e ver o que precisava, que ele tava aqui pra ajudar.

Ele não gostava de briga. Se tivesse alguém brigando ele conversava, pedia pra parar. Eu nunca vi ele agressivo, pelo menos aqui” [...] “a gente sente falta, porque independente do que é ou não é, ele era muito amigo. (Cândida)

Todavia, esta visão é contrastada por outra parcela dos moradores do bairro que não apreciavam sua atuação. Há a percepção que seu corpo foi velado na quadra do CCE pelas muitas pessoas da comunidade que gostavam dele, a despeito de nem toda comunidade gostar.

Os relatos de nossos interlocutores indicam que há outros integrantes do PCC no bairro. Estes cresceram em importância após a morte de Alfa. Contudo, não gozariam do mesmo “respeito” que Alfa, ou não se fariam respeitar da mesma forma. Assim, o contexto pós-Alfa seria caracterizado por “bagunça”, onde não existe “ordem” da forma como existia com a presença de Alfa. A gestão da “ordem” e da violência no bairro teria ficado a cargo de outros membros do PCC que não teriam “pulso firme”. Rumores que circulavam pelo bairro apontavam que dentro de pouco tempo um integrante do PCC sairia do sistema carcerário e se instalaria no Jardim Encosta. Esta figura já seria conhecida naquela órbita de influência do PCC e reconhecidamente portadora de “pulso firme”.

Quando questionado sobre o motivo pelo qual nem todos os integrantes do PCC possuíam a capacidade de gerir a “ordem” a contento, tal qual Alfa o fazia, Caruso aponta que não se trata de uma questão geracional, segundo a qual integrantes “antigos” do PCC teriam “pulso firme”, enquanto integrantes “jovens” não o teriam. Assim, esta diferença na atuação residiria em habilidades desenvolvidas no ambiente prisional, isto é, as capacidades “psicológicas” que fornecem condições para a boa gestão da violência e constroem respeito.

Alfa era mais novo que seu “sucessor” imediato no bairro. No entanto, este último não teria “pulso firme”, pois nunca “tirou cadeira”. Já Alfa teria passado ao menos cinco anos no sistema penitenciário. Há indícios de que a diferença na atuação se dá na falta de interesse deste “sucessor” de Alfa em administrar todos os conflitos na órbita de influência do PCC. Neste contexto, a cadeia figura como “faculdade”, que forma sujeitos em suas habilidades e capacidades “psicológicas” e discursivas necessárias na condução dos “debates”, gestão dos conflitos e da violência no cotidiano de seus territórios de influência.

Neste ponto ressaltamos a hipótese de Dias (2011), sobre a importância da “habilidade discursiva e persuasão” na figuração social pós-PCC, e a relacionamos com dados coletados em campo. Segundo Dias,

(...) a remodelação dessa estrutura de poder reequacionou a distribuição dos níveis de controle social externo e autocontrole individual em direção a um aumento significativo deste último. A correlação existente entre as estruturas sociais e as estruturas de personalidade, por Elias apontada em diversos textos (1990, 1993 e 1997), pode aqui ser percebida por meio das novas habilidades e capacidades que passaram a ser requeridas dos indivíduos pertencentes a essa formação social, necessárias para que seu comportamento estivesse de acordo com a disciplina do Comando, sobre a qual voltaremos adiante. Dentre essas capacidades e habilidades, destacamos aqui duas delas que melhor expressam a figuração social que se formou: o controle dos impulsos e da agressividade e a persuasão. Ainda de acordo com Elias, os talentos individuais dependem da especificidade das estruturas sociais para aparecerem enquanto tais, ou seja, com possibilidade de seus detentores ocuparem melhores posições na disputa pelas oportunidades de poder no interior da configuração social (ELIAS, 1993, p. 232). Se a figuração social anterior PCC oferecia melhores oportunidades de poder aos indivíduos mais fortes fisicamente e com mais disposição para utilizar a violência física, na atual figuração as posições de poder mais proeminentes são ocupadas por indivíduos detentores de maior capacidade de controlar seus impulsos e suas emoções e, concomitantemente, com maior capacidade de racionalização na medida em que o planejamento e o cálculo são importantes elementos na dinâmica desta figuração social, além da habilidade discursiva e de persuasão, essenciais para a manutenção das bases em que o poder do PCC se assenta (2011, p. 180-181).

Segundo Caruso, após a construção da hegemonia do PCC e os enfrentamentos em 2006, a relação com este e a PM se dá em outros termos. Assim, em relação às abordagens da PM, em 2013 um “irmão” teria muito mais capacidade (e obrigação) de se posicionar/manifestar, contra excessos, “injustiças” e violências durante a abordagem.

Para isto, há a necessidade de ser um bom argumentador, isto é, convencer discursivamente os policiais militares que o estão abordando de maneira “injusta” de

que é este tipo de atitude da PM que engendra os enfrentamentos (“guerras”) como os de 2001, 2006 e 2012. Em outro sentido, no caso de cidades como São Carlos, onde os policiais não raramente são conhecidos, as ameaças às suas famílias podem ser empregadas.

Um exemplo seria uma cena na qual Alfa, durante uma abordagem que sofreu em meio a uma sequência de ações da PM contra sua casa (e sua família) com o objetivo de intimidá-lo, fala para os policiais militares: “não mexa com a minha família, que não tem nada a ver com os meus negócios, que eu não mexo com a sua, que eu sei onde mora”.

Este capítulo teve o objetivo de discutir a posição dos funcionários da SMCAS e dos agentes das dinâmicas criminais em relação à administração de variadas formas de conflito no bairro. Como foi possível perceber, estes atores sociais compõem um quadro de referência bastante identificável e se reconhecem enquanto instâncias acionáveis a depender da especificidade do conflito ou da demanda.

Em linhas gerais, quando entre os moradores surgem demandas que são reconhecidas enquanto passíveis de administração por meio de serviços e produtos das instituições estatais, o recurso é feito aos funcionários da SMCAS. Em conflitos que estejam relacionados a crimes e violência, em geral o recurso é feito aos integrantes do PCC no bairro, que dispõem de mecanismos para administrar estas questões.

No que tange a consolidação de agentes das dinâmicas criminais enquanto atores sociais importantes na administração de conflitos locais, foi possível perceber que há algumas décadas as ciências sociais discutem a atuação de figuras sociais locais com centralidade na administração de conflitos em bairro periféricos em São Paulo, com destaque para os justiceiros, os matadores, os traficantes e agora os “irmãos” do PCC. A multiplicação das manifestações de violência, cujo principal indicador discutido pelos analistas foi o crescimento das taxas de homicídios no Brasil, e a aceleração desse crescimento no período da redemocratização foram problemas importantes debatidos pelas ciências sociais.

Conforme já discutido, uma das vertentes explicativas desse fenômeno percebia sua relação com a crise do sistema de justiça, e mais especificamente do sistema de justiça criminal. No entanto, os analistas também atribuíam bastante importância a

compreensão do que foi chamado de “explosão de conflitualidade” e seus efeitos em termos da produção de resoluções violentas de conflitos.

Percebemos também que os integrantes do PCC dispõem de mecanismos para realizar a gestão do crime e da violência no bairro e que as características mais valorizadas nesse contexto estão relacionadas a habilidades discursivas e à sua capacidade de realizar essa gestão local do crime e da violência. Tais características parecem estar diretamente associadas com a trajetória criminal e, principalmente, prisional do agente. Nestes termos, a gestão é realizada por meio da administração de uma miríade de conflitos que emergem no bairro, sendo o dispositivo do “debate” largamente utilizado.

O efeito mais evidente da atuação dos “irmãos” na gestão do crime e da violência no bairro foi a percepção da redução da violência no bairro. Ainda em se tratando da dinâmica social do bairro, discutiremos a seguir o papel de outros atores sociais no bairro, tendo em vista sua forma de atuação na gestão de outros elementos da dinâmica social daquele contexto.

Outros atores sociais no bairro: a gestão da “questão social”

Este capítulo discutirá o papel representado pela SMCAS e pela associação de moradores do Jardim Encosta enquanto atores sociais da gestão de elementos da dinâmica social do bairro, especificamente no que tange a questão da pobreza. Ao final, será apresentada uma reflexão sobre as principais mudanças percebidas por nossos interlocutores na transição entre partidos políticos na administração municipal, sobretudo em relação às atividades do CCE, que evidencia um pouco melhor as questões levantadas até então. Para tanto, apresentaremos uma perspectiva histórica sobre o planejamento e implementação de políticas públicas no Brasil, que contribuirá para a reflexão acerca do papel desempenhado pela SMCAS no Jardim Encosta.

Uma perspectiva histórica sobre as políticas públicas no Brasil

Para entender a forma de atuação da SMCAS no Jardim Encosta, é importante atentar para alguns estudos sobre políticas públicas no Brasil e, mais especificamente, sobre políticas sociais. A perspectiva histórica sobre as políticas públicas no país evidencia que com a redemocratização brasileira inicia-se um processo de reforma do estado, cuja linha mestra foi a descentralização administrativa. Neste contexto ganham centralidade os conceitos de articulação entre diversos níveis de governo, como União, estados e municípios; controle social democrático, isto é, maior participação de setores da sociedade civil na tomada de decisão e avaliação das políticas públicas; território e

intersectorialidade, entendidos como elementos importantes para o planejamento e implementação de políticas públicas e garantia de sua eficiência.

Silva (2013) alerta que é necessário compreender os processos e mudanças políticas e sociais que contribuíram para a operacionalização do conceito de território na agenda governamental. Assim, argumenta que os processos que ensejaram esta operacionalização estavam relacionados às novas relações que se desenvolviam entre Estado e sociedade, tendo como pano de fundo as enormes desigualdades sociais e federativas e o processo de redemocratização brasileira no final da década de 1980.

Segundo este autor, a promulgação da Constituição Federal de 1988 instituiu a rediscussão do papel do Estado, agora no contexto democrático que se iniciava. As definições deste debate orientariam as principais diretrizes governamentais no território nacional. A descentralização federativa, com o município passando a desempenhar papel estratégico na condução das políticas públicas nacionais, foi uma das principais diretrizes governamentais adotadas a partir da década de 1990.

O processo de reforma do Estado, iniciado em meados de 1990 resultou na descentralização administrativa. O objetivo do processo de reforma do Estado era transformar o modelo de administração do setor público, aproximando-o de instrumentos e processos típicos de gestão típicos do setor privado. A reforma apoiava-se na justificativa da busca do equilíbrio nas contas públicas e da maior eficiência nas ações do Estado. O princípio da flexibilidade, a ênfase em resultados, o foco no usuário e maior controle social também estavam relacionados ao novo modelo de administração pública que era buscado.

Silva destaca que o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, lançado pelo governo federal em 1995, sob coordenação do então recém-criado Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), principal propagador do discurso da reforma do estado brasileiro, foi bastante influenciado pelas diretrizes e modelos internacionais, como o Consenso de Washington e o gerencialismo britânico da “new public management” (SILVA, 2013, p. 554).

No entanto, o processo de descentralização enfrentou problemas, pois os estados e municípios não estavam capacitados para exercer seu papel de protagonistas no desenvolvimento nacional: faltavam recursos, instrumentos e estrutura para tanto. O inventário das dificuldades enfrentadas pela execução do plano diretor era variado, mas a questão da articulação política entre diferentes entes federativos estava presente em todas elas. Somava-se a isto o fato de o plano diretor desconsiderar a necessidade de

ações diferenciadas no território nacional, que levassem em consideração as carências e heterogeneidade regionais, resultando em reforçar desigualdades já existentes.

De acordo com Silva,

(...) essas transformações recentes no cenário político-institucional brasileiro, com a exigência de políticas públicas efetivas aliadas à garantia de controles democráticos, novas estratégias de planejamento e coordenação da ação governamental passaram a ser necessárias. Foi a partir deste contexto que, no final de 1990, o governo federal brasileiro passou a considerar, formalmente, a definição de diferentes escalas para o planejamento de suas intervenções, mais flexíveis e tendo como influência o acúmulo da abordagem territorial em curso em vários países da União Europeia. Esta abordagem considera o território, definido com base em múltiplas dimensões, como o espaço de mediação social e de “incidência de políticas públicas” e, portanto, lócus privilegiado para o planejamento estatal (SILVA, 2013, p. 556)

Assim, o planejamento territorial das políticas públicas encontra formas mais flexíveis de intervenção, a depender da especificidade do problema a ser enfrentado, assim como dos contextos de atuação das políticas governamentais.

Segundo Brandão (2007), as políticas públicas com melhores resultados não discriminam nenhuma escala de intervenção, buscando antes a construção de ações multiescalares (microrregionais, mesorregionais, metropolitanas, locais) adequadas a cada problema concreto no interior de um território.

De acordo com Sabourin (2002), nesta nova ótica, os três desafios mais importantes a serem enfrentados pelo planejamento das intervenções governamentais são: 1) garantir a representação democrática e diversificada da sociedade, a fim de que os diferentes grupos de atores possam participar mais ativamente das tomadas de decisão e ter mais acesso à informação; 2) capacitar os atores locais para que possa ser formada uma visão territorial de desenvolvimento, rompendo a visão setorial como a única forma de análise; e 3) estabelecer novas formas de coordenação das políticas públicas, no que se refere aos recursos, às populações e aos territórios, baseadas em novas lógicas de desenvolvimento.

A questão da intersetorialidade como estratégia para a eficiência da intervenção governamental nas políticas sociais adquire centralidade nesta perspectiva. Neste sentido, Bronzo (2008) evidencia o potencial da abordagem territorial para a construção de novos arranjos entre diversos atores sociais que contribuam para a obtenção de melhores resultados em políticas sociais.

Segundo a autora,

(...) intersectorialidade consiste em uma estratégia de gestão que se apresenta em diversos níveis da implementação e que se define pela busca de formas mais articuladas e coordenadas das políticas e setores governamentais, pautada pela necessidade de uma abordagem mais abrangente sobre a pobreza e as condições de sua produção e reprodução social. A construção da gestão intersectorial e do governo multinível, em suas formulações mais densas, exigem a alteração de estruturas institucionais e organizacionais ou a adoção de estratégias de gestão integradas (p. 129).

No entanto, a concretização dos potenciais da intersectorialidade encontra algumas dificuldades desde o planejamento das políticas públicas. De acordo com Silva (2013), o que se observa é a existência de uma tendência em que tanto as políticas públicas quanto os arranjos institucionais promovidos por elas sejam organizados em torno de questões setoriais tradicionais. Desta forma, fica dificultado o diálogo e a articulação entre a intervenção governamental e as dinâmicas sociais locais, que poderiam contribuir para a construção de estratégias de superação de desigualdades territoriais.

O capítulo sobre Assistência Social do periódico de acompanhamento e análise de políticas sociais do IPEA (2011) aponta que desde a publicação do texto da nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS; documento que organiza a atuação e prevê a padronização da atuação da Assistência Social em território nacional), em 2004, percebe-se um esforço continuado de organização da intervenção pública para efetivação do direito à assistência. Segundo a publicação do IPEA, o documento seria um marco relevante por definir, à luz da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), os princípios e os objetivos da política assistencial, bem como as diretrizes para sua organização, lançando as bases para a materialização do sistema único, descentralizado e participativo previsto na LOAS – o SUAS.

A partir desta perspectiva histórica é possível perceber as mudanças nas lógicas que orientam o planejamento e implementação de políticas públicas no Brasil, assim como algumas dificuldades enfrentadas na efetivação de seus ideais. É perceptível também como a Política Nacional de Assistência Social, do ponto de vista de seu planejamento, está em consonância com os novos ideais que norteiam as políticas públicas nacionais. Neste ponto, é necessário analisar a SMCAS e sua forma de atuação no Jardim Encosta como parte deste processo de transformação nas políticas públicas no Brasil e atentar para os resultados que produz localmente.

A SMCAS no Jardim Encosta: a capilaridade das instituições e serviços estatais

O CCE e o posto de saúde ao seu lado são percebidos por nossos interlocutores como os principais equipamentos da administração municipal no Jardim Encosta. Dentro deste equipamento, o *projeto* com as crianças era o principal serviço oferecido pela SMCAS para a população do bairro. Conforme já apontado no início deste trabalho, este *projeto* era uma atividade de complementação escolar por meio da qual havia oferta de lazer, educação, cultura, esporte e alimentação para as crianças da região no período em que não estavam na escola.

Entretanto, segundo *Catarina*, que foi secretária da SMCAS, oferecer recreação, outras atividades culturais, esporte e alimentação para a população não faz parte da proposta do SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Entretanto, a SMCAS se vê “obrigada” a oferecer, por conta de serem os serviços de assistência social os únicos serviços do Estado presentes neste território e, caso contrário, as crianças desta região não teriam acesso a estes bens e serviços em outros lugares. Em sua visão esta população está excluída de atividades oferecidas pela escola, por ONGs, assim como há ausência de investimento em atividades que contem com a presença de educadores, educadores físicos, dentre outros profissionais.

Na perspectiva de *Catarina*, se a SMCAS não tivesse a necessidade de oferecer o projeto de complementação escolar, poderia se dedicar a realizar outras ações naquele bairro. Assim, a proposta do SUAS estaria contemplada no caso de um projeto que trabalhasse a “proteção social especial”, como, por exemplo, uma atividade com adolescentes em medida socioeducativa na qual se levasse estes jovens a refletir sobre seu contexto social e familiar, as escolhas que os trouxeram até aquela situação, assim como outros caminhos possíveis para sua vida, que não a trajetória no crime. O que não é possível, segundo *Catarina*, por conta da necessidade de se oferecer outros serviços de “proteção social”, mais elementares.

O CCE como mediação entre o Jardim Encosta e outros serviços estatais

A maior parte das pessoas que procuravam Luma para o atendimento eram mulheres. Muitas pessoas costumavam ir até lá para tomar um pouco de café, mas

principalmente para ter acesso ao telefone. A utilização do telefone era algo que movimentava o CCE a depender do clima e dos acontecimentos em curso no bairro. Fornecer o acesso ao telefone era algo que a direção da SMCAS não encorajava, mas era uma das formas pelas quais Luma se relacionava com a população. Tanto Luma quanto Dona Divina diziam ser necessário saber lidar com a população do bairro. Não se podia dar tudo o que queriam – como comida, café, pacotes de bolacha, entre outros produtos que o CCE gerencia e que são muito pedidos, principalmente pelas crianças – e quando queriam, mas pra conseguir a manutenção da confiança da população, era preciso se fornecer certos produtos com parcimônia. O telefone, tal como os outros produtos, também precisava ser dosado. Luma acreditava que dar acesso ao telefone era uma forma de ajudar a população, já que ela estava ali para trabalhar pela população.

Edviges foi supervisora do CCE antes de Luma e não deixava as pessoas utilizarem o telefone com tanta frequência, isto é, era um pouco mais rígida nos procedimentos estabelecidos pela SMCAS. Luma era menos rígida neste sentido, as pessoas iam até o CCE conversar com ela quando necessitavam utilizar o telefone. Em geral, tratava-se de problemas com algum benefício social, como Bolsa Família, Renda Cidadã, etc. Neste caso Luma telefonava para a SMCAS, local ao qual a pessoa que tinha problemas no benefício deveria se dirigir para descobrir qual o problema e possíveis soluções.

Outras vezes, as pessoas precisavam discutir com seu advogado algum assunto, como o andamento de um processo para a liberação do Auxílio Reclusão, ou mesmo um processo de guarda de crianças e adolescentes envolvendo Conselho Tutelar. Havia ainda as situações de adolescentes ou adultos presos nas quais suas mães, ou outros familiares, pediam ajuda à Luma para descobrir em qual unidade da Fundação CASA ou unidade penitenciária seu familiar se encontrava, sua situação, seus dias de visita, os procedimentos, os produtos que poderiam levar, entre outras questões pertinentes à situação. Muitas outras vezes as pessoas procuravam Luma apenas para compartilhar suas histórias, em geral histórias de algum sofrimento.

De certa forma, o CCE (Luma e seu telefone, mais especificamente) cumpria um papel de mediação, ou de uma ponte, entre a população do Jardim Encosta e outras instituições estatais, mais comumente órgãos da administração municipal, seus produtos e serviços. Luma identificava as demandas de diversas formas e as direcionava aos lugares competentes. Uma pessoa que procurasse os serviços do posto de saúde ao lado

do CCE e não possuísse o RG, poderia procurar Luma, que a encaminharia ao órgão responsável pela emissão do documento.

Os Centros de Integração da Cidadania (CIC) estudados por Sinhoretto (2011) desempenhavam papel semelhante junto à população do entorno de suas unidades nas periferias da capital. A triagem das demandas dos usuários dos CIC era realizada na própria recepção, assim como seu direcionamento aos serviços ofertados em cada unidade. A questão do “perfil” do profissional mais adequado para realizar esta mediação e construir a relação entre a população dos bairros de periferia e os serviços e instituições estatais também estava colocada no CIC. Tratava-se de um saber prático destes agentes, construído no trabalho cotidiano, que permitiria ao profissional em questão transitar entre diferentes lógicas para administrar uma demanda ou conflito, realizando as traduções necessárias entre as demandas dos usuários e a oferta de serviços na lógica estatal.

Outro paralelo importante da atuação da SMCAS no Jardim Encosta é encontrado no estudo de Georges (2011) sobre as agentes comunitárias de saúde (ACS) que atuam no Programa Saúde da Família em periferias da região metropolitana de São Paulo. O estudo evidencia que estas trabalhadoras compõem uma categoria profissional surgida no contexto de redemocratização e reforma do Estado brasileiro, cujo resultado foi a descentralização administrativa durante os anos 1990. Sua atividade consiste na realização da “gestão dos fluxos” entre a população e o Sistema Único de Saúde (SUS), encaminhando solicitações de consultas, de exames e gerenciando a fila de espera pelos atendimentos. De acordo com a autora,

O trabalho dos(as) agentes comunitários de saúde é em grande parte a gestão dos fluxos que atravessam a instituição, no caso o posto, e seu encaminhamento (direcionamento) para as entidades apropriadas ao caso do usuário, assim como uma função da disponibilidade do próprio dispositivo (estado de funcionamento e fila de espera particularmente) (GEORGES, 2011, p. 80-81).

Uma das condições para o ingresso na atividade é residir na mesma microrregião em que atua. Em geral, as ACS atendem a população do mesmo conjunto habitacional em que residem, sendo, portanto, bastante enraizadas em seu território de atuação.

Segundo a autora, o Estado “funcionaliza” este enraizamento necessário ao desenho da política pública, aproveitando-se de um contexto de falta de oportunidades de trabalho nas regiões próximas para oferecer baixos salários. Esse processo de

funcionalização estaria em consonância com a “reforma informal do Estado”, caracterizado pelo aumento significativo da terceirização dos serviços prestados, sobretudo a partir do final dos anos 1990. Isso fica evidente quando Georges argumenta que

(...) o Estado beneficia-se pelo uso ‘discricionário’ dos saberes tácitos e relacionais desses e dessas agentes, por meio da multiplicação da diversificação dos tipos de contratos de trabalho e da precarização das condições de trabalho e de emprego dessas populações” (GEORGES, 2011, p. 83).

Da mesma forma como as observações realizadas no Jardim Encosta com os funcionários do CCE, o estudo de Georges apontou que a convivência com atores sociais com atuação na “regulação” de conflitos locais, como os traficantes de drogas e “irmãos”, é uma constante no trabalho cotidiano das ACS. No entanto, para o contexto observado por esta autora, o recurso a estes atores ligados às dinâmicas criminais em meio a uma situação de conflito (como o desfecho de um caso de estupro narrado pela autora) parece revestido de uma “obrigatoriedade”, pois as ACS são unânimes em dizer que não se pode recorrer à Polícia Militar, sob o risco de morte. Desta forma, esta autora analisa que as ACS realizam a “mediação” e a “tradução” entre diferentes “lógicas paralelas”, como a lógica dos serviços estatais, da regulação dos conflitos locais pelos “irmãos” e as demandas da população em territórios periféricos.

Neste ponto, a analogia das funções entre as ACS estudadas por Georges e as funções desempenhadas por Caruso, Celso e Cândida, enquanto funcionários terceirizados do setor público, e também em relação à Luma. A “gestão dos fluxos”, observada por Georges (2011), e a triagem e direcionamento realizados na recepção dos CIC, estudados por Sinhoretto (2011), também foram percebidas no CCE por meio da atuação de Luma.

A localização do posto de saúde, do CIC e do CCE em regiões periféricas teve como objetivo a aproximação da população para melhor oferecimento dos serviços e refletem mudanças mais amplas acerca do modo como se realizam as políticas públicas no Brasil. Não há como não notar a “funcionalização” que as instituições estatais operam do enraizamento local de seus funcionários terceirizados, como Caruso, Celso, Cândida e as ACS e reflete em igual medida a orientação territorializada das políticas públicas.

Em outro sentido, de acordo com Luma, as pessoas buscavam os serviços do CCE, mas ela também procurava algumas pessoas que considerava necessitarem dos serviços e que não os demandavam. A diretriz de trabalho nos CRAS era a de procurar as famílias em situação de “vulnerabilidade” que ainda não fizessem parte da malha da assistência social, de modo a incluí-las na rede de serviços. Neste sentido, o papel dos agentes do CCE e principalmente de Luma era identificar pessoas e famílias com estas características e encaminhá-las ao atendimento com a assistente social no CRAS.

Os projetos, oficinas e atividades desenvolvidas no CCE eram os momentos nos quais Luma identificava pessoas e famílias que se encontravam em situação de “vulnerabilidade”, ou mesmo onde as pessoas a procuravam e contavam seus problemas. Em muitos casos, as pessoas procuravam Luma antes de procurar o CRAS e Luma então encaminhava os casos a assistente social. Luma dizia que seu trabalho era facilitado por estar há muitos anos no mesmo território, conhecendo, portanto, as pessoas, suas histórias e situações.

Havia momentos nos quais Luma participava ativamente de alguns casos, como em uma cena na qual acionou o Conselho Tutelar para intervir numa situação familiar em que os pais eram dependentes de *crack*, e os três filhos encontravam-se fora da escola e do *projeto*. O Conselho então interveio e retirou os filhos da guarda dos pais, colocando-os em um abrigo municipal até que a situação se encaminhasse. Neste momento então, outros parentes desta família procuraram Luma para utilizar o telefone e descobrir qual a situação do processo sobre a guarda e também a situação das crianças no abrigo. Mesmo nestas situações Luma atuava como ponte entre a população do bairro e a malha de produtos e serviços estatais.

A reflexão neste ponto do trabalho se dá novamente acerca do papel desempenhado pelos funcionários da SMCAS, cujo principal elemento é a capilaridade construída pela instituição no bairro, na construção de uma mediação entre os moradores do Jardim Encosta e a malha de produtos e serviços estatais, sobretudo serviços oferecidos pela administração municipal.

Na perspectiva de nossos interlocutores, a SMCAS é considerada a instituição com mais capilaridade nos bairros periféricos, a despeito da existência dos serviços de saúde ao lado do CCE. No entanto, as demandas administradas pelos funcionários do CCE estão relacionadas a situações consideradas de “vulnerabilidade” de sujeitos e famílias, muitas vezes ligadas à própria questão da subsistência (problemas com benefícios sociais, atendimento com assistente social em busca de cestas básicas) ou

ainda em casos relacionados à institucionalização de certos conflitos (como nos casos envolvendo instituições prisionais ou o próprio Conselho Tutelar).

O CCE não parece ser o espaço no qual outras demandas possam ser construídas, demandas que objetivem a superação da condição de “um dos bolsões de pobreza mais antigos” da cidade, como na fala de uma interlocutora. Com base no trabalho de campo desta pesquisa é possível afirmar que se trata prioritariamente de oferecer condições mínimas de subsistência à população daquele bairro (cestas básicas, programas de transferência de renda, etc.).

A Associação de moradores do Jardim Encosta

Durante a realização da pesquisa de campo foi possível identificar que a associação de moradores do Jardim Encosta desempenhava um papel importante na organização de eventos culturais e de lazer no bairro e, depois de mudanças na administração municipal, passou a ser responsável pela realização da atividade de futebol com crianças e adolescentes locais aos sábados. Assim, tornou-se interessante conhecer a atuação da associação na administração de demandas dos moradores, observar as especificidades destas demandas, e também entender se as demandas distintas daquelas administradas pelos outros atores sociais locais, tal como apresentado até este ponto do texto, eram construídas no interior da associação.

Caruso conta que antes da atual Associação se formar, houve uma tentativa que não teve sucesso. Na presente tentativa, houve uma concorrência entre dois grupos pela gestão da Associação. Entretanto, ressalta que, apesar de contar com um grupo gestor, a Associação precisa levar em conta as discussões feitas com o restante dos moradores.

Cândida compõe a atual associação de moradores do bairro, que há quase quatro anos busca recursos para consolidar sua existência formalmente. É responsável pelos eventos culturais e de lazer no bairro e, junto a outras duas pessoas, formam o núcleo idealizador da nova fase da associação, que conta com aproximadamente quinze pessoas em suas reuniões. A associação de moradores se dedica a organizar eventos, solicitar melhorias e resolver problemas relacionados à infraestrutura (asfalto, água, calçadas, limpeza, etc.) do bairro e ajudar outros moradores com algum tipo de necessidade, fornecendo doações de alimentos, ou indicando serviços oferecidos pela assistência social, por exemplo.

Aos sábados pela manhã aconteciam treinos de um time de futebol composto por trinta e seis meninos levados adiante por Cândida e seus dois companheiros de Associação de moradores. Havia os treinos, uma refeição e a percepção de que, durante esse período, os garotos ficam longe dos “perigos das ruas”.

Para os eventos, em geral as festas realizadas no bairro, havia divisões para as contribuições entre a prefeitura e a Associação de moradores. Dia das Crianças e Dia das Mães eram datas privilegiadas para a realização de festas. No entanto, Caruso ressalta o procedimento burocrático para a comunidade conseguir autorização para se utilizar do espaço do CCE. Este procedimento é visto como desnecessário, tendo em vista que é a própria comunidade quem cuida do CCE. Assim, considera-se que poderia ser a própria associação de moradores a autorizar a utilização do espaço.

Segundo os relatos de nossos interlocutores, os agentes das dinâmicas criminais contribuem com a promoção de festas em conjunto com a associação de moradores e a comunidade do bairro em datas comemorativas como Páscoa, Dia das Mães, Dia das Crianças e Natal. Nestas ocasiões promovem a distribuição de chocolates e presentes. Há no CCE uma quadra e um palco, assim como uma cozinha, comumente utilizados nestas festas.

A Associação de moradores formula um ofício solicitando a liberação das dependências do CCE para realização de uma festa. Em geral as mulheres fazem o trabalho na cozinha, quando há comida a ser preparada e oferecida. Segundo os relatos, o dinheiro necessário para comprar os presentes ou chocolates e as comidas e bebidas para as festas pode ser proveniente de operadores das dinâmicas criminais que também são moradores do bairro.

Na perspectiva de nossos interlocutores, o principal incentivador destes eventos era Alfa. Uma cena coletada em campo descreve que Alfa cobrava de todos os donos de biqueiras da região uma contribuição financeira em épocas comemorativas como o Dia das Crianças e o Natal para compra de presentes ou realização de festas. Nesta cena, na qual Alfa cobrou duzentos reais do dono de uma biqueira para realização de um evento, este alegou não dispor da quantia. Alfa então o obrigou a ficar com a biqueira fechada por um período como forma de punição pela não contribuição.

Após o falecimento de Alfa estes eventos haviam deixado de acontecer. Houve uma movimentação da comunidade para a organização de uma festa junina no último sábado do mês de junho de 2013, seria o primeiro evento após a morte de Alfa. A prefeitura contribuiu fornecendo os itens de metade da lista de compras formulada pela

Associação para a festa. A outra metade seria fornecida pela comunidade que, entretanto, não conseguiu se organizar a tempo de fazer as compras necessárias. O evento foi então cancelado na véspera. O CCE estava então todo enfeitado com as tradicionais bandeirinhas coloridas.

De forma semelhante à SMCAS, o papel desempenhado pela Associação de moradores no bairro estava muito relacionado a demandas em torno de melhorias na infraestrutura do bairro, quando problemas pontuais aconteciam com a rede de água, esgoto e iluminação, ou mesmo com o asfalto. Atividades relacionadas ao lazer, esporte e alimentação das crianças e adolescentes do bairro também estavam na pauta de ações da associação, assim como a realização de eventos culturais e de lazer para o bairro. Ressaltamos também o papel da associação no atendimento aos moradores em situações de privação material, se reunindo para oferecer contribuições pontuais e ainda direcionando-os para a malha de serviços da SMCAS na região.

É possível perceber, portanto, como as demandas construídas e administradas pela associação de moradores do Jardim Encosta se aproximam bastante das questões trabalhadas pela própria SMCAS, no sentido de garantir condições mínimas para a subsistência dos moradores mais pauperizados do bairro. Tais demandas não encerram projetos e estratégias de superação da condição de pobreza no bairro.

As mudanças na SMCAS como efeitos da nova administração municipal em 2013

Conforme apontado anteriormente neste trabalho, entre 2000 e 2012 o mesmo partido político governou a cidade. Neste período, a SMCAS estava muito ligada a figuras que possuíam uma trajetória de trabalho que as ligava aos bairros mais pobres da cidade, tanto em instituições públicas de ensino quanto em instituições religiosas ligadas a ações de assistência social. De certa forma estas pessoas conheciam previamente as regiões consideradas mais pobres da cidade e a população com a qual viriam a trabalhar como agentes da administração municipal.

Em 2013 uma nova coligação política assumiu o governo da cidade e operou muitas mudanças na forma como a condução das políticas municipais vinha sendo trabalhada. Neste contexto, a forma de atuação da SMCAS também se altera e problemas na distribuição dos recursos humanos e outros recursos necessários à manutenção das atividades desenvolvidas são percebidos por muitos de nossos

interlocutores. Assim, entre um período mais intenso de realização da pesquisa, no primeiro semestre de 2013, no qual as visitas ao CCE foram realizadas, e o final do segundo semestre do mesmo ano no qual algumas entrevistas foram conduzidas, várias mudanças na equipe de trabalho e nas atividades oferecidas pelo CCE foram notadas.

Cândida era faxineira durante o período de realização das visitas ao CCE e quando a entrevistei, no final de 2013, ela ainda ocupava esta posição. Entretanto, após as referidas mudanças na equipe e nas atividades, Cândida tinha uma atuação mais abrangente no CCE. Além da limpeza e conservação do equipamento, Cândida agora era a responsável por cuidar das crianças que frequentavam o *projeto*. Isto porque ocorreram mudanças na equipe do CCE, com a saída de Luma, Dona Divina e do professor. Outra coordenadora de unidade foi colocada no CCE e ajudava Cândida e os zeladores a cuidar das crianças.

Luma apontava que Cândida tinha relações mais fortes com o partido que assumiu o governo de São Carlos em 2013 do que com o que o precedeu. Este fato justificaria porque Cândida era a única a considerar que a relação entre os profissionais da prefeitura e os moradores do bairro era muito tumultuada, repleta de conflitos e discussões com assistentes sociais e outros funcionários, além da constante falta de médicos no *postinho* na administração anterior e que as relações se tornaram mais harmônicas desde 2013, com a nova administração municipal.

Na visão de Caruso, a relação com a prefeitura no que tange ao CCE sempre se pautou pelas demandas da comunidade no sentido de melhorias nos serviços oferecidos e no acesso ao equipamento. Assim, ilustra a demanda da comunidade por melhorias da merenda do *projeto*, que no início contava apenas com café da manhã e, após a pressão da comunidade passou a contar com merenda e por isso mais crianças começaram a participar. Contudo, Caruso também reflete sobre os efeitos da mudança no governo municipal ocorrida em 2013, reconhecendo a administração anterior como mais responsiva e aberta às demandas dos moradores e responsável pela aproximação entre comunidade e prefeitura, ilustrada pela contratação terceirizada de moradores para trabalhar no CCE, por investimentos em esportes e no *projeto*.

Contrapõe a isto o fato de que as pessoas nas posições de decisão no governo atual, principalmente em relação à SMCAS, tem uma relação mais distante com os moradores do bairro, postergando a resolução de problemas e demandas do bairro por meio de muitos telefonemas, nunca vindo até o bairro, e, quando vêm até o bairro se

reunir com a comunidade, fazem promessas que não são cumpridas. A falta de professores no *projeto* também é apontada como indicador de “descaso” com o bairro.

Em outro sentido, uma cena de conflito entre jovens do bairro e funcionários da nova administração é apontada como um indicativo da relação distante entre este governo e a população no bairro. Nesta cena, Caruso foi chamado para ajudar nos problemas de relacionamento entre jovens e a nova equipe de um Centro Comunitário da região do Jardim Encosta, mas voltado mais especificamente à juventude. Os funcionários da nova equipe estavam sendo hostilizados por um grupo de jovens da região. O ápice do conflito foi uma pedrada desferida por um menino no carro de um dos responsáveis pelo Centro Comunitário. Caruso então conversou com esse grupo pedindo que parassem de jogar pedras no equipamento e nos funcionários.

As indicações oferecidas por nossos interlocutores neste momento apontam para algumas mudanças da SMCAS, especialmente no que tange a sua capilaridade. Significa dizer que as principais mudanças visualizadas por nossos interlocutores atuaram no sentido de diminuir a equipe e a oferta de serviços e atividades da SMCAS, antes considerada a instituição estatal com maior enraizamento no bairro, com a relação mais próxima com a comunidade.

Assim, ressaltam-se, além da diminuição em termos de recursos humanos, os problemas com o repasse de merenda e a interrupção no oferecimento do *projeto*, caracterizado pela situação na qual apenas Cândida e os funcionários do CCE ficam “cuidando” das crianças, não existindo mais as propostas de complementação escolar antes oferecidas por um professor. Destaca-se desta maneira a passagem de um contexto no qual a SMCAS desempenhava um papel importante na gestão da questão social do bairro para outro contexto no qual inclusive este papel é diminuído.

A parte I deste trabalho procurou desenvolver por meio das cenas e narrativas apresentadas até este ponto algumas reflexões principais acerca das relações entre os sujeitos relacionados às dinâmicas criminais e os funcionários da prefeitura no contexto do bairro. O objetivo inicial foi expor os elementos que justificaram a opção pelo desenvolvimento da pesquisa no CCE. Assim, demonstramos que as narrativas que diziam respeito às relações de interesse da pesquisa circulavam pelo CCE. A análise destas narrativas e cenas que diziam respeito ao contexto do Jardim Encosta e do CCE

se mostrou muito importante para conhecermos um pouco melhor as dinâmicas sociais pelas quais a pesquisa se interessava.

A discussão sociológica sobre violência, crime e controle do crime evidenciaram as formas pelas quais os cientistas sociais interpretaram as mudanças nos padrões de violência e criminalidade que observados no Brasil a partir dos anos 1980 e as correlações que percebidas entre tais mudanças na violência e no crime e transformações mais amplas na sociedade. Não obstante todo este contexto, muitos cientistas sociais tiveram sucesso em evidenciar problemas no acesso ao sistema de justiça e permanência de práticas, moralidades não democráticas orientando a atuação de agentes ligados às instituições estatais de controle do crime e da violência, que resultavam na reprodução de desigualdades sociais.

A análise das cenas de administração de conflitos realizadas pelos sujeitos relacionados às dinâmicas criminais no bairro, e as perspectivas de nossos interlocutores sobre a visibilidade do crime e da violência no contexto pós-2000 introduziu a reflexão sobre as mudanças que acompanharam a estruturação do mercado de entorpecentes e a consolidação dos traficantes como figuras centrais na gestão do crime e da violência nestes contextos. A discussão com a bibliografia neste ponto indica que tais mudanças na visibilidade pública do crime e da violência em bairros populares relaciona-se de maneira muito importante com certos discursos ligados à noção de “proceder” (MARQUES, 2011) e pela utilização do dispositivo do “debate” pelos integrantes do PCC. Desta forma, a construção do personagem de Alfa a partir das percepções de nossos interlocutores procurou discutir as características consideradas mais importantes neste novo contexto de “pacificação dos territórios” (TELLES, 2011; HIRATA, 2010), a saber, as habilidades relacionadas ao autocontrole, à “razão”, a persuasão, que parecem desempenhar um papel muito importante na gestão do crime e da violência nestes contextos.

Como contraponto a este processo, apresentamos algumas cenas nas quais a perspectiva de nossos interlocutores colocou em questão a utilização de vias de administração de conflitos relacionadas ao dispositivo do “debate” e propiciou que o desenvolvimento de uma reflexão sobre a consolidação de um repertório social no que tange as alternativas possíveis para a administração de conflitos em contextos locais.

Tratamos de discutir o papel desempenhado pelos outros atores sociais percebidos como mais importantes por nossos interlocutores no contexto do bairro, no que tange sua atuação na gestão da questão social local. Desta forma, refletimos sobre o

papel da SMCAS e da associação de moradores no Jardim Encosta no que tange a qualidade das demandas e conflitos que administram, apontando para uma gestão das necessidades de reprodução da vida social naquele contexto.

Desta forma, observou-se que o modo de atuação da SMCAS no Jardim Encosta reflete as transformações nas lógicas de planejamento e implementação de políticas públicas no Brasil ocorridas após a redemocratização, que estavam muito associadas à ideia da descentralização administrativa, à atuação territorial com maior participação democrática e à intersectorialidade dessa atuação, que possibilitaria a articulação com dinâmicas sociais locais e, assim, a superação de condições de desigualdades regionais. No entanto, como demonstrado, a concretização da intersectorialidade não foi alcançada. Este ponto é reconhecido por nossos interlocutores como fator de sobreposição de funções dentro da SMCAS, quando esta se responsabiliza por construir ações em áreas de competência de outras instituições estatais, como Secretarias de Educação e de Esportes e Lazer. Da mesma forma, fica mais claro como outras instituições estatais, como as Polícias Militar e Civil, que foram refratárias aos processos de reforma do Estado, também não foram capazes de construir maior capilaridade e ainda operam segundo lógicas que são estranhas aos territórios periféricos nos quais atuam.

Aqui se inicia a segunda parte deste trabalho, que versará sobre as outras instituições e relações de interesse da pesquisa, a saber, a perspectiva institucional da Polícia Civil e da Polícia Militar sobre a nova organização das dinâmicas criminais, os efeitos desta reorganização nestas instituições e sobre as estratégias privilegiadas de “combate” ao chamado “crime organizado”. A construção desse quadro analítico composto a partir dessa multiplicidade de perspectivas sobre o mesmo fenômeno social, qual seja, a nova organização das dinâmicas criminais, apresentadas no percurso através das duas partes deste trabalho, propiciará a reflexão apresentada no capítulo de encerramento, assim como as muitas questões que serão levantadas nas conclusões.

Parte II:

Estratégias estatais da gestão da violência e do crime

Conforme apontado anteriormente, a primeira parte do trabalho foi dedicada à discussão, a nível local, da centralidade da atuação do PCC e da SMCAS na administração de variadas formas de conflitos e demandas. As relações desenvolvidas entre funcionários da SMCAS e integrantes do PCC com o objetivo de administrar ocorrências de furtos e roubos, entre outros conflitos, foram entendidas a partir do repertório social constituído localmente, que conecta uma diversidade de conflitos e demandas que emergem no contexto do bairro e um conjunto de atores sociais também locais considerados mais adequados para administrar cada tipo de conflito ou demanda.

Por outro lado, durante a pesquisa de campo, os eventos que caracterizaram a segunda metade de 2012 em São Carlos e que reverberaram na dinâmica social do bairro e em outros bairros de periferia de São Carlos não poderiam ser entendidos sem que a análise considerasse dinâmicas sociais que eram mais amplas que o bairro e que São Carlos. Este contexto foi caracterizado por uma “onda” de homicídios com características de execução que, em São Carlos, se iniciou com o homicídio de um policial militar em horário de folga, passou por diversas execuções pontuais nas periferias da cidade e culminou com uma chacina na qual sete dependentes de *crack* em situação de rua foram mortos. A Grande São Paulo e outras cidades do interior do estado passaram por situações semelhantes.

Esta “onda” de homicídios que caracterizou este período de 2012 impactou as dinâmicas criminais locais que a pesquisa buscava conhecer, assim como a atuação da Polícia Militar no bairro e a sensação de segurança de seus moradores, estando

diretamente relacionada a um conflito mais geral entre PCC e a Polícia Militar. Não seria possível entender o microcontexto do bairro sem observarmos lógicas de atuação do PCC e da Polícia Militar que extrapolavam os limites de São Carlos.

Assim, foi preciso entender como a Polícia Militar e a Polícia Civil, isto é, instituições estatais responsáveis pelo controle do crime e da violência, compreendem as dinâmicas criminais, o PCC e quais estratégias priorizam e utilizam para realizar este controle.

Desta forma, foram incorporadas ao roteiro das entrevistas questões que incentivassem nossos interlocutores nestas instituições a formular enunciados sobre os eventos de 2012, em termos estaduais e especificamente sobre os casos de São Carlos, evidenciando as percepções e práticas que estas instituições estatais desenvolvem em relação às dinâmicas criminais, e ao chamado “crime organizado”²².

No que tange a nova organização das dinâmicas criminais, e produzindo efeitos análogos aos eventos de 2012, os chamados “ataques de maio de 2006” colocaram definitivamente em questão no debate público as mudanças em curso no sistema carcerário paulista e também fora dele.

Segundo Adorno e Salla (2007, p. 7-8), entre 12 e 20 de maio de 2006, ocorreram rebeliões em 73 presídios e 439 mortes por armas de fogo em todo estado. A onda de violência também contou com agressões contra agentes do Estado, como policiais e agentes penitenciários, ônibus de transporte público queimados, ataques contra prédios de instituições públicas e também de bancos. Os acontecimentos não tardaram a ser atribuídos ao PCC, que teria coordenado e sincronizado os eventos de dentro do sistema penitenciário. A capital e algumas cidades do interior viveram dias de tensão e paralisação temporária de suas atividades. A nitidez da violência para a opinião pública diminuiu após o dia 20 de maio. Entretanto, em agosto do mesmo ano, o sequestro de um repórter da rede Globo teve fim apenas quando a emissora veiculou um comunicado de aproximadamente três minutos atribuído ao PCC.

Para nossos interlocutores ligados à segurança pública, o fenômeno PCC não era uma completa novidade quando da ocorrência dos “ataques de 2006”. Entretanto, talvez

²² A utilização da expressão “crime organizado” aqui reflete a forma prioritária pela qual os policiais civis e militares entrevistados se referem ao PCC e outras facções criminosas em São Paulo e outros estados. Assim, no discurso dos policiais “crime organizado” equivale a PCC, quando se referem ao estado de São Paulo. Diversos trabalhos problematizam a ideia de “crime organizado” a partir de uma perspectiva sociológica. Entre estes trabalhos podemos destacar o de Peralva, Sinhoretto e Gallo (2010), que discute o narcotráfico segundo as noções de redes e de mercado a partir do relatório da CPI do Narcotráfico, assim como o estudo de Melo (2012), que problematiza a ideia de que toda organização criminal atuante em São Paulo possa ser reduzida ao PCC.

estes “ataques” tenham sido a maior demonstração pública de força do PCC até aquele momento, o que impactou de forma importante a chamada “sensação de segurança da população”. Neste sentido, um dos objetivos da pesquisa foi conhecer qual o impacto destes eventos nas instituições policiais.

Se o PCC não era novidade para os agentes da segurança pública, o que esse contexto de tensão e violência significou e quais seus efeitos? Para tanto, os roteiros de entrevista buscaram explorar a representação que os policiais tinham sobre o PCC (o que é e como se organiza), quais são as estratégias e ferramentas utilizadas para enfrentá-lo e no que elas diferem em relação ao período anterior aos “ataques de 2006”.

Portanto, questionar nossos interlocutores sobre o significado dos “ataques de 2006” e as principais mudanças que se seguiram a eles em suas instituições corresponde a uma estratégia de aproximação de suas perspectivas sobre o papel desempenhado pelo PCC na referida reorganização, assim como sobre os principais efeitos que este fenômeno causou nas instituições em questão.

As descrições que seguem foram elaboradas a partir das falas dos diferentes policiais entrevistados e têm o objetivo de compor um quadro que ilustre um discurso institucional, isto é, o discurso da Polícia Civil e o discurso da Polícia Militar sobre as questões abordadas pela pesquisa.

É importante esclarecer que a maior parte dos entrevistados, com exceção de um cabo da PM, exerce função gerencial dentro de sua instituição. Portanto, é necessário frisar que os discursos apresentados a seguir são discursos institucionais das polícias oferecidos por seus agentes de nível diretivo, oficiais no caso da PM e delegado da Polícia Civil.

Perspectiva institucional da Polícia Civil sobre o crime e a estratégia para “combatê-lo”

O presente capítulo tem como objetivo apresentar uma visão institucional da Polícia Civil acerca da nova organização das dinâmicas criminais no estado, assim como sua perspectiva sobre o PCC, as principais mudanças dentro da instituição desde os “ataques de maio de 2006”, assim como as principais estratégias, ferramentas e dificuldades no “combate” ao crime realizado por esta instituição.

Nosso principal interlocutor junto a Polícia Civil foi um delegado com mais de 30 anos de experiência nesta instituição, tendo passado por muitas unidades territoriais e especializadas, como a DIG (Delegacia de Investigações Gerais) e a DISE (Delegacia de Investigações sobre Entorpecentes), assim como pela divisão de inteligência policial e pela diretoria das cadeias da delegacia Seccional de São Carlos.

A tradição de estudos sobre Polícia Civil

Conhecer a tradição de estudos sobre a organização policial e, mais especificamente sobre a Polícia Civil no Brasil é importante para que seja possível contextualizar o discurso institucional identificado durante a pesquisa empírica. Muitas das questões trazidas por nossos interlocutores estão relacionadas com processos e características já analisadas por cientistas sociais anteriormente. Assim, torna-se possível relativizar o discurso institucional por meio da comparação com os principais problemas sociológicos estudados dentro desta tradição.

Em seu estudo sobre a formação da organização policial, Bretas (1998) enfatiza a relação desta com a formação do Estado brasileiro. Para este autor, há duas vertentes interpretativas que enfatizam papéis diferentes para a instituição policial em relação à constituição do Estado e sua relação com os governos e a ordem pública. A primeira vertente é representada por Leal (1975) e enfatiza o papel da organização policial na garantia de manutenção de resultados político-eleitorais no período imperial e na Primeira República. A segunda vertente evidencia o papel da polícia enquanto instrumento de dominação de classe e manutenção da ordem no Império em um sistema escravista (HOLLOWAY, 1989) e, já na Primeira República, com papel de manutenção de um sistema de dominação, mas agora em relação aos homens livres pauperizados.

No período de transição para a democracia surgem estudos etnográficos sobre a Polícia Civil com o objetivo de compreender a resistência desta instituição às reformas que eram promovidas no Estado brasileiro.

O estudo clássico de Paixão (1982), no qual utiliza da abordagem organizacional para entender a instituição policial em Belo Horizonte, é evidenciado que a impermeabilidade em relação às transformações pretendidas reside em grande medida na cultura organizacional. Do ponto de vista formal, a instituição concentraria muito poder em um pequeno grupo de delegados especiais, o que produziria insulamento da organização em relação a pressões políticas externas. Já a organização informal do trabalho, operada por lógica própria, criada e reproduzida mediante um “estoque de conhecimento policial”, estrutura a atividade cotidiana do policial e lhe confere sentido. Esta lógica de atuação visa melhorar a eficiência e tornar o trabalho policial mais econômico. Estas duas formas de organização seriam refratárias a mudanças.

Paixão descreve a inversão dos formalismos legais no processamento de criminosos enquanto uma “lógica em uso”. Essa inversão representa que, mais do que elementos legais, ideologias e estereótipos organizacionais orientam a atividade rotineira da polícia, sendo pautada por uma vigilância das “classes perigosas”.

Não se poderia confundir a atividade rotineira de polícia judiciária com o cotidiano do distrito policial. O dia a dia do distrito seria caracterizado em grande medida por trabalho administrativo (atestados, alvarás, licenciamentos, etc.), além das necessárias considerações de que nem todas as ocorrências criminais convertem-se em ocorrências policiais (as chamadas cifras negras, ou subnotificação) e nem todos os registros resultam em inquéritos.

Sobre o inquérito policial, Paixão aponta que as observâncias de ordem formal, que legitimariam a atividade judiciária da polícia, não ocorrem: quando o inquérito é instaurado já está bastante encaminhado e o acusado já está definido. Isto aconteceria porque a organização informal orienta a avaliação da pertinência dos instrumentos legais para a investigação dos casos, sendo muitas vezes considerado que a lei tolhe os movimentos da polícia. Segundo este autor, os “estoques de conhecimento policial” prevalecem sobre a lei na atividade cotidiana da polícia.

A discricionariedade no trabalho policial consistiria em realizar a tradução de uma ação para os termos jurídicos. No entanto, a principal dificuldade na observância das leis na atividade policial é encontrada na visão predominante entre os policiais de que o inquérito que se inicia com a prisão do suspeito, isto é, de trás para frente, é mais econômico e eficiente do ponto de vista da produtividade da atividade policial.

Ainda segundo esta visão majoritária, a investigação policial é o procedimento que conecta um ato criminoso a uma “clientela marginal” conhecida de antemão, pois identificável por meio de comportamentos típicos, para o qual é muito mais importante o treinamento e a experiência adquiridos na prática, isto é, sem observância das categorias legais e do treinamento formal.

Segundo esta visão existente entre os policiais, o treinamento prático e a experiência subjetiva permitem ao policial distinguir entre integrantes das “classes perigosas”, “trabalhadores” e todo um universo criminal, seja por meio de características formais, como a carteira de trabalho, ou por signos na corporalidade. Isto é, um certo “jeito”, caracterizado por uma articulação específica entre linguagem, expressão corporal, facial, postura e vestimenta. É o “estoque de conhecimento policial” que permite reconhecer tipos de “vagabundos”, ou seja, o contingente da “clientela marginal”, entre “da leve” e “da pesada”. Para melhor desempenhar sua missão, o policial deve ter contatos no “mundo marginal” que forneçam informações que identifiquem trajetórias dos indivíduos, assim como seus atos.

De acordo com Paixão, na divisão do trabalho no sistema de justiça criminal, os policiais sentem-se simbolicamente distantes dos juízes e promotores, sendo o judiciário considerado “teórico”, descolado da “realidade”, responsável pela impunidade, enquanto a Polícia Civil aplicaria a justiça “na prática”.

Já a posição da polícia em relação às classes populares, classes dominantes e Estado é entendida como complexa. Sua atividade é impopular porque se concentra na vigilância e repressão dos grupos pobres da população, mas também atua na resolução

de conflitos domésticos (“brigas de pinico”) e de vizinhança, assim como assume papéis assistenciais (socorro médico, conselhos, advertências), o que também não cria identidade entre polícia e pobreza.

O Estado é percebido no meio policial como razão de sua existência e limitação de seu poder. O isolamento da instituição é defendido em relação à política partidária, às instâncias judiciais e aos mecanismos de controle social externo.

O estudo de Mingardi (1992) confirmou a validade da perspectiva organizacional de Paixão e aprofundou a descrição etnográfica das diferenças entre os procedimentos formais e a atividade prática policial. Estas diferenças foram evidenciadas na análise do inquérito, que é operado de forma invertida, sendo iniciado com a prisão de um suspeito para então se produzir evidências de sua culpa e da própria existência do delito. Este autor analisou também a continuidade dos procedimentos ilegais, mesmo após a tentativa de reforma levada adiante pelo governador Montoro.

O trabalho de Mingardi (1992) confirmou muitas das questões discutidas por Paixão. Aquele autor descreveu etnograficamente a atividade policial segundo a simbiose entre atores sociais representados pelo “truta” (suspeitos ou acusados), advogados de “porta de cadeia” ou “devos”, “gansos” (indivíduos que negociam de informações com policiais), e os “tiras” (policiais corruptos). Os “gansos” negociam com os “tiras” informações que levam a prisão do “truta”. A tortura administrada pelo “tira” leva o “truta” a oferecer uma proposta de “acerto” negociada por meio do “devo”, com o objetivo de diminuir sua exposição à violência e negociar elementos dos autos do inquérito que possam lhe incriminar. Tanto o “tira” quanto o “ganso” e o “devo” recebem sua parte do “acerto”. O “tira” aumenta sua produtividade e sua renda, assim como o “ganso” e o “devo”.

Na organização do trabalho policial descrita por Mingardi estão presentes as lógicas jurídica e econômica, sendo esta última muito influente em determinadas atividades. A divisão do trabalho segundo essa organização produz diferentes tipos de policiais com interesses e visões diversas dentro da instituição. Os policiais do plantão se relacionam mais com a população que procura atendimento nos distritos e menos com os dispositivos da tortura e da corrupção. Já os policiais que atuam na investigação dos casos tem mais contato com o complexo “tira-ganso/truta-devo” descrito.

Mingardi também identificou regras de organização do trabalho policial segundo tipos de denúncia, território da ocorrência e origem social do denunciante, sendo as técnicas científicas de investigação reservadas a uma pequena minoria dos casos. As

“zicas”, gíria que designa diversos conflitos interpessoais, como conflitos conjugais, familiares, ou de vizinhança, geralmente são administradas por meio de métodos extrajudiciais, segundo informa o saber adquirido na prática pelos policiais. De acordo com este saber, as partes deste tipo de conflito desejariam “desabafar” e geralmente “entram em acordo”. Por fim, entende também que este tipo de conflito chega ao distrito policial principalmente em bairros populares, sendo que em bairros abastados predominam os “crimes mesmo”.

No que tange aos suspeitos, Mingardi argumenta que o saber informal policial também opera certas divisões e classificações, sobretudo com relação à administração da tortura. A condição socioeconômica do suspeito importa nesta consideração, assim como sua possibilidade de oferecer informações que ajudem a solucionar os casos. A tortura é entendida como instrumento eficaz caso produza informações importantes para resolução de casos ou ganhos financeiros.

Por fim, Mingardi conclui avaliando que as tentativas de reforma da polícia construídas externamente, focadas em mudanças de legislação ou em garantir direitos fundamentais, tocam apenas as questões e aspectos que não se relacionam diretamente com o cotidiano de trabalho policial, assim como suas metas e “ética”.

Kant de Lima dedicou alguns trabalhos (1989, 1995, 1997) ao estudo do “ethos” policial e também buscou localizar o lugar da instituição em relação a princípios de organização mais amplos da sociedade brasileira, como a ordem política igualitária e a ordem social hierarquizada. Este autor ofereceu uma grande contribuição ao campo quando, por meio da perspectiva comparada, percebeu que as categorias da ordem jurídica brasileira são uma combinação particular de duas tradições jurídicas distintas, sendo uma de fundamentação igualitária e outra de princípios hierárquicos.

Assim, a prática policial expressaria o sistema inquisitorial, próprio de sociedades hierarquizadas²³, combinado de maneira ambígua com princípios acusatoriais do processo penal, encontrado em sistemas políticos de base igualitária. O sistema misto caracterizaria a polícia como instituição de liminaridade, com potencial para desestruturar a ordem (KANT DE LIMA, 1989).

Ao descrever e analisar os procedimentos do inquérito policial e do processo penal, Kant de Lima (1989) evidenciou que o inquérito baseia-se no sistema inquisitorial, que presume a culpa e é encaminhado sigilosamente, não como estratégia

²³ Tal qual o reino português, no qual por muitas vezes crime e pecado se confundiam (KANT DE LIMA, 1989).

de proteção dos direitos individuais, mas que antes colaboram com o Estado na resolução de crimes. Já o processo penal se vale de um sistema acusatório, que presume a inocência, investigação pública e no qual há equilíbrio de forças entre acusação e defesa.

O tratamento diferenciado segundo tipos penais e atores sociais também foi verificado por Kant de Lima (1995) nas práticas policiais informais, mas também no ordenamento legal, por meio do direito à prisão especial ou da existência de foros privilegiados, a depender de atributos sociais e profissionais do acusado, não da natureza do crime.

De acordo com Kant de Lima (1995), simbolicamente a polícia ocuparia a posição mais subalterna no sistema de justiça criminal, pois é a responsável por selecionar os “clientes” do sistema. Se a polícia reproduz desigualdades sociais durante a seleção de suspeitos, toda a responsabilidade sobre as distorções do sistema igualitário recai sobre a instituição, preservando a imagem do Judiciário e do Ministério Público. No entanto, se a polícia incorpora e reproduz estereótipos sobre o crime, o criminoso, e a forma de exercer controle social é porque estes estão presentes nas bases sociais que sustentam as práticas e representações da polícia. Por fim, a cultura policial constitui-se também em práticas que produzem e reproduzem uma tradição própria.

Kant de Lima (1995) identificou duas funções principais atribuídas à polícia pelo sistema legal: a função de vigilância e a função judiciária. Cada função seria orientada por uma lógica distinta, mas nas atividades práticas elas se confundiriam. A combinação das duas lógicas produz o modo de investigação e produção do inquérito, no qual se prende o suspeito, se consegue sua confissão, para então buscar evidenciar sua culpa. Para cumprir sua função de vigilância, que implica em prever e prevenir a ocorrência de delitos, a polícia se utilizaria do saber prático informal e de métodos inquisitoriais e sigilosos para distinguir criminosos de cidadãos que respeitam as leis. A atividade policial se arroga o saber sobre a identificação dos “conhecidos marginais”, os quais não consegue se provar judicialmente a culpa sobre qualquer delito, justificando desta forma a utilização de métodos não pautados pela lei para puni-los.

Muitos dos princípios que compõem a “ética” policial identificados por Kant de Lima (1989, 1995) não foram produzidas por experiências concretas dos policiais. São antes formas de saber que circulam mais amplamente além da polícia, também no senso comum e no Direito. A polícia aplicaria seus métodos informais de trabalho após considerar que a legislação não seria eficaz no sentido de “fazer justiça”, seja pelas

dificuldades técnicas da apuração, pelas características dos suspeitos e envolvidos ou pelo rompimento de códigos de honra não protegidos pela lei. A aplicação desta “ética” é complementar ao sistema jurídico e é sabido que determinadas categorias de pessoas são investigadas, julgadas e punidas segundo esta lógica, enquanto outras categorias de pessoas gozam dos direitos constitucionalmente assegurados.

Para Sinhoretto (2011, p. 171), durante os anos 90 os estudos sobre a persistência das práticas violentas e arbitrárias da polícia, sua impermeabilidade a reformas e controles externos e as respostas estatais ao crescimento do fenômeno denominado violência urbana, em muito terminaram por confirmar perspectivas e conclusões dos estudos pioneiros.

Na década de 90, Pinheiro (1991 e 1997) aprofunda sua perspectiva nos estudos sobre polícia e constata o fracasso da democracia formal no controle externo da atividade e violência policial. Compreende a persistência da violência policial como expressão de um sistema de dominação no qual o regime legal é precário, construindo o conceito de autoritarismo socialmente implantado. Paes Machado e Noronha (2002) utilizaram a perspectiva de Pinheiro ao estudar a violência policial em Salvador.

Estudos como os de Mesquita (1999), Caldeira (1997), Cano e Fragoso (2000) e Costa (2004) aparecem para tentar compreender a persistência da violência policial e visualizar possibilidades de controle do uso da força nas instituições policiais, assim como estudos sobre formação dos policiais, como o de Tavares dos Santos (1997). Neste momento a profissionalização das polícias passa a figurar como possibilidade de controle interno das ações ilegais da polícia.

Os trabalhos publicados no final dos anos 90 e nos anos 2000 estabeleceram diálogos com estudos comparativos e internacionais, como a sociologia das organizações policiais de Skolnick (1966) e Bayley (2006). Neste movimento, percebe-se que o controle da atividade policial é uma questão em aberto em países centrais e também nos países periféricos, e a perspectiva de trabalhar com a ideia de cultura policial como algo mais amplo que o contexto nacional é colocada (Sinhoretto, 2011).

Em estudos como o de Bretas (1997), Bretas e Poncioni (1999), Paixão (1995), Soares (2000) e Souza (2003 e 2004) continuaram reforçando a percepção de que as polícias são organizações muito resistentes as mudanças e a aplicação de controles externos. Já em trabalhos como os de Adorno (1998b e 2002), Lima (2011), Pinheiro (1997), Zaluar (1999) e Zaverucha (1998 e 2001) o debate sobre a democracia no Brasil

continua passando pela persistência de práticas autoritárias e ilegais nas instituições policiais.

Seja por conta da forma como o inquérito policial é conduzido, pela lógica informal que orienta o trabalho policial, pelas desigualdades sociais que reproduz em sua atuação, pela forma como se utiliza da violência, ou ainda pela impermeabilidade da organização a transformações e controles externos, é evidente que o conjunto dos estudos sobre organização policial e sobre Polícia Civil, mais especificamente, demonstrou uma série de ambiguidades no exercício do controle do crime. Resta agora adentrar ao discurso institucional mobilizado pela Polícia Civil durante a realização deste trabalho.

Polícia Civil: percepções sobre o PCC antes dos “ataques de 2006” e as mudanças subsequentes na instituição

Uma das questões mais debatidas a partir da década de 1990 é a estruturação do mercado de drogas e de modalidades mais organizadas de criminalidade. Em São Paulo, a consolidação do PCC como facção criminosa mais importante dentro e fora dos presídios ganhou visibilidade durante os anos 2000, principalmente com os “ataques de maio de 2006”. Contudo, na visão de nosso interlocutor²⁴, que exercia a função de diretor das cadeias das cidades da região da Seccional de São Carlos em 2006, o PCC não era uma novidade para a Polícia Civil quando os “ataques” aconteceram.

O cenário que antecede as rebeliões, que fizeram parte do contexto dos “ataques”, era caracterizado por cadeias municipais superlotadas. Em São Carlos, celas construídas para abrigar 6 presos, suportavam 22, o que tornava muito complicada a administração da situação. Neste ano, houve ao menos três rebeliões. Em uma delas a cadeia ficou destruída. O delegado avalia que esta situação na qual se encontravam os presos criou um “caldo de motivação” e seria uma das causas, ou “pretextos”, nas palavras do delegado, para a adesão ao movimento de rebeliões. Após esse período de

²⁴ Em relação a esta pesquisa sobre São Carlos trata-se de apenas um interlocutor, dada a dificuldade de acesso a agentes em posições superiores que quisessem dar entrevistas sobre o tema. Contudo, a narrativa deste interlocutor não está em desacordo com as narrativas encontradas junto a outros delegados entrevistados na região pela pesquisa do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC/UFSCar) intitulada “Controle social estatal em face da organização do mundo do crime no interior paulista”, financiada pelo CNPq entre 2012 e 2014. Desta forma, fica assegurada a consistência da entrevista deste interlocutor enquanto indicativa de um discurso oficial compartilhado entre delegados de Polícia Civil em posições intermediárias.

instabilidade, houve grande movimentação no município que envolveu a administração municipal e a mídia, no sentido da desativação da cadeia. Após muita mobilização conseguiu-se a desativação da cadeia pública e sua transformação em centro de triagem, onde os presos devem apenas aguardar vagas em Centros de Detenção Provisória ou presídios.

Na visão deste delegado, até 2006 os agentes e instituições do campo da segurança pública estadual adotavam uma política de “ocultamento” do fenômeno PCC, dentro de uma estratégia de não dar visibilidade para a facção e não favorecer a formação de opinião pública de que o Estado não teria conseguido conter o avanço desse grupo. Assim, essa política teria contribuído para seu desenvolvimento.

Ainda segundo este interlocutor, após todo o impacto público causado pelos “ataques de 2006”, a estratégia do Estado começou a mudar e iniciou-se outra forma de enfrentamento do PCC, caracterizada por mais “inteligência²⁵”, no sentido da inteligência policial, de modo a entender sua amplitude de fato e buscando atuar nas “raízes do problema”, que seria a fundamentação econômica das atividades do PCC.

O campo que a inteligência policial, com o apoio de novas tecnologias, ganhou espaço dentro da Polícia Civil, entretanto, não é percebido por nosso interlocutor como uma novidade inaugurada em 2006. Seria antes uma tendência já em curso dentro da Secretaria de Segurança Pública (SSP), na qual a inteligência já ganhava terreno. Em outras palavras, a ideia de combater o crime em geral com mais inteligência policial seria anterior à necessidade patente de enfrentar o crime organizado com mais inteligência.

O trabalho da Polícia Civil não é percebido hoje como sendo possível sem as necessárias ferramentas tecnológicas, relacionadas à informática, bancos de dados, centrais de inteligência, que forneçam uma compreensão das organizações criminais²⁶, desde as quadrilhas menores até o PCC, e que possibilitem seu enfrentamento com estratégias focadas nas “raízes”, isto é, elementos de sustentação das atividades criminosas praticadas por esses grupos.

Na visão de nosso interlocutor, essa tendência à “tecno-inteligência” é contraposta ao modelo antigo de trabalho policial associado ao fluxo criminoso-crime, no qual primeiro se identifica o criminoso para então descobrir qual o crime cometido.

²⁵ Essa mudança no trabalho policial em direção a um maior foco em “inteligência” também está relatada em Sinhoretto (2014).

²⁶ Conforme relato apresentado em Sinhoretto (2014) e Silvestre, Schlittler e Sinhoretto (2013).

A tendência atual seria mais associada ao fluxo crime-criminoso. Assim, o procedimento investigativo necessário ao modelo atual relaciona investigação com pesquisa científica, onde se formula uma hipótese que precisa ser provada.

Os procedimentos que ilustram esse modelo passam pela análise de cena do crime, que possibilita a investigação científica, metódica e interdisciplinar, envolvendo perícia técnica, investigação, compartilhamento de informações entre instituições, chegando a um autor e produzindo as provas necessárias que comprovem sua autoria. Nesse sentido, os procedimentos de “pendura” (sinônimo de tortura no meio policial), onde parte-se de um criminoso, o qual se “pendura” e se violenta até que “confesse” um crime (Mingardi, 1992), não encontram utilização razoável e estariam muito mais relacionados ao modelo anterior de trabalho e investigação policial. Desta forma, nesta perspectiva a tendência à inteligência teria sido impulsionada, ou apressada, com os acontecimentos de 2006, já estando, no entanto, em curso antes disso.

O intercâmbio de informações e as parcerias entre as instituições que atuam na prevenção e repressão ao crime são entendidos como fundamentais nessa perspectiva, respeitando-se os limites e competências de cada uma. Entretanto, este tipo de parceria interinstitucional seria uma dificuldade histórica no país, remetendo ao período anterior à redemocratização e a nova constituição. Essa herança “cultural” é vista como principal obstáculo que impede a intensificação do intercâmbio de recursos tecnológicos e de informações. Nesse sentido, tal processo teria caminhado, mas ainda estaria longe do ideal. Assim, as dificuldades de intercâmbio e parcerias seriam percebidas principalmente em relação a Polícia Militar, mas também em relação a outras instituições do Judiciário, como o Ministério Público.

As estratégias, ferramentas e dificuldades da Polícia Civil no “combate” ao “crime organizado”

Seguindo na construção de um quadro que reflita as perspectivas de nosso interlocutor sobre a reorganização das dinâmicas criminais paulistas, após nos oferecer sua visão sobre os efeitos que a atuação do PCC na Polícia Civil, passamos a apresentar suas concepções sobre as principais estratégias, ferramentas e dificuldades no “combate” ao PCC.

Desta forma, conhecer as estratégias eleitas para o “combate” ao PCC nos permite identificar as percepções sobre o que é o PCC para a Polícia Civil. Assim, segundo este delegado, a principal estratégia da Polícia Civil no “combate” ao PCC está associada a sua fundamentação econômica, pois é a estrutura financeira que possibilita a operacionalização das suas atividades criminosas e a consecução de seus objetivos. Minar sua sustentação financeira significaria causar sérios problemas à organização do PCC. Assim, emergem questões centrais como:

Para onde vai o dinheiro da droga? Para onde vai o dinheiro do roubo? Tem que ser lavado, tem que ser depositado em conta, tem que ser pago para o pessoal que colabora, contribui, tem que ser feito até um fundo de pensão pra poder ajudar as famílias, quer dizer, como é feito isso? Como que é a estrutura disso tudo? Atingir isso aí é atingir o cerne (...) O coração das finanças das facções é o tráfico de entorpecentes. (Delegado de Polícia Civil)

Nesta visão, portanto, o objetivo principal é causar danos à estruturação financeira do PCC. Desta forma, o tráfico de drogas assume centralidade como mecanismo de obtenção de recursos financeiros na organização do PCC. O tráfico de armas também é visto como importante fonte de recursos, mas sua importância relativa para as finanças do grupo varia com a região de atuação.

Em geral, nas localidades nas quais o PCC atua, o tráfico de drogas seria mais explorado, por ser considerado mais simples de se operacionalizar. Ao lado dessa atividade, viriam as ações relacionadas a roubos. Nesse sentido, o delegado sublinha que a depender da intensidade da repressão ao tráfico de drogas em uma localidade, pode ocorrer migração para outros delitos, como roubos e furtos. Isto é atribuído à necessidade de contribuição mensal dos integrantes do PCC.

Dentro desta perspectiva, a inteligência policial é o principal método para a consecução do objetivo, a saber, o enfraquecimento da estruturação econômica da facção. Assim, as principais atividades de inteligência estão relacionadas à identificação de pessoas e outras informações que orientem o trabalho de policiais em campo. As principais questões seriam: como o sujeito trafica? Como é a dinâmica de ação? Como é a estrutura a qual ele está relacionado? Para além do trabalho de identificação, a forma de atuação dos grupos e facções, seu porte, como se dá a sustentação de suas atividades, qual o tipo de convencimento que emprega para conseguir adesão de novos membros, como recolhem seus recursos financeiros, suas armas, também são questões importantes.

O setor da Polícia Civil responsável pela coordenação das atividades em inteligência e tecnologia é o DIPOL²⁷ (Departamento de Inteligência). Ele disponibiliza todas as ferramentas e recursos tecnológicos utilizados para identificar e mapear os mais diversos tipos de ação criminosa.

Nesta perspectiva, há diversas ferramentas que dão importante suporte ao trabalho policial, sendo as principais muito relacionadas à questão tecnológica. Assim, programas de computador que fazem cruzamentos de dados em estruturas complexas relacionadas a tráfico de entorpecentes, um laboratório especializado na capital com capacidade para levantar informações de inteligência sobre estruturas de lavagem de dinheiro, além de recursos mais comumente utilizados, relacionados à coleta de dados em dispositivos eletrônicos e interceptação telefônica são oferecidos como exemplos destas ferramentas.

As parcerias com outras instituições, como Receita Federal e Posto Fiscal, também são consideradas importantes para os procedimentos investigativos. Em outro sentido, o trabalho em harmonia com o Ministério Público e outras instituições do Poder Judiciário fornece elementos de inteligência já triados, isto é, informações que permitam que o policial civil em campo execute seu trabalho.

Segundo este delegado, as delegacias seccionais contam com divisões de inteligência que apoiam as atividades das delegacias especializadas com informações, identificando traficantes, dinâmicas de atuação de grupos e facções, ligações entre pessoas, entre membros de facções, monitorando estas ligações e subsidiando, desta forma, as ações de combate ao crime organizado.

Em nível local, a atuação do PCC é conhecida pela Polícia Civil com a identificação de seus integrantes²⁸, por meio de apreensões, a averiguação da função que exercem, a data de batismo, ou ainda por meio de documentos e declarações de pessoas, (o que é mais raro quando se trata de integrantes batizados).

²⁷ “O Departamento de Inteligência é o órgão de apoio da Delegacia Geral e tem a finalidade de planejar, coordenar e apoiar as atividades de Telecomunicações, Informática e Inteligência da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Dentre suas atribuições o DIPOL pode propor ou realizar cursos e estágios específicos para formação, treinamento e reciclagem pessoal para a área de Inteligência Policial, podendo-se valer da Academia de Polícia ou através de convênios ou com órgãos públicos e privados ou através de acordos de cooperação com outros órgãos afins dos Estados, da União e estrangeiros. Também é sua função planejar, coordenar e apoiar a atividade de Inteligência Policial; planejar e coordenar a execução de atividades na área de tecnologia da informação e das telecomunicações da Polícia Civil (Decreto nº 47.166 de 01/10/2002)”. Disponível em: <http://www2.policiacivil.sp.gov.br/x2016/modules/mastop_publish/?tac=DIPOL>. Acesso em 31/01/2014.

²⁸ O que remete novamente ao problema do fluxo criminoso-crime, tendo em vista o monitoramento de pessoas.

Após o período conturbado de 2012 (que será trabalhado em maior detalhe adiante), a atuação do PCC na cidade mudou um pouco, segundo o delegado, com a mudança de atividade de alguns membros. Nesta perspectiva, a adoção de atividades econômicas legais por estes sujeitos é entendida como tendo o objetivo de “enganar” as atividades de repressão ao crime. Assim, o delegado destaca certo fluxo de pessoas nas atividades do PCC:

(...) então eles aproveitam, reaproveitam pessoas já ligadas, colocam pessoas novas, adolescentes que vão se destacando, fazem proselitismo com pessoas que já tem o perfil para o crime [...] evidentemente eles destacam pra poder fazer funções mais importantes. A gente tem acompanhado isso, temos visto a mudança, visto atuações que, no essencial, não muda (Delegado de Polícia Civil).

Segundo nosso interlocutor, a Polícia Civil trabalha em parceria com outras instituições do Judiciário e pra executar sua missão, depende de autorizações judiciais, de processos investigativos demorados, como interceptações telefônicas que podem durar meses, e dependem de recursos humanos pra poder acontecer. Desta forma, em relação aos recursos que possui, na perspectiva deste delegado, a Polícia Civil tem feito um “bom trabalho”, identificando pessoas ligadas à facção e inibindo suas atividades.

Para o delegado, a atuação poderia ser potencializada no caso de melhoria em termos de aumento de recursos humanos. Isto porque os recursos materiais são considerados suficientes. As atividades seriam mais bem desempenhadas se houvesse mais profissionais.

Em outra direção, são apontadas outras dificuldades enfrentadas pela Polícia Civil em termos judiciais-legais, como em casos de providências judiciais urgentes, que muitas vezes podem atrapalhar uma investigação, uma interceptação telefônica, uma ação de busca e apreensão, por conta de entraves burocráticos e de tramitação da lei. São destacadas dificuldades advindas da relação com instituições bancárias, operadoras de telefonia e empresas provedoras de serviços de internet, nas quais lentidão no cumprimento de autorizações judiciais também tornam os procedimentos investigativos mais lentos.

Concluimos aqui a apresentação desse quadro composto pelas perspectivas de nosso interlocutor junto a Polícia Civil. Percebemos que o “fenômeno” PCC não foi

exatamente uma novidade para a Polícia Civil quando dos “ataques de maio de 2006”, constituindo, muito mais um “alerta” com relação a extensão da rede de influência da facção. Do ponto de vista das mudanças na Polícia Civil visualizadas após os “ataques de 2006”, nosso interlocutor não as interpreta como um efeito do choque causado pela ação do PCC, mas antes como um processo que já estava em andamento, tendo sido acelerado naquele contexto.

Tais mudanças são apontadas, sobretudo no sentido do espaço que a inteligência policial e as ferramentas tecnológicas ganharam nos procedimentos investigativos da Polícia Civil, os tornando muito mais eficientes e “democráticos”. Isto porque este novo contexto da Polícia Civil é contraposto a um modelo de trabalho policial relacionado a períodos autoritários da história brasileira, no qual a “pendura”, o inquérito “de trás pra frente” e a constatação do inquérito policial no processo de incriminação no Brasil, tal como apontado por Misse (2011), Paixão (1982), Kant de Lima (1989) e Mingardi (1992), constituiriam as melhores representações. Fica bastante evidente também a perspectiva de que toda a “estrutura” do PCC repousa sobre o tráfico de drogas e o “combate” privilegiado à facção deve ser feito em relação a este aspecto, minando suas bases de sustentação.

Para tanto, as estratégias de identificação de sujeitos ligados ao PCC e o conhecimento da sua forma de atuação seriam centrais, possibilitadas pelas variadas ferramentas tecnológicas disponíveis. Aqui a noção de “inteligência policial” está associada à ideia de produção de informações (identificações, sobretudo) através dos meios descritos.

É perceptível o quanto esta noção de “inteligência policial” continua subordinada ao modelo do inquérito policial (PAIXÃO, 1982; KANT DE LIMA, 1989, MINGARDI, 1992; MISSE, 2011). Embora a doutrina de trabalho vigente seja orientada pela lógica “do crime ao criminoso”, verifica-se que a prática policial permanece sendo informado pela lógica da identificação individual do “tipo criminoso” e a partir da investigação de um indivíduo, averigua-se o cometimento de delitos num quadro hipotético sobre a atividade criminal, baseado em um “estoque de conhecimento policial” (PAIXÃO, 1982).

Segundo o discurso institucional observado, a Polícia Civil aponta já saber qual é o criminoso, o crime e como ele funciona. O inquérito policial tenta encontrar este papel pré-estipulado para o indivíduo. A investigação localmente parece se concentrar nos pequenos traficantes, donos de “biqueiras” e seus funcionários, sob a justificativa de

que combater o PCC é combater o tráfico de drogas, sua estruturação financeira. Entretanto, resta a impressão de que o tráfico de drogas é sempre o do pequeno traficante.

A perspectiva institucional da Polícia Militar

Este capítulo pretende apresentar um quadro constituído pelas perspectivas de nossos interlocutores junto à Polícia Militar no que tange ao que é para eles o PCC, qual o impacto causado pelos “ataques de 2006” nesta instituição, assim como as estratégias, ferramentas e dificuldades no “combate” ao PCC, entendido pela bibliografia discutida nesse trabalho como principal efeito da nova organização das dinâmicas criminais no estado de São Paulo.

Entender como a Polícia Militar percebe o conflito com o PCC, assim como as estratégias eleitas para o combate ao “crime organizado” permitirá a reflexão sobre os eventos da segunda metade de 2012 nas periferias de São Carlos já brevemente enunciados.

Conforme já explicitado no início do trabalho, a pesquisa teve acesso a quatro policiais militares por meio de entrevistas semiestruturadas, a saber, um major, um capitão, um tenente e um cabo. Todos os entrevistados contavam com mais de 20 anos de carreira na Polícia Militar, tendo trabalhado em diferentes cidades e regiões do estado.

Quando entrevistados, o major era comandante interino de um batalhão da Polícia Militar com atuação em 7 cidades da região central do estado, o capitão era responsável por uma companhia territorial do mesmo batalhão, o tenente era responsável por companhia territorial em Ribeirão Preto, cidade sede do CPI-3, do qual o 38º Batalhão de São Carlos faz parte²⁹, tendo também atuado em São Carlos, e o cabo

²⁹ A Polícia Militar do Estado de São Paulo está dividida em 23 grandes comandos, chamados “Comandos de Policiamento de Área”. No interior, estão situados 10 destes grandes comandos, chamados Comandos de Policiamento do Interior (CPI). O 38º Batalhão de Polícia Militar do Interior (38º BPM/I)

encontrava-se na posição de responsável por unidade de patrulhamento em uma das companhias territoriais que compõem o 38º Batalhão.

As subdivisões deste capítulo apresentam quadros que representam os discursos institucionais, compostos pelas perspectivas de nossos interlocutores, tendo em vista que três dos quatro entrevistados ocupavam posições de oficiais na Polícia Militar³⁰. As perspectivas do entrevistado que ocupava uma posição de praça, quando acionadas, serão devidamente identificadas.

Os estudos sobre Polícia Militar

A organização das instituições policiais no estado de São Paulo passou por transformações desde a criação das primeiras forças repressivas do Estado, ainda no século XVIII. Tais transformações ocorreram tanto nas atribuições e nas relações com a Polícia Civil, quanto na forma de atuação, sua relação com o militarismo e seu prestígio social. A Polícia Militar do Estado de São Paulo, tal como observada hoje, é fenômeno bastante recente. Seu surgimento substituiu outras organizações policiais de caráter militar existentes. De acordo com Bueno (2014),

Com o decreto-lei 667/1969 o policiamento ostensivo foi atribuído exclusivamente às policiais militares. A guarda civil foi então extinta e a força pública, corporação militar, assumiu sozinha a tarefa de policiamento ostensivo, eminentemente civil. Em 1970 o decreto-lei 217 extinguiu a força pública e criou, no mesmo ato, a Polícia Militar do Estado de São Paulo. (...) Durante a abertura política, a PM continuou seu trabalho de policiamento ostensivo pautado pela violência e pela adoção de medidas extralegais, mas, ao invés de ter como foco os dissidentes políticos, direcionou seus esforços para as camadas mais pobres da população, residentes em regiões periféricas (BUENO, 2014, p. 43).

Como já demonstrado no capítulo anterior, os estudos sobre as organizações policiais no Brasil têm uma tradição iniciada com Pinheiro (1979), Paixão (1982) e

sediado em São Carlos integra o CPI-3, sediado em Ribeirão Preto. Cinco Companhias Territoriais e um Pelotão de Polícia Militar Rodoviária integram o 38º BPM/I, abrangendo ao todo sete cidades da região. Disponível em: <http://www.policiamilitar.sp.gov.br/>. Acesso em: 21/03/2014.

³⁰ Em seu estudo sobre o processo de formação dos oficiais da Polícia Militar do Estado do Ceará, Sá aponta que a divisão entre oficiais e praças é fundamental neste espaço social, tanto do ponto de vista espacial, quanto do ponto de vista da duração, qualidade e especificidade do treinamento e formação recebidos. Esta divisão produz sujeitos com visões específicas dentro da instituição, de um lado, os comandantes e, de outro, os subordinados. (SÁ, 2002, p. 30). Sendo os primeiros formados dentro de um repertório de temas e problemas relacionados à segurança pública e, pela posição ocupada na estrutura hierárquica da corporação, estão autorizados a falar em seu nome (2002, p. 36-37).

Kant de Lima (1995), que por meio de diferentes perspectivas analisaram as práticas policiais no contexto do processo de redemocratização do Estado brasileiro.

Aos pioneiros se seguiram outros estudos, como os de Mingardi (1992), Bretas (1996, 1997 e 1998) e Oliveira ([1985] 2004), que reforçaram suas interpretações sobre a permanência de práticas não democráticas entre os agentes das instituições policiais. Destacam-se os estudos de Mesquita Neto (1999), Souza (2003, 2004), Tavares dos Santos (2009), entre outros cientistas sociais, que apontaram as dificuldades ainda enfrentadas pelas organizações policiais em atuar segundo os marcos democráticos e igualitários, de respeito aos direitos civis do conjunto dos cidadãos.

Resta agora explorar as perspectivas de nossos interlocutores a respeito da atuação da Polícia Militar na gestão do crime e da violência no estado de São Paulo, e, mais especificamente, no combate ao PCC. Neste sentido, conhecer quais lógicas orientam sua atuação, assim como as estratégias e ferramentas privilegiadas para o combate ao crime evidenciará ambiguidades entre o discurso institucional da Polícia Militar e as práticas de controle do crime e da violência no contexto observado.

A perspectiva da Polícia Militar sobre o PCC e os “ataques de 2006”

A “imagem” do PCC composta pelas perspectivas dos policiais militares entrevistados aponta o surgimento desta “facção” como um movimento interior aos presídios, com o objetivo de reduzir a chamada “opressão carcerária”. Segundo alguns interlocutores, a facção que levantava uma causa “justa”, no caso se vale de formas legais de atuação, durante seu desenvolvimento tornou-se exclusivamente um instrumento de força e dominação, atuando na tomada e dominação de territórios, dominação da exploração de comércio de drogas, exploração de loteria clandestina, exploração de jogos de azar, ocupação e divisão de estabelecimentos prisionais com relação a outras facções. Em outras palavras, para os interlocutores vigora a ideia de que o PCC é um movimento que surgiu para lutar contra a opressão dentro do sistema carcerário e que se transformou em uma “organização criminosa pura”.

Na visão do major e do tenente, o Estado não combateu o PCC de maneira efetiva desde seu surgimento. Assim, ações como as transferências de detentos ligados à facção para outras localidades, distantes da capital, teriam contribuído para seu desenvolvimento, possibilitando o surgimento de “células” da facção nestas outras

localidades. Desta forma, a presença do PCC no estado é evidenciada em ações praticadas a mando do PCC, como no caso dos “ataques de 2006”. A ocorrência destas ações em diversas regiões do estado caracteriza a presença de “células” ou “braços armados” da facção.

Segundo o major, as atividades utilizadas pela facção para seu desenvolvimento seriam atividades ilegais como o jogo ilegal, o comércio ilícito de entorpecentes, a práticas de crimes contra o patrimônio onde são arrecadadas somas vultosas. Em outro sentido, a facção fomentaria ou facilitaria o cometimento de outros crimes, chamados transnacionais, como o tráfico internacional de entorpecentes e armas.

Ainda na perspectiva do major, as apreensões de entorpecentes durante seu transporte interestadual caracterizariam eixos rodoviários paulistas como rota de escoamento de drogas, armas, munições e outros produtos de ilícitos penais utilizados como forma de obtenção de recursos financeiros. As chamadas “células” do PCC seriam encontradas não apenas em São Paulo, mas também em Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e alguns países da América do Sul. O estabelecimento de relações entre o PCC e facções de outros estados seria motivo de preocupação.

Assim como percebido junto à Polícia Civil, na visão de nossos interlocutores da PM o tráfico de drogas figura como atividade central para o “crime organizado” no sentido de sua estruturação financeira. Contribuiriam também para esta estruturação atividades paralelas, como roubos comuns, roubos de grande monta e roubos a caixas eletrônicos, sendo este último uma prática mais recente. Desta forma, a migração entre estas atividades criminosas estaria relacionada à necessidade de seus membros contribuírem mensalmente com o PCC e à intensidade da repressão ao tráfico de drogas. Assim, quanto maior a repressão ao tráfico, maior seria a incidência de roubos em dada região.

Neste ponto, sublinhamos a importância que a noção de “sensação de segurança da população” parece ter para nossos interlocutores da Polícia Militar e na Polícia Civil. Alguns tipos de crimes teriam efeito mais decisivo sobre esta sensação. Desta forma, os roubos teriam grande impacto negativo, pois envolvem a violência empregada diretamente contra o cidadão comum. Parece haver alguma forma de mensuração dos tipos de crimes em relação ao seu efeito na “sensação de segurança da população”. Uma pista neste sentido é o tratamento especial dispensado aos crimes de grande repercussão midiática, tanto pela Polícia Militar quanto pela Polícia Civil.

Na perspectiva dos agentes policiais entrevistados, os “ataques de 2006” teriam como objetivo demonstrar a força adquirida até aquele momento pela facção e demarcar os territórios sob sua influência. A esses ataques, o Estado teria respondido “legalmente” e “à altura”, pois não se poderia admitir a existência de “territórios de exceção”, isto é, território não dominado por força legal do próprio Estado. Nos territórios onde o “crime organizado” teria buscado estabelecer, por “via criminosa”, regras sociais e de convívio, o Estado teria oferecido uma “resposta adequada”, para que a população destes territórios pudessem ter condições de se desenvolver de acordo com as estruturas legais estabelecidas.

Segundo os entrevistados, os “ataques de 2006” teriam alertado a Polícia Militar sobre a necessidade de intensificar a atenção com relação ao “crime organizado”, assim como sobre a importância de alterar algumas estratégias para lidar com a situação. Destacam iniciativas que já existiam e foram intensificadas, como o trabalho em parceria com o GAECO³¹, em suas diversas unidades, isto é, a ocorrência de mais ações integradas entre a Polícia Militar e o Ministério Público. Segundo os relatos, a maior parte destas ações ocorreria sigilosamente e as centrais de inteligência da Polícia Militar fariam os contatos com outras instituições, como Polícia Civil e GAECO. Outro efeito dos “ataques de 2006”, na percepção do major, é a de que o conteúdo curricular de formação policial relacionado aos Direitos Humanos foi incrementado após os “ataques”.

Nossos interlocutores entendem que o PCC foi enfraquecido pela reação do Estado aos “ataques de 2006” e pelas estratégias adotadas em seguida. A PM teria desferido importantes golpes contra a estrutura financeira da facção, sobretudo os efetuados em forma de apreensões de drogas e armas, assim como com a morte de importantes lideranças do PCC em confronto com a PM.

Há a percepção de que a principal instituição estatal de combate ao “crime organizado” é a Polícia Militar, evidenciada em afirmações como “a PM é a pedra no sapato do PCC”. Assim, o fato de serem policiais militares os principais alvos dos atentados efetuados pelo PCC (sobretudo nos confrontos de 2012 que serão trabalhados

³¹ “O GAECO - Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, criado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em 1995, tem como função a prevenção e a repressão das atividades de organizações criminosas no Estado, devendo officiar nas representações, inquéritos policiais, procedimentos investigatórios de natureza criminal, peças de informação e ações penais, mediante atuação integrada com o Promotor de Justiça Natural, e coordenando ações conjuntas com outras instituições. Atualmente, existem quatorze Núcleos de atuação, distribuídos em todas as regiões do Estado de São Paulo”. < <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/gaecos>>. Acesso em 11/02/2014.

em maior detalhe adiante) seria um indicador desta espécie de retaliação direcionada à PM por conta da repressão posta em marcha desde 2006.

Segundo o tenente, a “ordem” dada pelo PCC para seus membros de execução de policiais militares e a gratificação do Partido para o ato anistiando seus membros com eventuais dívidas que estes possuam com a facção, seria um dos principais mecanismos que possibilitaram os atentados contra policiais militares em 2012. Nesta perspectiva, o fato de poucos policiais civis terem sido atacados seria então um indicador de um tipo diferente de relacionamento entre Polícia Civil e PCC. Relações estas mais próximas de formas de ajustamento, os chamados “acertos”, ilustrados nos casos das apreensões de policiais civis³², acusados de receber dinheiro de traficantes para fazer “vista grossa”, ou ainda mediante sequestro.

Na visão de nossos interlocutores, o contexto de 2012 representaria outra derrota para o PCC, por conta da grande reação, capitaneada pela Polícia Militar, na qual cresce o número de confrontos, principalmente na capital. Cita-se inclusive o fato de policiais militares que acabaram “se prejudicando” por sair em sua folga para fazer alguns “serviços”. Aqui a referência é às execuções extralegais praticadas por policiais militares. Em suma, após uma ofensiva do “crime organizado” com o objetivo de intimidar a Polícia Militar, decorreria o efeito “inverso”, no sentido da intensificação do “combate” ao PCC realizado pela Polícia Militar.

³² Notícia “Ação prende policiais suspeitos de tráfico” de 15/07/2013: “Uma operação prendeu, nesta segunda-feira, um grupo de policiais civis suspeitos de participação no tráfico de drogas em São Paulo. A ação foi organizada pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), pelo MP (Ministério Público) e a Corregedoria da Polícia Civil de São Paulo. Foram cumpridos mandados de prisão contra policiais na região de Campinas e na capital paulista. [...] Os policiais são suspeitos de cobrar propina de R\$ 30 mil mensais, mas uma taxa extra de R\$ 300 mil anuais, para fazer vista grossa à ação de traficantes no entorno da cidade de Campinas. Entre os presos estão dois delegados do Denarc (Departamento Estadual de Repressão ao Narcotráfico) e o supervisor da Unidade de Inteligência do órgão.” Disponível em: <<http://noticias.band.uol.com.br/jornaldaband/conteudo.asp?ID=100000614295>>. Acesso em 12/02/2014.

Planejamento estratégico na Polícia Militar: a “gestão orientada pela qualidade”³³

Segundo foi percebido durante as entrevistas, há uma diferenciação importante operada por nossos interlocutores junto à Polícia Militar entre um trabalho policial de rotina, o policiamento ostensivo, e uma atividade policial voltada para o “combate” ao “crime organizado”. Entretanto, ainda com relação a esta diferenciação, parece que estas duas modalidades de criminalidade se relacionam.

Dentro desta mesma visão, há crimes “corriqueiros” que se ligariam a atividades desenvolvidas pelo “crime organizado” – como é o caso dos roubos à residências e roubos mediante ameaça, enfatizados pelos policiais entrevistados, que em São Carlos tinham índices considerados elevados em relação a cidades de porte semelhante. Pela natureza ou pelo *modus operandi*, essa modalidade de crime estaria muito associada ao consumo de entorpecentes. Assim, os produtos destes roubos se converteriam em valor a ser trocado por entorpecentes na “biqueira”.

Neste ponto identificamos nas percepções de nossos interlocutores a relação entre o crime, a “sensação de segurança de população”, os indicadores de criminalidade e o “crime organizado”. Soma-se a isso a percepção de outra relação importante entre a questão da drogadição e ingresso no “crime organizado”. Assim, na visão de nossos entrevistados, os crimes contra o patrimônio relacionados ao consumo de entorpecentes

³³ Analisando tendência que observa em países como EUA, Grã-Bretanha e Austrália, Garland (2012) descreve novos moldes da prevenção (e gestão) do crime, que passam por um processo de responsabilização de agências e organizações não governamentais, assim como dos próprios indivíduos, pelo governo do crime. A palavra chave neste contexto é “cooperação”. Implicitamente, há uma discussão política por trás destas estratégias, onde há a renegociação do que é papel do Estado e do que não é. Entretanto, Garland trata de ressaltar que neste contexto de emergência de uma nova e complexa forma de governo do crime o Estado não se ausenta. Em verdade, trata-se de um governo a distância, onde as estratégias estatais visam à construção de formas “sociais” e “situacionais” de prevenção do crime. Este mesmo contexto fez com que as agências estatais como a polícia e os tribunais enfrentassem a constatação de que fracassaram no controle do crime. Entre os vários efeitos desta constatação, Garland discute a transformação nas práticas das agências estatais, tendendo para o caminho da integração com outras agências e do cultivo de um “ethos” gerencial, com especial atenção para a eficiência e efetividade no uso dos recursos. Outro efeito desta situação tem sido a tendência à redução da definição dos desvios pelas agências, que tem como objetivo a diminuição da demanda social (em termos de número de casos) sobre elas mesmas. A criminalização de infrações menores passa a ser vista como improdutiva, assim como deseja-se a descriminalização de certos comportamentos e o fato de que a polícia passa a poupar seus recursos em certos casos de modo a tê-los disponíveis em casos de maior importância para o público. Aqui também percebemos a influência do “ethos” gerencial no sentido da redução dos gastos públicos, muito mais do que no sentido de uma criminologia crítica que considera que a punição é ruim em si. A despeito disso, as agências estatais aumentaram em tamanho, “produtividade” e número de casos processados. É evidente que não estamos diante do mesmo contexto observado por Garland, mas parece ser interessante ressaltar a questão do “ethos” gerencial apontada por este autor, pois guarda algumas semelhanças com o discurso institucional captado junto à PM, no que tange a “eficiência” e “efetividade” no uso dos recursos (atingida, segundo o discurso institucional, por meio da utilização de sistemas inteligentes) e a tendência a poupar recursos para casos de maior repercussão pública. Por ora, ficam estes apontamentos.

funcionariam como porta de entrada para o “crime organizado”³⁴. Aqui, mais uma vez o tráfico de drogas é considerado a grande sustentação das atividades criminosas do PCC.

Nossos interlocutores entendem que a “fraqueza” da legislação criminal não permite que a Polícia Militar efetivamente tire os criminosos adultos e os adolescentes reincidentes em atos infracionais das ruas³⁵. Estes, em sua maioria, seriam dependentes de drogas que sustentariam seu vício por meio da prática de roubos e furtos. O efeito deste contexto circular seria o aumento nos índices criminais. Compreende-se então que mesmo estabelecendo-se uma diferenciação entre crimes ditos comuns e “crime organizado”, nossos entrevistados percebem que são dinâmicas que se correlacionam³⁶.

Em outro sentido, nossos interlocutores entendem que a maior parte do trabalho realizado cotidianamente pela Polícia Militar não seria propriamente trabalho “de polícia”. Isto é, o combate ao “verdadeiro” crime, mas antes trabalho de “assistência social”. Assim são consideradas as solicitações da população por meio do telefone de emergência (190) relacionadas a ocorrências de “perturbação do sossego”, “conflitos domésticos” e “conflitos entre vizinhos”, agrupados sob a denominação de “desinteligência” nos registros de ocorrência policial.

Segundo estimativas subjetivas apresentadas pelos policiais militares entrevistados, os casos de “desinteligência” podem chegar a noventa por cento do total de solicitações realizadas por meio do 190³⁷. Estes casos seriam resolvidos com alguma “orientação”, ou “explicação” oferecidas pelos policiais militares aos envolvidos no conflito. Desta forma, nos outros dez por cento do trabalho policial, calculados subjetivamente pelos policiais entrevistados, estariam contempladas as ocorrências de furtos, roubos, agressões e tráfico de entorpecentes, em atendimentos solicitados ou não através do telefone 190.

Neste momento, após a apresentação das percepções de nossos interlocutores acerca das dinâmicas criminais ditas comuns e acerca do “crime organizado”, assim

³⁴ O que remete à teoria criminológica das “janelas quebradas”, segundo a qual pequenos delitos não reprimidos indicam perturbações na ordem, que encorajam o cometimento de grandes delitos porque enfraquecem a coesão social e a crença da ordem.

³⁵ Como contraponto, é importante citar aqui o encarceramento em massa, em andamento desde o final dos anos de 1990 (SILVESTRE, 2012), o contexto de surgimento do PCC e a concepção de presídio como “faculdade do crime” (DIAS, 2011; BIONDI, 2010).

³⁶ Uma ilustração deste fluxo circular seria: crime organizado/tráfico de drogas > drogadição > crimes comuns > índices criminais > sensação de segurança da população > policiamento de rotina > atividades de polícia atentas ao crime organizado.

³⁷ Neste ponto levanto uma reflexão: se noventa por cento do trabalho cotidiano de PM é administrar conflitos interpessoais considerados pequenos, qual seria a parcela de casos semelhantes administrados na órbita de influência do PCC?

como das correlações entre estas formas de criminalidade, passamos a discutir as estratégias de organização do trabalho da Polícia Militar. Assim, segundo o major, em relação ao planejamento das atividades rotineiras da Polícia Militar, há um sistema no qual o comandante de batalhão se reúne periodicamente (semanalmente, em São Carlos) com o coordenador operacional da unidade e com os comandantes das companhias territoriais para realizar a chamada Reunião de Análise Crítica. Nesta reunião, uma série de indicadores criminais e resultados operacionais (de produtividade do trabalho policial) são avaliados e é construído o Plano de Policiamento Inteligente (PPI)³⁸ da próxima semana.

Neste plano, após o mapeamento dos indicadores criminais por meio de sistemas digitais, são construídas tendências e reconhecidos os “focos críticos”, que irão basear a definição das Áreas de Interesse de Segurança Pública (AISP) e são distribuídos Cartões de Prioridade de Patrulhamento (CPP). Assim, planeja-se a distribuição do efetivo, de acordo com os programas de policiamento (Policiamento com motocicletas, Rádio Patrulha, Força Tática), objetivando a redução dos indicadores criminais e melhoramento dos indicadores de produtividade do trabalho policial (como prisões em flagrante, captura de condenados, “conduções” ou apreensões de adolescentes por ato infracional). Esse processo pode ser exemplificado na fala do major:

(...) a gente verifica horários, datas, dias da semana, períodos do dia, onde nós temos maior incidência dos crimes de maior gravidade, ou daqueles crimes que chamam maior atenção em razão da repercussão ou em razão das consequências pra população. Aí você vai verificar que toda essa análise ela é tabulada e ela serve como referencial pra programação das atividades de policiamento. Então como comandante da companhia territorial, ele distribui o efetivo que ele tem em razão dos indicadores. Se numa região ele tem necessidade de duas viaturas e numa outra região uma só resolve o problema, ele utiliza essas informações gerenciais pra atuar nessas áreas (...) Eu posso mostrar pra você, por exemplo, isso vai pra reunião amanhã, nós tivemos nesse mês, relativamente ao mês anterior, uma redução de cinquenta por cento do número de homicídios, relativo ao período anterior. De roubos, seis por cento. De furtos, de treze por cento. De roubo de veículos, aquela situação que o sujeito tá com o carro dele, chega alguém com uma arma na cabeça dele e fala ‘me dá a chave do carro ou da moto’, nós tivemos uma redução de setenta e oito por cento de um mês a outro. Furto de veículos da ordem de 19,27%, ou seja, a gente tá trabalhando com todas essas questões, essas variáveis, informações, modus operandi ou modus agendi, região, delimitando dentro da cidade os pontos onde essas pessoas atuam,

³⁸ “O Plano de Policiamento Inteligente consiste em sistematizar a metodologia de planejamento operacional com a utilização dos Sistemas Inteligentes que permitem a organização digital de informações criminais em bases de dados, identificando as tendências e focos críticos que se constituem nas Áreas de Interesse de Segurança Pública (AISP), ambiente de atuação para o estabelecimento do Cartão Prioridade de Patrulhamento (CPP)”. Disponível em: <http://repositorio.fjp.mg.gov.br/consad/bitstream/123456789/158/3/C1_PP_PMESP%20PLANEJAMEN TO%20ESTRATEGICO.pdf>. Acesso em 12/02/2014.

verificando o perfil delitivo do infrator, afim de que a gente possa direcionar o policiamento pra tentar minimizar essas questões dentro da cidade (Major).

Ainda segundo a perspectiva do major, a Polícia Militar deixou de ser “empírica”, pois trabalha com dados criminais diários e, com base nisso, toda viatura sai com um Cartão de Prioridade de Policiamento, que a direciona segundo a avaliação das necessidades e fornece um plano de trabalho. Este tipo de policiamento é considerado preventivo. Assim, mesmo o “crime organizado” não estaria presente isoladamente no território, podendo estar relacionado a crimes considerados de gravidade ou não. Isto é, desde um roubo considerado comum até um furto a caixa eletrônico poderia ter a participação da facção criminosa, e não apenas os atentados contra policiais e outros agentes públicos. É então com base nessas estatísticas gerenciais que se planeja a distribuição das viaturas de patrulha ostensiva e é possível destacar as viaturas de apoio para as áreas consideradas de maior carência. Nesta perspectiva, este é o planejamento da atividade policial de rotina. Para ações específicas de combate ao chamado “crime organizado” as estratégias de ação tendem a ser um tanto distintas.

Sistemas inteligentes: tecnologia para gestão do crime

Dando sequência à discussão das estratégias utilizadas pela Polícia Militar na gestão do crime, as ferramentas apontadas por nossos interlocutores como mais importantes para a Polícia Militar no “combate” ao crime estão relacionadas a tecnologias e procedimentos de identificação de pessoas, sobretudo por meio de imagens, construção de redes de relacionamento, caracterização de *modus operandi* e georreferenciamento dos indicadores e ocorrências registradas. Nossos entrevistados entendem que o combate ao crime ganha qualidade a partir do surgimento dos chamados sistemas inteligentes, como o sistema de Informações Criminais (Infocrim)³⁹ e o Fotocrim⁴⁰. O Plano de Policiamento Inteligente já citado é construído com o auxílio do Infocrim.

³⁹ O Infocrim foi implantado em 1999 e desde seu início é compartilhado por Polícia Civil e Polícia Militar. Instalado inicialmente na capital, se expandiu no estado por meio de investimentos da ordem de R\$ 6,5 milhões ao longo de onze anos. Em 2010 estava disponível em 601 das 654 cidades do estado. Conforme: http://www.ssp.sp.gov.br/acoes/acoes_sistemas.aspx. Acesso em 15/02/2014.

⁴⁰ Sobre o Fotocrim, criado em 1997 e compartilhado com a Polícia Civil a partir de março de 2011, algumas matérias de portais oficiais do estado nos fornecem algumas descrições sobre seu funcionamento

Na perspectiva de nossos entrevistados, haveria um aparato destinado à coleta e sistematização dessas informações, com grandes investimentos na área de inteligência policial e sua utilização dentro de seus sistemas inteligentes. Seriam somadas a isto iniciativas como o compartilhamento desses sistemas e bancos de dados entre Polícia Militar e Polícia Civil, a informatização de seu acesso dentro das viaturas através de terminais móveis de dados, com ampliação do acesso ao Infocrim, o surgimento do Fotocrim com a colaboração da SAP no fornecimento de dados. Assim, segundo o major, quando um policial aborda um sujeito na rua, é possível consultar imediatamente sua ficha criminal e realizar a checagem nestes “sistemas inteligentes” de modo a verificar suas ligações com redes de cometimento de crimes.

O fornecimento dos “sistemas inteligentes” e bancos de dados criminais é operacionalizado pela PRODESP⁴¹, empresa de tecnologia da informação do governo estadual. Entre estes instrumentos, o mais recentemente criado é o Relatório Analítico Gerencial de Inteligência de Segurança Pública (Ragisp)⁴², lançado oficialmente em

e características: “A Polícia Militar do Estado de São Paulo também tem seu arquivo de investigação. É o Fotocrim, com 320 mil fotos de criminosos. Todo indivíduo preso por PMs é fotografado. As informações são armazenadas para pesquisas. Os detentos tiram fotos de frente e de perfil. As cicatrizes e as tatuagens são registradas em diversos ângulos. As imagens e os dados dessas pessoas ajudam a PM a conhecer a área de atuação de cada uma. As pesquisas investigativas indicam o crime que cometeram e se agiram com parceiros. Para tornar o Fotocrim mais completo, a Polícia Militar firmou um convênio com a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP). Cerca de 90% dos presos sob tutela da pasta, principalmente os integrantes de facções criminosas, foram fotografados por PMs nas unidades prisionais. Foi assim que a PM conseguiu montar um amplo arquivo de integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC). Além das fotos, a Polícia Militar tem todos os dados dos presidiários, como tempo de condenação, local onde cumprem pena, crimes cometidos e até dados da família e das visitas realizadas. O Fotocrim também traz as descrições físicas dos detentos, como cor da pele e dos olhos e tipo de cabelo.” Disponível em:

<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenaimprensa.php?id=206148&q=Sistema+secreto+da+pol%EDcia+pode+rastrear+qualquer+um>. Acesso em 15/02/2014.

“A base informatizada conta com imagens de ex-presidiários e informações que ajudam na identificação dessas pessoas, como locais que frequentam e relações que mantém com outras pessoas que passaram pelo sistema prisional. As fotos são tiradas de frente e de perfil. O acervo conta, inclusive, com imagens das cicatrizes e tatuagens dos criminosos registradas em diferentes ângulos. O material ajuda a polícia a conhecer a área de atuação de cada uma dessas pessoas. As pesquisas investigativas indicam o crime que cometeram e se agiram com parceiros. O Fotocrim também traz as descrições físicas dos detentos, como cor da pele e dos olhos e tipo de cabelo. As informações ajudam a polícia na localização de criminosos com a descrição fornecida por testemunhas e o local onde ocorreu o caso. ‘Não tem sentido um banco de informações deste porte, com dados a respeito de marginais, de pessoas envolvidas com crime, com antecedentes criminais, só ser acessado pela Polícia Militar. Dessa forma nós vamos agilizar a investigação policial’, afirmou Antonio Ferreira Pinto, Secretário de Segurança Pública de SP.” Disponível em: <http://www2.policiacivil.sp.gov.br/x2016/modules/news/article.php?storyid=1219>. Acesso em 15/02/2014.

⁴¹ A PRODESP reconhece o ano de 1995 como marco de uma mudança na utilização da informática pelo Estado, de apenas ferramenta de processamento de dados para ferramenta central de gestão e oferecimento de serviços ao cidadão, sendo o Infocrim um dos resultados dessa mudança. Acessível em: <http://www.prodesp.sp.gov.br/>. Acesso em 15/02/2014.

⁴² “Para saber as ruas, tinha que pesquisar. Hoje, o Ragisp já mostra automaticamente. Ele apresenta os 10 locais (as 10 ruas, os 10 pontos) mais críticos de cada unidade, de cada distrito, de cada companhia [da

novembro de 2013, que oferece condições para efetuar análises de dados criminais por área de DP, de batalhão, por região da cidade, por horário, dia da semana, entre outras possibilidades. O Ragisp funciona interligado ao Infocrim e outros sistemas inteligentes operados no âmbito da SSP.

Segundo o major, em cada um desses sistemas, que são também utilizados em operações de inteligência voltadas ao chamado “crime organizado”, há diferenças de nível de acesso à determinadas informações e a capacidade de verificar novas ligações e construção de redes.

Entre nossos interlocutores a percepção do crescimento da importância das informações de inteligência para as atividades de policiamento se sustenta, sobretudo através da referência a este leque de ferramentas tecnológicas. Para além do investimento em tecnologia e em inteligência, reconhece-se também o investimento do Estado em melhores equipamentos e armamentos.

Atividades de inteligência da Polícia Militar

De acordo com nossos entrevistados, a Polícia Militar também possui departamento específico para tratar de questões relativas ao “crime organizado”. Entre as atividades de inteligência na Polícia Militar, o major destaca a colocação de agentes em determinados locais para o chamado “policiamento velado”. Como também o cruzamento de dados gerenciais e operacionais, e o recebimento de informações de outras instituições do sistema de segurança pública que fazem investigação e análise, a fim de que a Polícia Militar efetue ações de repressão imediata.

A produção de informações de inteligência pela Polícia Militar, chamada por nossos interlocutores de “levantamento de informações”, é realizada por meio de centrais de inteligência e de agentes descaracterizados. Isto é, departamentos específicos e agentes específicos, que tem como objetivo auxiliar o policiamento ostensivo a tentar inibir que o crime ocorra. As questões principais que orientariam o “levantamento de informações” seriam:

PM] em termos de roubo, de furto de veículo, de homicídio, etc. O Ragisp faz isso rapidamente, ele está programado para isso”, explica o secretário Fernando Grella. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/noticia/lenoticia.aspx?id=32956>>. Acesso em: 15/02/2014.

Onde os delinquentes estão atuando? De que forma, qual o modus operandi? Quando? Por que? Isso é levantamento de informações feito por uma equipe da PM. Após o crime acontecer, [passa a ser competência da] equipe de investigação da PC (Major)

Desta forma, segundo o major, a principal estratégia da Polícia Militar no “combate” ao “crime organizado” seria identificar as chamadas “células” do PCC, ou seja, seus integrantes, intensificar o policiamento e buscar legalmente sua prisão, para que possam ficar à disposição da justiça.

O sistema de produção de informações de inteligência da Polícia Militar, sobretudo por meio de escutas telefônicas, é considerado “muito bom” pelos policiais entrevistados. Segundo o tenente entrevistado, o Comando de Policiamento do Interior III (CPI-3) – que atua na região de Ribeirão Preto, região central do estado – possui um trabalho em conjunto com o GAECO, no qual se faz uso de uma central de escutas telefônicas que busca monitorar o “crime organizado” na região. Este tenente aponta que este trabalho em conjunto com o GAECO também é realizado no âmbito de outros CPI. Em sua visão, a intensificação das ações de inteligência foi um efeito do desenvolvimento do PCC, principalmente no que tange ao aumento das escutas telefônicas que monitoram presídios, advogados e os considerados líderes da facção.

Ainda segundo o tenente, há casos de apreensões, principalmente em ocorrências relacionadas a tráfico de drogas, nos quais a Polícia Militar vasculha uma residência ou mesmo indivíduos, nas quais listas com nomes de pessoas ligadas ao PCC, suas contribuições mensais, vendas de rifas, são encontradas. Assim, em cada cidade haveria uma pessoa responsável por gerenciar esse fluxo de recursos e com ela informações importantes poderiam ser levantadas.

Por fim, figuram as informações colhidas pelos policiais militares mediante denúncia de cidadãos, como por exemplo:

Recebi uma informação ontem, aqui perto de casa, que tão usando a pasta de cocaína, eles acabando diluindo e aumentando, e vão vender lá no [nome do bairro] à noite. Eu vou passar isso aí pro tenente pra saber o que a gente vai fazer. (Cabo)

Este tipo de informação não seria igualmente recorrente em todas as localidades. Segundo o tenente, as denúncias variam segundo ao nível de confiabilidade da população no trabalho de repressão ao tráfico de drogas naquele bairro ou cidade. Na capital, por exemplo, o recebimento de informações deste tipo seria muito menos frequente do que em cidades do interior.

O utilização da inteligência policial no “combate” ao “crime organizado”

Segundo o major, em operações relacionadas ao “crime organizado” há mais cuidado e sigilo com relação às informações de inteligência. Neste sentido, há compartimentação de informações, as quais somente o comandante da operação e aqueles que vão estar diretamente ligados ao planejamento ou execução daquela ação específica tomam conhecimento. Nesta visão, a compartimentação da informação é importante para preservar o trabalho de inteligência na identificação de pessoas, objetos, *modus operandi*, de possíveis vazamentos.

Assim, o major aponta três níveis de informação: as informações de nível local, associadas a estatísticas e registros produzidos pela própria atividade da Polícia Militar, destinadas ao gerenciamento do policiamento ostensivo rotineiro em termos de companhias territoriais. Como exemplo desse tipo de informação e de sua utilização citamos a fala do major:

Então dentro desse quadro, dentro desse contexto, nós vimos crescer, por exemplo, o número de homicídios dentro da região, o número de roubos. Uma coisa, por exemplo, que me chamou a atenção é a questão de que o infrator da lei, aqui, ele adentra a residência das pessoas com muito mais facilidade, ou com muito mais constância do que em outras regiões do estado. Roubo a residência. Então isso nos chamou a atenção. Isso inclusive foi objeto de reuniões dentro da unidade, a fim de intensificar ações de combate a esse tipo de ilícito. Isso tem ocasionado a elevação do número de abordagem policial, o número de intervenções nas ruas, nós aumentamos o número de armas brancas apreendidas, o número de armas de fogo apreendidas dentro do período. Agora nós contamos com o indicador criminal já vetorizado negativamente, ou com indicação de decréscimo no número de crimes graves praticados dentro da cidade. Mas isso, eu acredito que vai ser um trabalho, para nós colocarmos a cidade, a região, dentro de uma situação de normalidade, um trabalho a médio prazo, não é um trabalho de curto prazo (Major)

Em seguida, teríamos as informações em nível de comando de batalhão, relacionadas aos casos e ocorrências consideradas de maior repercussão na região, que são registrados de modo a alimentar o serviço de inteligência para poder identificar pessoas relacionadas a esses delitos. Por fim, haveria informações relacionadas ao combate ao “crime organizado”, com produção relacionadas a atividades de inteligência em nível de Comando de Policiamento de Área, ou mais amplas. Em relação a este

último nível de informação, nossos interlocutores enfatizam o trabalho em conjunto entre Polícia Militar e Ministério Público, com a Polícia Civil, ou ainda em contato com os serviços de inteligência da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal.

Sobre as atividades de inteligência da PM, os entrevistados apontam a utilização de centrais de escutas telefônicas operadas em conjunto com as unidades do GAECO, que visariam monitorar as atividades do PCC nestas regiões. Ressaltam também a forma sigilosa pela qual se conduzem as ações coordenadas com outras instituições e também as estratégias mais gerais que orientam o enfrentamento do “crime organizado” no estado.

O papel da Força Tática na estratégia da Polícia Militar de “combate” ao “crime organizado”

Segundo o major, a Força Tática desempenha um papel central no “combate” ao “crime organizado” realizado pela Polícia Militar. De acordo com este entrevistado, trata-se de uma modalidade de policiamento caracterizada por ações de enfrentamento aos chamados crimes “de maior potencial ofensivo” contra pessoas ou instituições, incluindo aí ações de enfrentamento ao “crime organizado”. Neste último aspecto, sua grande missão seria: “minar, por assim dizer, conter a evolução, a instalação e a disseminação do crime organizado, em especial dessa facção, chamada Primeiro Comando da Capital” (Major).

Assim, o serviço de inteligência da Polícia Militar recolheria informações sobre as “tentativas de instalações de células do crime organizado” dentro das áreas dos batalhões e a Força Tática seria então encarregada de:

(...) adotar ações naqueles locais pra evitar a instalação, ou uma vez instalada, a erradicação dessas células dentro da região. Essa cooptação de pessoas, de traficantes ou de criminosos ditos comuns, à uma facção que depois poderia gerar naquela região um acréscimo na questão da violência, nos indicadores criminais, na sensação de insegurança da população. Uma vez que a veiculação, inclusive, das medidas, ou a veiculação dos atos praticados pela facção, elas acabavam impingindo as pessoas, esse impacto psicológico, esse impacto pessoal, social, que acabou acontecendo, acabava acontecendo. As nossas ações eram voltadas pra isso (Major)

Ressaltamos novamente que na perspectiva de nossos interlocutores as principais ações do “crime organizado” estão relacionadas ao tráfico de entorpecentes, que financiaria outras atividades criminosas. Assim, seriam realizadas operações, algumas

em parceria com o GAECO, para conter a expansão e apreender pessoas consideradas lideranças da facção dentro na região.

De acordo com o major, a Força Tática representaria a força estratégica do comandante do batalhão para ser direcionada para locais e situações consideradas especiais, principalmente em pontos onde o policiamento ostensivo ficaria mais empenhado com as demandas operacionais de atendimento de ocorrências de menor potencial ofensivo ou que eventualmente não tenham condições de enfrentar ocorrências de crimes mais graves.

Exatamente por isso cada equipe de Força Tática contaria com três homens, armas e veículos diferenciados, trabalharia junto às informações de inteligência associadas ao nível do comando do batalhão, justamente onde seria percebida a incidência de crimes de maior potencial ofensivo. Nosso entrevistado complementa, afirmando que o profissional da Força Tática recebe uma dose a mais de treinamento porque trabalha em situações especiais, em horários especiais, com crimes de maior gravidade e em situações nas quais as unidades de outras modalidades de policiamento necessitam de apoio, onde existe risco operacional para o patrulhamento rotineiro e para a população, em razão do recrudescimento de algumas ações de criminosos, em especial as ações do “crime organizado”.

Para ilustrar a mobilização e atuação da Força Tática em um batalhão, o major apresenta a seguinte situação:

(...) há uma quadrilha atuando nas cidades desta região e em outras regiões do estado, executando roubos de caixas eletrônicos. Nesta região, o comandante do batalhão alocou equipes de Força Tática para dar suporte a municípios pequenos, onde há menor quantidade de policiais, no período noturno. Essa quadrilha trabalha com armas longas, fuzis, metralhadoras, escopetas, armas que muitas vezes não estão disponíveis para o patrulheiro da viatura de radiopatrulha em cidades pequenas. Então mobiliza-se equipes de tático para complementar o policiamento nestas cidades menores, onde farão operações de saturação e operações especiais de polícia, atuando na intensificação da abordagem, identificação de pessoas e criminosos, estando preparadas para o embate ou enfrentamento de situações mais graves. O profissional do tático é preparado para esse tipo de situação. Quando este policial vai atuar em determinada região, ele vai com uma missão específica, sabendo que naquela região existe um

problema pré-identificado, não é um patrulhamento genérico ou atendimento sob demanda da população, vai atuar na redução daquele problema já identificado (Major)

Por fim, o major nos indica que a Força Tática também é responsável pelas ações de choque, em casos dos chamados distúrbios civis nas cidades do interior, como em caso de um tumulto com briga generalizada em uma pequena cidade vizinha a São Carlos durante o carnaval de 2013. Os quatro policiais de serviço naquela noite foram hostilizados ao tentar dispersar uma multidão de cerca de 500 pessoas durante uma “briga generalizada”. Após as viaturas serem atingidas por garrafas, solicitou-se reforço no policiamento. Unidades da Força Tática vieram e dispersaram a multidão por meio de tiros de balas de borracha e utilização de gás lacrimogêneo.

Dificuldades no “combate” ao “crime organizado”: a perspectiva da Polícia

Militar

Segundo o tenente, do ponto de vista legal, o envolvimento com o PCC não é, em si, um crime. Entretanto, seria possível vincular seus integrantes ao crime de formação de quadrilha, quando se comprova sua ligação com um delito específico. Neste sentido, o cabo entrevistado indica que os traficantes e outros criminosos possivelmente ligados ao PCC são conhecidos em cidades pequenas, entretanto “por saber não se prende, a não ser em flagrante” (Cabo). Isto é, o criminoso já é identificado antes mesmo que se possa provar seu crime. Desta forma, haveria a necessidade de flagrá-lo cometendo algum delito para poder apreendê-lo.

Este entrevistado prossegue apontando que uma dificuldade importante para conseguir estas prisões em flagrante é exatamente a dificuldade em se conseguir “mandados de busca”, emitidos por juízes.⁴³ Segundo ele, o argumento da “fundada suspeita” não teria mais a efetividade outrora em se conseguir mandados, o que limitaria as possibilidades da Polícia Militar de efetivamente “combater” o crime, como explicita a fala deste interlocutor: “por isso que a gente se sente assim de mãos atadas, cada vez

⁴³ Aqui levantamos um questionamento com relação à importância da prisão em flagrante como ferramenta da PM no combate ao crime organizado. Seriam as informações de inteligência utilizadas com o objetivo primordial de construir flagrantes? Um olhar atento a algumas estatísticas pode ajudar a refletir sobre este ponto.

mais. Antigamente conseguia mais, mas dependia muito do juiz, do promotor. O juiz parece que não está muito mais do nosso lado não, não está dando muito ouvidos não” (cabo).

Nossos interlocutores apontam que a grande dificuldade da Polícia Militar no “controle” do crime tem relação com o aparato judicial-legal, seja ele considerado fraco, repleto de meandros, extenso, fornecendo à sociedade e aos policiais que atuam na repressão uma sensação de impunidade.

Na perspectiva de um interlocutor, em relação às ocorrências envolvendo tráfico, porte de entorpecentes e furto, há grande desmotivação por parte dos praças. Segundo o cabo, a maior causa de desmotivação seria o período no qual o acusado ficaria preso, considerado “curto”, e o processo de judicialização, através de audiências com o juiz, podem ser desgastantes, sendo obrigado a comparecer ao fórum em horários de folga para, muitas vezes, não serem chamados a depor. Assim, na visão deste entrevistado, esta judicialização seria caracterizada por um custo muito alto para o soldado da Polícia Militar em relação a um efeito muito reduzido sobre os indicadores criminais, tendo em vista que o sujeito apreendido poderia voltar às ruas em um período muito curto.

Em outro sentido, o cabo entrevistado na pesquisa afirma que uma mudança no sistema de atendimento das solicitações feitas pela população por meio do telefone 190 para a sede do comando de área fez com que aumentasse o número de Boletins de Ocorrência produzidos por dia, chegando na estimativa de nosso entrevistado, a 10 vezes mais. No sistema anterior, a ligação seria atendida na própria cidade da qual partia a solicitação, onde a Polícia Militar local triaria as ocorrências que seriam atendidas, podendo distinguir casos de trote, casos de “pessoas que exageram”.

O número de atendimentos seria reduzido em relação à sistemática atual. Em sua visão, com o atendimento sendo feito em cidade diferente do local da ocorrência, o direcionamento dos atendimentos é feito inclusive para as ocorrências consideradas “bobas” ou “idiotas” pela Polícia Militar local, que provavelmente não seriam atendidas no sistema anterior, ao invés do direcionamento do policiamento no sentido da inibição de furtos e roubos, ou ainda de “combate” ao tráfico de drogas. Estar mais próximo do público por meio de mais atendimentos é visto como positivo, ao mesmo tempo em que se entende como negativa a multiplicação de atendimentos a ocorrências não consideradas caso “de polícia”.

Este capítulo apresentou o quadro composto a partir das perspectivas de nossos interlocutores junto à Polícia Militar no que tange a nova organização das dinâmicas criminais paulistas, sobretudo no que se refere ao período posterior aos “ataques de maio de 2006”. Foram mobilizadas as concepções institucionais acerca do que é o PCC, como se estrutura e quais as estratégias utilizadas para realizar seu “combate”. Deste quadro, algumas questões e reflexões emergem.

É possível perceber que, da mesma forma como apontado por nosso interlocutor na Polícia Civil, nossos entrevistados na Polícia Militar apontam que o PCC constitui-se enquanto “organização criminosa” que se sustenta financeiramente sobre as redes e mercados de tráfico de entorpecentes.

No entanto, percebem também que crimes considerados de “menor potencial ofensivo”, como furtos e roubos “pequenos”, podem estar mais ou menos associados ao “crime organizado”, justamente por conta de sua vinculação ao comércio de drogas. Seria precisamente desta forma que as dinâmicas criminais relacionadas ao “crime organizado” teriam impacto nos indicadores criminais, os quais são constantemente avaliados pela Polícia Militar e orientariam sua atuação, e também na “sensação de segurança da população”, noção que parece ter bastante importância entre nossos entrevistados.

Com esses entendimentos em vista, nossos interlocutores prosseguem apontando as principais estratégias utilizadas para realizar o “combate” ao crime “comum” e ao “crime organizado”. A produção das “informações de inteligência”, em seus diversos níveis, parece desempenhar importante papel na estratégia de gestão do crime utilizada pela Polícia Militar, seja do ponto de vista dos indicadores criminais, que orientam o policiamento considerado “de rotina”, seja por meio do “levantamento de informações”, focado na identificação de sujeitos ligados a dinâmicas criminais e seu “*modus operandi*”. Ou ainda em trabalhos realizados em parceria com outras instituições do “sistema de segurança pública”, como parece se destacar o trabalho conjunto ao Ministério Público, principalmente no que tange a escutas telefônicas.

Em todos os níveis de informação de inteligência, a percepção de nossos interlocutores é a de que os “sistemas inteligentes” desempenham um papel central, auxiliando na produção das informações, em sua organização e oferecendo melhores condições para a gestão do crime, em suas diversas dinâmicas.

Desta forma, nossos interlocutores indicam que o “combate” ao “crime organizado” passa pela identificação de sujeitos, isto é, produção de informações por meio de ferramentas tecnológicas, compartilhamento de informações com outras instituições, “levantamento de informações” e sistemas inteligentes. De modo a complementar esse processo, há a perspectiva de que a Força Tática se constitui na modalidade de policiamento mais utilizada no “combate” ao “crime organizado”, sendo mobilizada a partir de decisões tomadas com base em informações de inteligência.

A “onda” de homicídios em 2012

O presente capítulo pretende apresentar um fenômeno social que se desenvolveu ao longo do segundo semestre de 2012 em São Carlos. As características visualizadas neste contexto municipal parecem guardar relações com dinâmicas que extrapolam o município, podendo ser percebidas também na capital e em outras cidades do interior do estado.

Este fenômeno, caracterizado por uma “onda” de homicídios com características de execução, considerada “atípica” em relação às tendências históricas das taxas de homicídios das cidades em questão⁴⁴. Os executados, no que tange a São Carlos, pertenciam a instituições estatais (um policial militar), eram considerados “suspeitos” de terem ligações com dinâmicas criminais ou com o “crime organizado” pelas instituições estatais de controle do crime, eram dependentes de *crack* em situação de rua ou não estavam em nenhuma destas “categorias”, o que tornaria muito mais complexa sua compreensão.

O objetivo da reconstituição deste fenômeno e sua análise é apresentar algumas reflexões sobre a atuação das instituições de gestão do crime em relação aos quadros de perspectivas dos nossos interlocutores sobre a nova organização das dinâmicas criminais. Partindo da análise de um contexto situado, pretendemos levantar questionamentos que nos possibilitem uma melhor compreensão acerca das estratégias adotadas pelas instituições estatais para a gestão do crime e seus possíveis efeitos.

⁴⁴ Segundo levantamentos da imprensa de São Carlos junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, os homicídios cresceram 81% em 2012 na cidade, passando de 16 homicídios em 2011 para 29 em 2012. Disponível em: <<http://www.jornalpp.com.br/policia/item/26987-homic%C3%ADdios-crescem-81-em-s%C3%A3o-carlos>>. Acesso em 21/04/2014.

A “onda” de homicídios de 2012

A partir de setembro de 2012, São Carlos viveu um período de rápido crescimento nos números de homicídios e essa situação reflete em alguma medida o contexto do estado de São Paulo, desde o final de maio do mesmo ano.

Segundo dados da imprensa⁴⁵, a onda de homicídios na região metropolitana de São Paulo⁴⁶, mas com reflexos em outras regiões do interior do estado e na baixada santista, teria seu início em um enfrentamento entre a ROTA⁴⁷ e supostos integrantes do PCC na Zona Leste da capital, onde seis pessoas foram mortas e três presas. Dentre os mortos, pelo menos uma pessoa teria sido levada para outro lugar, torturada e executada pelos policiais, de acordo com uma testemunha ouvida na investigação do caso. Uma série de execuções de policiais, sobretudo de praças fora do horário de serviço, se seguiu a esse confronto.

Em outro sentido, para cada morte de policial se seguiram outras dez mortes, em média, nas horas seguintes e em regiões próximas a do homicídio. Dessa sequência de homicídios emergia um padrão caracterizado por tiros efetuados por homens encapuzados em motos sem placas ou em carros com vidros escuros contra grupos de pessoas nas regiões periféricas da capital.

Em declaração pública⁴⁸ em novembro, o então delegado-geral da Polícia Civil paulista Marcos Carneiro de Lima afirmou que várias vítimas de homicídio, excetuando-se as vítimas de chacinas⁴⁹, tiveram suas fichas criminais levantadas em delegacias distantes dos locais onde seriam executadas antes de serem mortas. Outro fator que ajudaria a compor a elevação acentuada no número de homicídios neste período seria a “cortina de fumaça” criada pelo contexto de enfrentamento, ensejando crimes e vinganças interpessoais não diretamente relacionadas ao conflito observado.

Em São Carlos, um policial militar foi executado por dois homens, um deles encapuzado, calçando luvas pretas e armado com um revólver calibre 38, com seis tiros

⁴⁵ <http://outraspalavras.net/uncategorized/sao-paulo-as-origens-da-violencia/> - Acesso em 11.09.2013.

⁴⁶ Segundo informações da imprensa e da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, a “onda” de violência no estado totalizaria 370 homicídios entre maio e dezembro de 2012, sendo 50 agentes policiais e 320 civis. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/11/onda-de-violencia-pode-ter-matado-370-pessoas-em-2012-diz-defensoria.html>>. Acesso em 21/04/2014.

⁴⁷ Batalhão correspondente à elite da Polícia Militar do estado de São Paulo, atuante principalmente na região metropolitana da capital.

⁴⁸ <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/11/22/delegado-diz-que-vitimas-da-violencia-em-sp-tiveram-ficha-criminal-levantada-pela-policia-antes-das-mortes.htm> - Acesso em 11.09.2013.

⁴⁹ Na capital e região metropolitana de São Paulo ocorreram ao menos 16 chacinas entre junho e novembro, com 28 mortes, a menos de cinco quilômetros onde foram executados policiais.

dentro de seu carro enquanto prestava serviço como segurança a uma empresa da cidade durante sua folga.

Em outubro, o delegado responsável pela investigação da execução do PM em São Carlos declarou à mídia municipal ter pedido à Justiça a prisão de quatro homens que já se encontravam presos: um na própria cidade (desde 24 de setembro) e três em uma cidade da região. O carro utilizado para a execução foi encontrado na casa do homem preso em São Carlos, que não ofereceu um alibi consistente para o período da execução e foi acusado de ajudar na fuga dos executores. Já os outros três, presos ainda em setembro por associação ao tráfico de drogas, seriam os responsáveis por multiplicar a ordem de execução presente no *salve* do PCC circulado em 08 de agosto⁵⁰. Neste, o *sintonia geral da quebrada*, uma posição correspondente a uma coordenação das atividades do PCC em determinado território, deveria cobrar a morte de cada integrante do PCC com a execução de dois policiais militares da mesma corporação. Ainda de acordo com o delegado, a informação repassada não indicava quem deveria executá-la e quem deveria ser executado, apenas cobrava a ação.

As informações da mídia local apontam que, em junho de 2013, iniciaram-se as audiências das testemunhas de acusação e defesa do processo, que corre em segredo de justiça, e no qual há três réus: dois acusados de efetuar os disparos e o acusado de ajudar na fuga dos atiradores.

No final de setembro, iniciou-se o julgamento de dez integrantes do PCC acusados de participar da execução do policial militar em Araraquara, uma das cidades vizinhas a São Carlos, um dia após a execução do policial desta cidade. Parte destes foram identificados como executores do policial de São Carlos no dia anterior. As informações da imprensa apontam ainda que policiais federais, civis e promotores investigaram mais de cem horas de gravações de conversas telefônicas nas quais integrantes do PCC arquitetavam as ações de dentro dos presídios através de um código no qual “alugar uma casa” equivaleria a “matar um policial”. No dia anterior à execução em São Carlos, uma das conversas ouvidas teria informado que o momento de “alugar a casa” estaria próximo, “entre hoje e amanhã”, e conversas posteriores teriam confirmado as execuções.

Segundo Catarina, que estava à frente da SMCAS neste período, seguiu-se a morte do policial um período de atuação intensa da Polícia Militar na região do Jardim

⁵⁰<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,por-que-sp-chegou-a-atual-situacao-955255,0.htm> - Acesso em 11.09.2013.

Encosta. Os relatos dos moradores apontavam a utilização de bombas de efeito moral “por todo lugar” no bairro. Os moradores que reclamaram das ações da PM no bairro levaram até Catarina restos de bombas utilizadas pelos policiais. Em relação a este contexto, as percepções de Catarina e Luma acerca das ações da Polícia Militar no bairro são de excessos, principalmente em termos de violência. Entretanto, esta relação mais violenta entre policiais e moradores não estaria restrita a este contexto. Para Luma há policiais que trabalham de forma “correta”, mas há os policiais que “exageram” na violência. Entretanto, pondera que os policiais enfrentam situações complexas no bairro, pois quando realizam ações geralmente encontram situações de ilegalidade, sobretudo no que diz respeito ao tráfico de drogas.

É também em meio a este contexto de atuação intensa da PM no Jardim Encosta, atribuída ao homicídio do PM, que a seguinte cena ocorreu: em uma manhã no final de dezembro de 2012, três adolescentes, entre quinze e dezessete anos de idade, chegaram no CRAS, pediram uma bola e um pacote de bolachas para Luma. Enquanto esta foi até a dispensa buscar as bolachas, dois policiais que estavam fazendo ronda entraram no CRAS muito exaltados, alegando que haviam sido ofendidos pelos garotos. Um dos policiais questionou Luma sobre quem eram os meninos e por que não estavam na escola e ela respondeu que eram frequentadores do CRAS e participantes do PROJOVEM⁵¹ que tinha atividades durante a tarde, e que foram até o CRAS para jogar bola, como comumente faziam. Neste momento, os policiais alegaram que os adolescentes seriam traficantes e acusaram Luma de permitir que “bandidos” frequentassem o CRAS. Luma se defendeu alegando que o CRAS é uma repartição pública, onde é permitida a entrada de qualquer pessoa. Em meio a essa discussão os policiais teriam começado a agredir fisicamente os adolescentes, justificando que haviam sido ofendidos. A mãe de um dos adolescentes chegou às pressas depois de ser avisada da situação e começou a discutir com os policiais sobre a agressão e acabou sendo agredida também.

A situação foi presenciada por várias funcionárias, que ligaram para a secretária da SMCAS, Catarina, que veio até o CRAS. Esta confrontou os policiais, dizendo que estavam desrespeitando um organismo público, que era o Centro de Referência em Assistência Social, ao que um policial respondeu com a seguinte pergunta: “onde estava a assistência social quando o policial foi morto?”. O advogado da prefeitura foi

⁵¹ Programa do governo federal que objetiva a elevação da escolaridade e qualificação profissional de adolescentes e jovens.

chamado e registrou-se um boletim de ocorrência. O comandante interino da PM também foi até o CRAS e justificou que os policiais estavam muito nervosos devido à série de mortes de policiais militares que estavam acontecendo naquele período.

Ressaltamos dois aspectos que consideramos importantes nesta situação. Primeiramente, do ponto de vista dos moradores e dos funcionários da SMCAS, a forma violenta de ação dos policiais militares naquele bairro, justificado por seu comandante como reflexo da tensão vivida pelos soldados em meio ao período caracterizado por sucessivas execuções de policiais militares na capital e em algumas cidades do interior e do litoral do estado. Em segundo lugar, o acionamento por parte dos funcionários da SMCAS de uma instituição estatal, através do boletim de ocorrência, para intermediar um conflito entre os policiais militares, os moradores do bairro e as funcionárias da prefeitura.

Luma relata que ao homicídio do PM seguiram-se algumas execuções em bairros de periferia de São Carlos, entre elas a de um “noia” do bairro, em uma trilha próxima ao CRAS. A imprensa municipal noticiou neste período três homicídios com características de execução e outras duas tentativas de homicídio. A primeira tentativa de homicídio ocorreu no Jardim Encosta, na mesma rua do CCE, onde um tiro foi disparado de um carro prata ocupado por dois homens encapuzados contra um rapaz, dois dias após a morte do PM. A segunda tentativa de homicídio ocorreu quatro dias depois, no bairro onde o PM foi executado, na qual três tiros foram disparados de um carro prata ocupado por dois homens e atingiram um jovem de 17 anos. Nesta mesma noite, um dependente de *crack* com passagem pela polícia foi executado com doze tiros de pistola semiautomática por ocupantes de um carro. Antes do final de setembro, outras duas execuções foram noticiadas, um dependente de *crack* foi morto com dez tiros de pistola semiautomática e outro homem foi morto sobre a linha do trem com vários tiros de pistola semiautomática na cabeça e no tórax. Seu cadáver teve uma perna decepada por um trem.

As perspectivas de nossos interlocutores junto ao bairro indicam que durante o final de 2012 os moradores estavam em estado de alerta devido aos casos de homicídio. Apesar da percepção de que o conflito que se desenhava neste período se dava entre Polícia Militar e PCC, a condição dos moradores de bairros periféricos localizados entre os dois polos beligerantes construía uma sensação de insegurança e medo, alimentada pela possibilidade iminente de novas mortes de pessoas não envolvidas no conflito, seja por “engano” (no caso de uma “bala perdida”) ou ainda em ações de “vingança” da

Polícia Militar contra integrantes do PCC. A perspectiva de nossos entrevistados junto ao bairro é a de que a Polícia Militar identifica os “envolvidos” com o PCC, mas que no meio deste conflito pessoas inocentes podem ser vitimadas.

Desta forma, ocorrências de disparos efetuados por sujeitos encapuzados em carros com vidros escuros contra os chamados “bananas”⁵² ou contra dependentes de *crack*⁵³, em territórios periféricos da cidade, figuraram nos boatos que correram estes mesmos territórios. De acordo com estes boatos, tais ações seriam perpetradas por policiais militares descaracterizados e como motivo de insegurança para os moradores destes bairros.

Durante o mês de outubro a imprensa noticiou oito mortes. Para três destas a polícia tinha suspeitos ou identificou o autor, e em um quarto caso suspeitava-se de morte acidental. Em outros cinco casos, as características dos crimes apontam para execuções. No primeiro dia daquele mês, um homem foi morto com cinco tiros. A partir da segunda metade do mês, outras três execuções foram noticiadas. Um homem com passagem pela polícia foi morto com dezesseis tiros de arma semiautomática disparados pelo passageiro de um carro. Segundo familiares da vítima, ele havia prestado depoimento na Delegacia de Entorpecentes horas antes de ser executado. Um homem foi executado com sete tiros disparados pelo passageiro de uma moto na porta de um bar. Cinco dias depois, um homem com antecedentes criminais foi executado com onze tiros nas costas e dois na cabeça próximo ao CRAS da região do Jardim Encosta.

Uma declaração do delegado responsável pela investigação à imprensa, em meados de outubro, é bastante representativa dos acontecimentos brevemente descritos. Nesta, ele afirma que até agosto ocorreram entre dez e onze homicídios que foram esclarecidos pela Polícia Civil, todos com características consideradas normais para o histórico do município, relacionados a crimes passionais ou “problemas envolvendo drogas”. A partir de setembro, os homicídios passaram a ter características de execução, na qual “a pessoa chegava e dava vários tiros” e muitas das vítimas já tinham antecedentes criminais. Trata-se de uma série de homicídios atípica, tanto em relação ao número de ocorrências quanto à forma de execução. O delegado concluiu que as investigações precisariam ser feitas caso a caso de modo a averiguar se realmente haveria relação entre eles, tratando-se de investigações que demandariam tempo, comparação de projéteis e oitivas de pessoas. É possível que, entre os casos, houvesse

⁵² Adolescentes que trabalham nas “biqueiras” vendendo drogas para ganhar “pouquíssimo” dinheiro.

⁵³ Note-se que são duas categorias de sujeitos que não teriam “envolvimento” com o PCC.

ações de oportunistas que se aproveitaram do momento de tensão para resolver questões pessoais.

No final de outubro de 2012, a imprensa local noticiou a execução de sete pessoas em um bairro periférico da cidade, todas dependentes de *crack* e a maior parte em situação de rua. Cada cadáver foi encontrado com pelo menos quinze perfurações causadas por disparos de arma semiautomática desferidos por dois homens encapuzados que chegaram ao local de carro e fugiram a pé por uma mata próxima. Três testemunhas teriam prestado depoimento à polícia no local e fornecido uma descrição dos suspeitos, considerada muito bem feita pelo delegado responsável pela investigação. Algumas das vítimas haviam feito parte da malha da assistência social municipal, através de atendimentos no CAPS especializado em dependência química. Segundo o delegado, foi a primeira vez que um crime com essas características aconteceu em São Carlos. As declarações à imprensa dos moradores do conjunto habitacional próximo ao local desta chacina indicam que a violência no bairro aumentou após o homicídio do PM.

Após esta chacina, o prefeito convocou uma reunião especial com o delegado da Polícia Civil responsável pelas investigações, o comandante do batalhão da Polícia Militar, o chefe da Defesa Civil e Catarina, secretária da SMCAS, para discutir o andamento das investigações e medidas que poderiam encaminhar para que fato semelhante não voltasse a ocorrer. Nesta reunião, Catarina expôs sua opinião de que as investigações não poderiam descartar a hipótese de tratar-se de ação de um grupo de extermínio.

Em março de 2013, um promotor da cidade afirmou à imprensa local que não haviam provas suficientes para que as investigações pudessem prosseguir na busca pelos autores do crime. Na mesma entrevista, o promotor também afirmou que a investigação da execução do PM foi solucionada com a ajuda de informações fornecidas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público (GAECO), com núcleo de atuação em Ribeirão Preto. Este grupamento teria interceptado conversas telefônicas referentes à articulação para a realização do crime em São Carlos. Nenhuma das conversas telefônicas interceptadas teria ligação com a chacina.

A Polícia Civil na investigação do homicídio do PM e da chacina em São Carlos

Segundo o delegado entrevistado, após o homicídio do policial militar em São Carlos, a equipe da Delegacia de Investigações Gerais (DIG) começou a investigação do caso. Esta, por meio de interceptações telefônicas e acesso a outras informações conseguidas através “outras providências” teria promovido a identificação de pessoas que ocupavam as principais posições nesta estrutura regional do PCC.

Cada pessoa identificada pela PC era apontada como a “responsável” por um setor, como o setor de armamento ou de finanças, por exemplo. Para cada posição de responsabilidade haveria um nome próprio como “disciplina”, para o encarregado da administração dos conflitos, ou ainda o “financeiro” e o “sintonia”, que seria algo como um gerente ou coordenador geral do fluxo de informações e das atividades naquela região. Essa cúpula disseminaria os “salves” na região. Sobre o “salve”, o delegado entrevistado explica: “O ‘salve’ é o seguinte, é uma determinação que vem de uma instância superior, para que todos aqueles que são filiados a essa facção realizem”. Todas as informações relevantes para essa estrutura regional passariam pela figura central na liderança (o “sintonia”), isto é, questões referentes a armas, finanças, o “entra e sai” do sistema prisional.

Relacionado a essa organização regional, haveria também um “tribunal” próprio, onde se resolveriam problemas pessoais (coincidente com o dispositivo do “debate” anteriormente discutido), entre outras questões, e também uma “assembleia consultiva”, onde haveria discussões sobre a melhor maneira de conduzir determinados negócios, as atitudes que precisariam ser tomadas. Ainda segundo o delegado, outros membros nessa região contribuiriam com a facção segundo outras especializações, serviços pontuais, “missões”, pois não teriam o perfil exigido pelos postos de responsabilidades mais relacionadas à gerência. Toda esta organização e estruturação, não seria algo totalmente rígido, mas um esforço de empregar maior eficácia ao desenvolvimento das ações do PCC.

De acordo com o delegado, esta investigação teria possibilitado, por meio de uma parceria com a central de inteligência por escutas telefônicas do GAECO e da Polícia Militar em Ribeirão Preto, a identificação de pessoas que ocupavam as principais posições nesta estrutura regional do PCC, na visão da Polícia Civil. O trabalho de identificação teria começado pelos mandantes do homicídio, seguindo para

o “piloto”⁵⁴, e os executores. A sequência da investigação teria como tarefa vincular os executores ao crime. Executores estes que já teriam sido identificados por meio das escutas telefônicas, mas que precisariam ser vinculados à cena do crime por meio da produção de provas.

Ainda segundo o delegado, as quatro figuras de liderança regional identificadas nesta investigação estariam também ligadas a outros dois homicídios de policiais militares na região. Sua relação com os fatos teria sido conhecida através de escutas telefônicas que demonstram suas determinações diretas para as ações. Três deles foram presos e o quarto foi morto em confronto em outra cidade da região. Todos eles ocupariam seus postos em Ribeirão Preto.

Por fim, destaca-se a fala deste delegado sobre a motivação para o homicídio:

O policial não foi escolhido por nenhum motivo, foi aleatório. O problema da questão na época era que a polícia, segundo a facção, tinha abusado na repressão, e tinham provocado mortes que eles não admitiam (...) e aquilo seria uma represália contra a ação da PM. Não em si o policial, o policial em si, mas um representante da PM aleatoriamente escolhido, que tem que pagar por esse saldo da facção (Delegado de Polícia Civil)

Esta motivação apresentada pelo delegado será mobilizada adiante na construção dos apontamentos e questionamentos sobre o processo desencadeado pelo homicídio do PM em São Carlos e suas relações com um contexto mais amplo, em nível estadual.

Na perspectiva do delegado, a chacina seria um caso de difícil apuração para a Polícia Civil, pois a maior parte das testemunhas está morta e porque, no caso de haver participação de policiais militares, estes poderiam tentar inibir ou dificultar a investigação. No entanto, esta investigação teria identificado uma pessoa que sobreviveu à chacina e mais duas testemunhas. As três pessoas narrariam os fatos de posições diferentes, permitindo um quadro mais amplo de informações.

A única sobrevivente teria descrito uma pessoa em seu veículo que teria passado pelo local antes dos executores. Várias diligências teriam sido feitas para encontrar o veículo, sem sucesso. Outras solicitações de cruzamentos de dados referentes a GPS com a localização de viaturas da PM, horários e outras informações estariam em andamento quando o delegado responsável pelo caso foi transferido para a DISE. A entrevista de um promotor de São Carlos em março de 2013, mencionada anteriormente,

⁵⁴ O motorista do carro que possibilitou a fuga dos executores.

indica que as investigações e a análise da cena do crime não encontraram pistas ou provas que pudessem levar aos executores.

Neste capítulo buscamos uma reconstrução do fenômeno social que teve palco em São Carlos na segunda metade de 2012, assim como apresentamos a perspectiva de nosso interlocutor sobre a atuação da Polícia Civil na investigação dos homicídios que compuseram esta “onda”. Podemos perceber a utilização de algumas das estratégias apontadas no quadro de percepções trabalhado no quarto e quinto capítulos deste trabalho. O compartilhamento de informações entre Polícia Civil e a central de escutas telefônicas operada pelo Ministério Público/GAECO e Polícia Militar teria possibilitado o esclarecimento da autoria e motivações para o homicídio do Policial Militar em São Carlos. Assim como teria revelado uma estruturação das atividades dos sujeitos ligados ao PCC na região. A partir destas identificações a Polícia Civil e Polícia Militar teriam conseguido apreender alguns “suspeitos” de serem mandantes e executores e, durante “confronto”, teria levado outro indivíduo a óbito.

Em outro sentido, ressaltamos a atuação da Polícia Militar, segundo a perspectiva de nossos interlocutores ligados ao bairro. Segundo estes entrevistados, a perspectiva dos moradores, assim como os boatos que corriam os bairros periféricos da cidade indicavam que o homicídio do PM teria sido seguido por uma reação da Polícia Militar, tanto do ponto de vista oficial, relacionado aos relatos de maior intensidade no policiamento ou a cena do conflito no CRAS, como do ponto de vista extraoficial, isto é, as cenas de execuções ou tentativas de homicídio nas periferias, assim como a chacina. Segundo estas percepções, estaria em questão um conflito entre Polícia Militar e PCC.

Formas de gestão da violência e do crime em São Carlos

As diversas narrativas de situações de conflito apresentadas na primeira parte do trabalho nos ajudam a compor um quadro com as alternativas escolhidas pelos agentes estatais envolvidos em cada contexto para a administração do conflito. As situações, muito distintas entre si, vão desde problemas de relacionamento entre funcionários da SMCAS e os moradores do bairro, até danos e furtos de patrimônio público.

Os meios de oferecer “respostas” ao conflito também são variáveis, de resoluções locais à sua canalização por outras instituições estatais. Nos contextos focalizados, as situações e conflitos parecem ser geridos através de diferentes expedientes que se encontram dispostos de forma complexa em cada situação, indicando a constituição de um repertório social que contribui para a escolha de determinada alternativa em detrimento de outra.

A escolha de uma alternativa em relação a outras parece variar segundo as características do conflito em pauta. Quando se trata de problemas de relacionamento entre a SMCAS e os moradores do bairro, casos de furto e danos ao patrimônio público, a alternativa pela resolução local do conflito parece ser a preferencial. Nos casos apresentados, esta alternativa ofereceu respostas ágeis, consideradas duradouras e sem mobilização pública de violência. Neste sentido, é possível perceber o PCC como operador da gestão da violência e do crime em territórios que possui influência.

Na acusação de abuso sexual envolvendo Jonatas, a consideração de Luma de que o desfecho poderia ser violento e injusto, a fez mobilizar uma rede de circulação de

informações no bairro de modo a impedir que os integrantes do PCC do bairro protagonizassem a resposta àquela situação. Quando se tratou de uma situação de uma família caracterizada pela dependência química dos pais, onde os filhos encontravam-se fora da escola e das atividades da SMCAS, foi feito o recurso à intervenção do Conselho Tutelar.

Por outro lado, na ocorrência de uma tentativa de homicídio dentro do CRAS protagonizada por uma pessoa que Luma desconhecia, esta mobilizou uma instituição estatal para administrar a situação. Entretanto, quando o conflito é protagonizado por esta mesma instituição, a Polícia Militar, em um caso de agressão a moradores do bairro no mesmo espaço do CRAS, o recurso que se faz é a outras instituições estatais por meio do boletim de ocorrência.

Em relação às suposições levantadas sobre o processo de elevação no número de homicídios com características de execução posto em marcha a partir do homicídio do PM, estaríamos visualizando agentes estatais se valendo de expedientes extralegais ou ilegais para responder a um conflito criminal. Outra resposta à mesma ocorrência seria dada por outras instituições estatais por meio de canais institucionais clássicos de tratamento de conflitos deste quilate, através de sua judicialização.

Em cada uma das situações, nos parece que a alternativa escolhida para a resposta ao conflito não era a única. Neste sentido, o questionamento à perspectiva dos agentes envolvidos no contexto é interessante. A percepção da acessibilidade e eficiência da resposta das instituições estatais aos conflitos enfrentados pelos agentes estatais e certo repertório social que faz parte das experiências dos agentes, e é composto pelas alternativas conhecidas de administração de conflitos, nos parecem pistas importantes para melhor compreensão das opções realizadas em cada contexto.

Também é preciso ressaltar o papel desempenhado pelo CCE, por Luma e seu telefone, especificamente, ao oferecer respostas a demandas da população, por meio de sua mediação em relação aos serviços de outras instituições estatais ou pela facilitação do acesso aos serviços e produtos gerenciados pelo CCE – de pacotes de bolacha a utilização do telefone.

Os ajustamentos complexos na gestão das situações não estão livres de tensões. Estas podem ser percebidas nas relações com outras instituições estatais, como a direção da SMCAS no que tange à utilização do telefone do CCE; no questionamento do Ministério Público no caso da utilização da quadra do CCE para o velório de Alfa; entre

Polícia Militar e SMCAS na situação de agressão ocorridas no CRAS; e entre SMCAS e Alfa, sobre a questão da festa de reinauguração do CCE.

É notável que o bairro não está isolado de conexões institucionais que lhe são mais extensas. O papel de Luma é o de gestora pública. Esta gestão se dedica a relações locais, mas se faz segundo lógicas e princípios que são relativos ao modo como são operadas as políticas públicas no Brasil contemporâneo.

Neste sentido, percebemos a SMCAS enquanto instituição responsável pela gestão da pobreza em seus territórios de competência⁵⁵. Suas estratégias de atuação não parecem contemplar projetos mais amplos com o objetivo de superação das condições de pobreza, apenas operando a distribuição de produtos e serviços que possibilitem a reprodução das condições de vida daquela população.

Este quadro de análise fica mais complexo no momento em que acompanhamos a perspectiva de Catarina, para a qual a SMCAS está sozinha nos territórios periféricos, não havendo outras instituições estatais em contato com aquela população. Este quadro impulsiona a SMCAS a oferecer as atividades de complementação escolar, lazer, esporte e alimentação, que de outra forma talvez não estivessem acessíveis à comunidade. No entanto, os recursos humanos e financeiros parecem ser escassos para a área. O número de profissionais que já era pequeno sofreu redução durante o período de pesquisa de campo, assim como aumentaram as dificuldades no repasse da merenda. Restava a perspectiva de utilização do telefone para encaminhar questões mais urgentes, relacionadas a estabelecimentos prisionais, advogados e benefícios sociais.

Alfa ocupava uma posição central na dinâmica do bairro. No entanto, seu respeito não deriva apenas de sua inserção local, mas igualmente pelo seu posicionamento em redes econômicas e políticas do crime. Seu status nessas redes depende de sua inserção no cárcere e nas relações dentro da cadeia, cujo impacto é sentido simultaneamente dentro e fora dela, graças às comunicações estabelecidas.

Polícia Militar e Polícia Civil são as instituições menos enraizadas localmente. Se a SMCAS tem capilaridade e se relaciona de modo estreito com as lógicas locais, as polícias, mas principalmente a Polícia Militar, estão presentes no território, mas seus modos de ação, gestão e produção de saber são bem diferentes. A relação da Polícia Militar é tensa e repleta de conflitos com os moradores, e os funcionários da SMCAS muitas vezes atuam para limitar abusos e circunscrever os poderes policiais. Há ainda

⁵⁵ A atuação da Assistência Social é dividida segundo áreas do município, assim como a atuação das unidades de saúde e a rede pública de ensino.

uma diferença importante entre os policiais militares, que atuam no território, e o sistema de investigação e justiça criminal, que está fora do território e atua com lógicas muito distintas, por escutas telefônicas de agentes criminais que tem poder de atuação nas dinâmicas locais.

Polícia Militar e Polícia Civil apresentam discursos institucionais que apontam a utilização de estratégias de gestão do crime em geral e, mais especificamente do PCC, que passam por conhecer seus integrantes e prendê-los, além de aplicar golpes em sua estruturação financeira, concebida como sendo o tráfico de drogas⁵⁶.

A análise deste discurso institucional revela duas lógicas de gestão do crime e da violência⁵⁷: i. gestão dos indicadores criminais e; ii. gestão do “crime organizado”. No primeiro, a Polícia Militar faria a gestão dos indicadores criminais e de violência por meio de ferramentas tecnológicas de mapeamento e planejamento da distribuição do efetivo policial. No segundo, as estratégias de gestão se traduziriam em conhecer os integrantes, seu *modus operandi*, prendê-los e aplicar golpes na estrutura financeira erigida sobre o tráfico de drogas. No entanto, estes discursos institucionais parecem nos indicar muito mais as lógicas de planejamento da atuação das instituições do que efetivamente os resultados que produz, tendo em vista que não há indícios de que o PCC esteja realmente enfraquecido financeiramente.

Outros âmbitos de atuação do PCC não parecem ser levados em consideração pela Polícia Militar. Ao considerarmos a administração dos conflitos locais (brigas domésticas e de vizinhança), evidencia-se que os policiais militares não consideram essa a tarefa enquanto o “verdadeiro trabalho da polícia”, a despeito de identificarem que aproximadamente 90% do trabalho cotidiano da Polícia Militar é dedicado a essa atuação, agrupando-as sob a nomenclatura de “desinteligência”. Entende-se que os atores sociais que operam a gestão destes conflitos se legitimam junto às pessoas e instâncias coletivas. Quando a Polícia Militar recusa realizar esta gestão – ou a considera um trabalho menor, relegado a saberes informais – ela permite o fortalecimento político e moral das instâncias de “disciplina” do PCC, que acaba por constituir procedimentos sofisticados e mobilizando recursos humanos e materiais.

⁵⁶ O combate ao tráfico de drogas também tem outras justificativas igualmente mobilizadas pelo discurso institucional das polícias como, por exemplo, a diminuição dos indicadores de violência e criminalidade, como a frequência das ocorrências de roubos e furtos.

⁵⁷ Neste ponto o ator principal da estratégia é a Polícia Militar.

A percepção da atuação da Polícia Militar no bairro

Segundo a percepção de nossos interlocutores ligados ao bairro, a atuação da Polícia Militar é bastante instável no Jardim Encosta. Entretanto, parece prevalecer a noção de que, em uma perspectiva histórica, os termos do relacionamento entre Polícia Militar e sujeitos ligados às dinâmicas criminais ou “suspeitos” de “envolvimento” com as mesmas se transformou de maneira perceptível.

Na visão de Cândida, a atuação da Polícia Militar no bairro é muito instável, no sentido que sua intensidade varia constantemente a depender de ocorrências de crimes na cidade. Há indicações coletadas em campo segundo as quais, quando acontecem roubos ou outros crimes na cidade, a Polícia Militar intensifica sua atuação no Jardim Encosta. A atitude da comunidade do Jardim Encosta em face da Polícia Militar seria pautada pela insegurança em relação à forma como esta instituição compreende e atua no bairro. Na perspectiva dos moradores, a atuação da Polícia Militar seria pautada no estereótipo e na criminalização generalizada dos moradores.

Contudo, Cândida tem a percepção de que responsáveis por crimes na cidade também se refugiam no bairro, mesmo não sendo moradores. A depender dos resultados da atuação da Polícia Militar no bairro, o nível de intensidade do policiamento diminuiria. Uma fala de Cândida ilustra essa relação:

Tem períodos mais tensos e tem períodos que a gente nem lembra que têm eles. Mais é quando acontece mesmo. Fica um ou dois dias tumultuado, depois passa tudo (Cândida)

Assim, em períodos “tensos”, como em alguns meses de 2012, sair à rua causa insegurança, segundo Cândida. A intensidade da atuação da Polícia Militar no bairro aumentaria em casos como o homicídio do policial militar, e de um latrocínio que teria movimentado bastante a imprensa e a opinião pública da cidade⁵⁸. Após as movimentações decorrentes dessas ocorrências, a volta à rotina seria caracterizada pela “tranquilidade” e pela ausência da Polícia Militar:

⁵⁸ Aqui, as cenas (já descritas neste trabalho) que podem ilustrar essa percepção são: i. o caso de latrocínio envolvendo os proprietários de um supermercado da região, cujas consequências teriam levado Alfa a níveis muito altos de pressão e; ii. o homicídio do PM, que engendra uma reação da PM no Jardim Encosta, sendo perceptível no caso do conflito entre dois policiais militares, três adolescentes, a mãe de um deles e as funcionárias do CRAS.

Hoje, eu vou falar pra você de hoje, tá tranquilo. Você não vê polícia, tranquilo. Porque antes era bem assim (...) muita polícia. Mas hoje não, hoje ta tranquilo (Cândida).

É notável, portanto, que a sensação de segurança e de tranquilidade dos moradores deste bairro de periferia está diretamente relacionada a atuação da Polícia Militar no bairro. Quando da ocorrência de crimes nas regiões centrais da cidade, isto é, delitos que impactam a sensação de segurança dos moradores centrais, a atuação da Polícia Militar se intensifica nas regiões periféricas e essa atuação tem um efeito negativo na sensação de segurança dos moradores periféricos.

Em outras palavras, para os moradores de regiões periféricas, quando a atuação da Polícia Militar se intensifica aumenta a sensação de insegurança. Este fenômeno indica que a atuação local da Polícia Militar não é pautada pela segurança para os moradores do bairro. Ao contrário, sua atuação visa à punição de crimes ocorridos fora dali. Tal desconfiança em relação ao trabalho da Polícia Militar aponta que esta não serve à comunidade e não responde a ela. A Polícia Militar configura-se enquanto instituição estranha à localidade periférica e atua segundo objetivos e lógicas que também lhe são externas.

Mudanças nas abordagens da Polícia Militar a agentes “envolvidos” com o PCC

A despeito da sensação de insegurança dos moradores do bairro quando a atuação da Polícia Militar se intensifica na região, é muito importante notar que as percepções de nossos interlocutores junto ao bairro apontam mudanças sensíveis na abordagem que a Polícia Militar realiza a indivíduos que tem “envolvimento” com o PCC⁵⁹. Segundo estas percepções, as mudanças em questão se deram, sobretudo, no nível de violência empregado durante a abordagem da Polícia Militar. Assim, nossos interlocutores percebem que há uma diminuição no emprego da violência em abordagens da Polícia Militar.

⁵⁹ A noção de “envolvimento” se refere principalmente à figura do “irmão”, isto é, do integrante do PCC. No entanto, é sabido que, tanto dentro do sistema prisional paulista quanto fora dele, outros indivíduos convivem com o “código de conduta” (MARQUES, 2007) que orienta a atuação dos integrantes do PCC (BIONDI, 2009; DIAS, 2011; HIRATA, 2010). Desta forma, indivíduos que participam das dinâmicas criminais, mas que não são “batizados”, isto é, integrantes de fato do PCC, podem compartilhar deste “código de conduta” e sua atuação se aproximará muito da atuação esperada de um “irmão”. É neste sentido que utilizo a expressão “envolvido” com o PCC

Para que as referidas mudanças sejam entendidas é necessário que façamos a distinção entre dois períodos na realização destas abordagens. O primeiro período, temporalmente localizado antes dos “ataques de maio de 2006”, é caracterizado pela maior ocorrência de episódios de violência (ofensas morais, espancamentos, homicídios) durante abordagens da Polícia Militar⁶⁰. O segundo período, após os “ataques de maio de 2006”, é caracterizado pela maior capacidade de negociação dos termos da realização das abordagens da Polícia Militar adquirida pelos integrantes do PCC. As narrativas a seguir têm como objetivo representar cada período referido acima e nos ajudar a visualizar as mudanças na forma de atuação da Polícia Militar.

De modo a ilustrar como ocorriam as abordagens da Polícia Militar no período anterior aos “ataques de maio de 2006”, destacamos uma cena, ocorrida nos anos 2000, na qual todos os adolescentes e jovens do Jardim Encosta eram incentivados a participar das atividades e projetos sociais oferecidos no Centro Comunitário da Juventude (CCJ), localizado em um bairro vizinho. Tanto os profissionais da SMCAS quanto da Polícia Militar identificavam os adolescentes que tinham “envolvimento” com o tráfico de drogas e roubos na região. No caminho entre os dois bairros estes adolescentes eram abordados pela Polícia Militar e sofriam agressões. Com a recorrência destas ações, os adolescentes deixaram de frequentar aquelas atividades.

Assim, observam-se duas lógicas estatais operando no modo de lidar com os adolescentes que se relacionavam com dinâmicas criminais. A primeira, da Assistência Social, partia do pressuposto que estes adolescentes precisariam ser inseridos em atividades sociais e educacionais, ofertadas pelo município por meio dos Centros da Juventude, que contribuíssem para seu “resgate”. Já na perspectiva da Polícia Militar, a repressão violenta era uma das formas de controlar o contato entre os jovens e adolescentes e as atividades do mundo do crime.

Nos anos recentes, sobretudo no pós “ataques de maio de 2006”, ocorreu uma mudança na forma pela qual a Polícia Militar passou a se relacionar com os indivíduos com atuação nas dinâmicas criminais no bairro. O cenário atual não seria mais tão frequentemente associado a expressões como “abuso de poder” ou “abuso de autoridade” que caracterizavam o contexto dos anos 2000. Na perspectiva dos interlocutores da pesquisa junto ao bairro, a violência policial vivenciada em situações de abordagem variaria segundo contextos de ordem mais ampla, relacionados ao

⁶⁰ Para uma análise do “baculejo”, uma forma violenta de abordagem e revista policial direcionada a jovens de periferia em Fortaleza/CE, ver Sá e Santiago Neto (2011).

comando da Polícia Militar e aos enfrentamentos militarizados (as “guerras”) entre esta e o PCC.

Assim, a distinção entre o contexto da virada para os anos 2000 e o contexto mais recente é evidenciada na fala de um dos interlocutores:

Hoje eu vejo uma polícia [militar] mais, com seus modos de pensar, mas também vendo o que ela tem que cumprir. Querendo bater, mas querendo respeitar a lei, ao mesmo tempo. Querendo abusar da autoridade, mas querendo respeitar, ao mesmo tempo. Então eu vejo que entrou mais o medo, de respeitar, porque antes eles enfiavam a borracha, eles batiam, levavam pra matagal. Hoje não, hoje eu vejo que eles fazem só se não tiver testemunha mesmo. Porque se tiver bastante gente, o máximo que eles podem fazer, longe, pra ninguém ver, é dar uma pisa, mas não chega a ceifar a vida não. (Caruso)

Desta forma, ilustramos a percepção de que a forma de relacionamento entre indivíduos com atuação nas dinâmicas criminais e Polícia Militar se alterou. Na cena descrita, assim como em tantas outras que conhecemos em campo e que também situavam-se nos anos 2000, a possibilidade da repressão violenta nas abordagens da Polícia Militar, “enfiando a borracha” (referindo-se às surras com cassetetes) ou “levando para matagal” (com o objetivo de executar o indivíduo abordado), era mais facilmente acionável. Mais recentemente, emergem as figuras do “medo” e do “respeito”, e a questão da visibilidade das abordagens perante os próprios moradores do bairro ganha importância.

A mudança na forma de atuação da Polícia Militar nas abordagens fica evidenciada pela análise de um caso empírico, ocorrido após os “ataques de maio de 2006”, relatado durante trabalho de campo no Jardim Encosta. Tratava-se de uma reunião entre integrantes do PCC e outros indivíduos relacionados às dinâmicas criminais da cidade (aproximadamente 40 pessoas), que estava ocorrendo na quadra do CCE, e foi interrompida pela ação da Polícia Militar. Cerca de 30 indivíduos foram detidos para abordagem nesta ação, sendo colocados ajoelhados no centro da quadra. A abordagem dos policiais militares iniciou-se com violência e cometimento de “excessos”. No entanto, a manifestação dos indivíduos abordados, por meio da argumentação e ameaça, se referindo aos “ataques de maio de 2006” como motivados por “excessos”, “covardias” e “injustiças”, na atuação da PMESP⁶¹, consegue negociar

⁶¹ “Injustiças” e “covardias” são categorias equivalentes, utilizadas em circuitos relacionados ao “mundo do crime” e ao PCC para se referir a episódios de utilização da violência na atuação repressiva da Polícia

os termos da abordagem, tornando-a menos violenta e pautada no que é considerado como “respeito”.

Caruso foi um dos abordados neste episódio e foi um dos indivíduos que se manifestou e demandou uma abordagem com “respeito”. Este interlocutor não era integrante do PCC, mas participava das dinâmicas criminais e compartilhava do “código de conduta” dos integrantes do PCC, comportando-se da maneira como seria esperado de um “irmão”. Assim, evidencia-se em sua fala os termos nos quais as relações com a Polícia Militar seriam considerados “justos” ou pautados no “respeito”:

(...) se a PM pega em flagrante, com drogas, roubo, já era. Caiu mesmo, vai levar preso. Mas não com violência, espancamento e injustiça. Se tiver irmão no meio, ele vai se manifestar, vai cobrar (Caruso).

Na perspectiva dos agentes que participam das dinâmicas criminais haveria “limite tolerável” de dureza nas abordagens e operações da Polícia Militar. Ultrapassar este limite seria considerado uma “injustiça”⁶². Estas seriam “respondidas” por meio de um repertório que vem se desenvolvendo e sendo explicitado publicamente em “crises de segurança pública” como as de 2001, 2006 e 2012, a saber, ataques a “bens” públicos ou privados a execuções de agentes do estado.

Por sua vez, a Polícia Militar reagiria acionando seu repertório igualmente desenvolvido neste período: multiplicação de execuções em determinados territórios de periferia, por meio de práticas disseminadas em grupos de extermínio (e também em operações policiais oficiais, que se tornam mais intensas).

Este novo contexto, pós “ataques de maio de 2006”, seria caracterizado pela maior capacidade de negociação dos termos da abordagem da Polícia Militar por parte dos indivíduos abordados, sobretudo os que integram o PCC ou estão muito próximos à sua órbita de influência. Nestas situações de abordagem microcontextualizadas, os integrantes do PCC fazem referência aos períodos de enfrentamentos militarizados entre PCC e Polícia Militar com o objetivo de dissuadir os policiais militares da utilização da violência. No limite, esta mensagem-ameaça transmitida significa que o cometimento de

Militar (ou de outras instituições estatais de controle do crime), como em espancamentos ou homicídios considerados “injustos” e “covardes”, sobretudo em relação a integrantes do PCC.

⁶² Aqui é importante considerarmos a construção de um sentido de justiça, uma sensibilidade jurídica, tal como discutido por Sinhoretto (2014), que apela para a limitação da ação policial, sem aderir completamente ao respeito incondicional às leis. Não se trata, para os inseridos nas dinâmicas criminais, de defender o cumprimento estrito e incondicional das leis. Mas há uma sensibilidade jurídica que reivindica a constituição de direitos fundamentais e de limites morais para a atuação policial.

uma “injustiça” naquela abordagem poderia resultar em uma “resposta” do PCC (segundo o já aludido repertório de ataques a bens públicos ou privados e homicídios de policiais). Em um contexto social como o de São Carlos, uma cidade média do interior do estado, no qual os policiais militares são conhecidos dos moradores em geral, assim como suas famílias e residências, este tipo de argumento-ameaça parece ter efetividade em seu propósito durante a abordagem, causando maior preocupação com a segurança pessoal dos policiais militares.

Os enfrentamentos militarizados entre Polícia Militar e PCC: do homicídio do PM à chacina

Na visão da Polícia Civil, São Carlos vivenciou uma situação atípica em sua história durante 2012. Um período conturbado, onde várias pessoas estavam sendo executadas no estado todo, e este contexto refletiu também na cidade. Assim, ainda nesta visão, a primeira hipótese que não poderia ser descartada, e que coincide com muitos dos boatos ouvidos pela cidade, é a de uma represália por parte de policiais militares, numa espécie de vingança pela morte do PM. Entretanto, não seria possível descartar a hipótese de ações de “oportunistas” que se aproveitam da situação conturbada para realizarem “acertos” de situações pendentes. Em sínteses, a exata relação entre os casos só poderia ser conhecida após muito trabalho de investigação, e ainda não estaríamos na fase de fazer afirmações, tendo em vista que as investigações da chacina não foram bem sucedidas.

A análise que fazemos acerca do contexto que caracterizou a segunda metade de 2012 em São Carlos o coloca em relação aos enfrentamentos militarizados (SINHORETTO, 2014) entre Polícia Militar e PCC ocorridos de forma semelhante na Grande São Paulo e em outras cidades do interior e da Baixada Santista⁶³.

⁶³ Uma matéria 17 de dezembro de 2012 do portal de notícias Outras Palavras na internet nos apresenta uma dimensão do que chamamos de enfrentamentos militarizados entre Polícia Militar e PCC em 2012: “Outubro de 2012 registrou o recorde de homicídios e latrocínios na Grande São Paulo no ano: 345. Na capital, o aumento foi de quase 110% em relação ao ano anterior. O número só pode ser comparado aos 493 mortos entre os dias 12 e 20 de maio de 2006, cuja macabra contagem diária (média de 55 por dia) somente tem paralelo nos 111 detentos executados pela PM no Massacre do Carandiru, em 2 de outubro de 1992. Mesmo assim, a atual crise na segurança teve destaque nos jornais e TVs apenas após as eleições. Até então, as quase cem vítimas entre policiais, principalmente PMs de baixa patente e fora do horário de serviço, e as centenas de casos de pessoas baleadas nas proximidades desses assassinatos nas horas seguintes, estavam sendo tratadas, todas, como “casos isolados.” Disponível em: <http://outraspalavras.net/uncategorized/sao-paulo-as-origens-da-violencia/>. Acesso em 20/04/2014.

Desta forma, entende-se que a ação da ROTA na Zona Leste da capital, na qual seis supostos integrantes do PCC foram mortos, foi considerada uma “covardia/injustiça”⁶⁴ pelos integrantes do PCC, que disseminaram um “salve” determinando que dois policiais militares deveriam ser executados para cada integrante do PCC morto pela Polícia Militar. Com a circulação deste “salve” as execuções de policiais militares passaram a acontecer em todo estado.

A partir da execução do policial militar em São Carlos diferentes lógicas entraram em marcha nas instituições estatais de controle do crime⁶⁵. Por um lado esta ocorrência criminal é judicializada mobilizando as instituições da justiça pública, isto é, há uma investigação, produção de provas, colaboração entre instituições estatais, acusações formais, prisões e julgamento. Em paralelo se dá a intensificação do policiamento ostensivo por parte da Polícia Militar em bairros periféricos da cidade, conforme relatado no tópico anterior.

Paralelamente, a mesma ocorrência criminal gera uma resposta extralegal por parte de indivíduos relacionados à instituição da qual o executado fazia parte. Resposta esta aparentemente não direcionada aos prováveis responsáveis pela execução, mas sim pulverizadas em direção a pessoas com antecedentes criminais e dependentes de *crack* em bairros periféricos. O padrão de atuação nas execuções e na chacina, semelhantes aos observados na capital no mesmo período, foi uma das hipóteses de investigação da Polícia Civil.

Em São Carlos, o ciclo de homicídios e retaliações próprios ao conflito entre Polícia Militar e PCC em 2012 parece ter sido encerrado com a execução de sete dependentes de *crack* em situação de rua em uma chacina. Este episódio parece ter tido o efeito semelhante ao do sacrifício de um “bode expiatório” (GIRARD, 2009)⁶⁶ no contexto deste conflito. Isto porque os executados não eram integrantes do PCC, e,

⁶⁴ Esta ação da ROTA não foi a primeira e nem a única operação da Polícia Militar que teve resultados considerados enquanto “covardia” pelos integrantes do PCC. Após a ocorrência de algumas destas ações da Polícia Militar que culminaram com morte de integrantes do PCC, esta ação específica da ROTA funcionou como uma espécie de estopim de um conflito que já vinha acumulando tensão e violência a cada episódio. Algumas ações da Polícia Militar que teriam contribuído para o acúmulo de violência e tensão no conflito entre Polícia Militar e PCC são elencadas nesta reportagem de Bruno Paes Manso para o jornal O Estado de S. Paulo em 04/11/2012: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,por-que-sp-chegou-a-atual-situacao,955255,0.htm>. Acesso em 21/04/2014.

⁶⁵ Sinhoretto (2014) discute diferentes lógicas e estratégias utilizadas pelas instituições estatais no controle do crime no estado de São Paulo.

⁶⁶ Quando Girard discute a crise em sociedades arcaicas, isto é, o contexto de um conflito violento que se reproduz por meio de um ciclo de vinganças mútuas, um antagonismo “puro”, este autor aponta que a este antagonismo “puro” apenas pode ser encerrado quando por meio do sacrifício do bode expiatório, isto é um procedimento ritualístico capaz de interromper o ciclo de vinganças mútuas (GIRARD, 2009, p. 6-7).

portanto, nenhum ator protagonista deste conflito vingaria estas mortes, tendo em vista que o contra-ataque dos integrantes do PCC poderia oferecer oportunidade a novo ciclo de homicídios. No entanto, o ato de execução em si figura como uma demonstração de força, uma mensagem devolvida pelos indivíduos ligados à Polícia Militar a seus inimigos do PCC.

Entendemos que no momento em que o acúmulo de tensão e violência nas relações entre Polícia Militar e PCC atinge um patamar considerado enquanto “injustiça” ou “covardia” pelos integrantes do PCC⁶⁷, como a referida ação da ROTA, os integrantes do PCC acionam o repertório de “guerra”, que vem se desenvolvendo e sendo explicitado publicamente em 2001, 2006 e 2012, a saber: de ataques a “bens” públicos ou privados e as execuções de agentes de instituições estatais, como policiais militares.

A Polícia Militar reagiria acionando seu repertório igualmente desenvolvido no mesmo período: multiplicação de execuções em determinados territórios periféricos das cidades, por meio de práticas disseminadas em grupos de extermínio. Estes enfrentamentos militarizados teriam o efeito de devolver o conflito entre Polícia Militar e PCC a um patamar caracterizado pela menor ocorrência de homicídios (“injustiças/covardias”) entre estes dois atores beligerantes. Este arrefecimento do nível de violência nas relações entre Polícia Militar e PCC está diretamente relacionado com os períodos de “guerra”, como o ocorrido em 2012.

É possível perceber a importância destes períodos de enfrentamento militarizado entre Polícia Militar e PCC na regulação das relações entre estes dois atores por meio da análise das mudanças nas abordagens “de rotina”⁶⁸ realizadas pela PMESP. Em 2013 um integrante do PCC teria muito mais capacidade (e obrigação) de se manifestar, contra “excessos”, “injustiças” e “covardias” durante abordagens. Para isto, há a necessidade de ser um bom argumentador, isto é, convencer discursivamente os policiais militares que o estão abordando de maneira “injusta” ou “covarde”, e de que é este tipo de ação da Polícia Militar que engendra os enfrentamentos militarizados (“guerras”) como os de 2001, 2006 e 2012. No caso de cidades como São Carlos, onde os policiais são conhecidos da população em geral, as ameaças às suas famílias podem

⁶⁷ Grupamentos especiais da Polícia Militar e em especial a ROTA parecem desempenhar um papel central nos episódios deste conflito com o PCC.

⁶⁸ Neste ponto, a utilização da expressão “de rotina” para designar a atuação da PMESP tem como objetivo diferenciá-la dos períodos caracterizados pelos enfrentamentos militarizados como os ocorridos em 2012.

ser empregadas. Um exemplo disto é um episódio vivenciado por Alfa e que foi relatado durante a pesquisa de campo. Alfa, durante uma abordagem que sofreu em meio a uma sequência de ações da Polícia Militar contra sua casa (e sua família) com o objetivo de intimidá-lo, fala para os policiais militares: “não mexa com a minha família, que não tem nada a ver com os meus negócios, que eu não mexo com a sua, que eu sei onde mora”.

De maneira geral, os policiais militares entrevistados durante a pesquisa são unânimes em afirmar que a preocupação do profissional da polícia com sua segurança pessoal foi intensificada. Neste sentido, os “ataques de 2006” configuram um marco importante. Após este marco, não haveria mais “sossego”. Ressalta-se a atenção com os momentos de entrada e saída de casa na volta do trabalho, assim como durante a estadia em qualquer local público. A necessidade que o policial, principalmente o policial militar, tem de estar atento e precavido em seu período de folga foi reforçada.

Outro elemento que reforça a análise das relações entre indivíduos que participam das dinâmicas criminais e a Polícia Militar no período após os “ataques de 2006” é o fato de que muitos indivíduos abordados pela Polícia Militar se utilizam de variadas estratégias para afirmar que integram o PCC. Na visão dos policiais militares entrevistados, os indivíduos que realmente fazem parte do PCC não manifestam sua filiação. Contudo, os indivíduos que afirmam integrar o PCC durante as abordagens, se utilizam desse blefe como estratégia de amedrontamento dos policiais militares. Dito de outra forma, muitos indivíduos que não são efetivamente integrantes do PCC se utilizam de discursos e tatuagens com referência ao PCC como forma de empoderamento em uma situação de abordagem e se colocar em condições de negociar os termos e os resultados da abordagem.

Fica evidenciado, portanto, como a análise dos eventos da segunda metade de 2012 em São Carlos não poderiam ser entendidos apenas por meio da análise das relações localmente desenvolvidas. A dinâmica social do bairro foi claramente atravessada pela lógica de um conflito que se desenha em um nível de análise macro. Da mesma forma, a compreensão a maior capacidade de negociação dos termos da abordagem por parte de agentes “envolvidos” com o PCC, e a consequente diminuição na percepção da violência durante as abordagens, foi possível apenas recorrendo-se à análise de lógicas mais amplas.

Nota-se a importância dos períodos de “guerra” entre Polícia Militar e PCC na regulação das relações entre estes dois atores sociais, equacionando temporariamente

seu conflito e devolvendo-o a um patamar menor de acúmulo de violência letal. A análise conseguiu evidenciar nas relações microcontextualizadas, como os momentos de abordagem da Polícia Militar, como os integrantes do PCC operacionalizam a referência aos enfrentamentos militarizados como mecanismo de negociação dos termos e resultados da abordagem.

Uma ressalva é necessária: não é possível entender plenamente como se desenvolvem as relações entre instituições estatais de gestão do crime e da violência e o PCC fora do sistema prisional sem entender como elas se dão dentro deste sistema. O PCC surgiu dentro do sistema prisional paulista e os indivíduos considerados publicamente pelo governo do estado como seus principais integrantes ainda estão em presídios. Neste sentido, em relação ao Regime Disciplinar Diferenciado, onde a possibilidade da colocação de integrantes importantes do PCC sob o Regime Disciplinar Diferenciado (um regime mais rígido para o presidiário) seria um elemento importante no equilíbrio de forças entre SAP (e o governo do estado, de forma geral) e PCC, Dias argumenta:

(...) deve-se considerar as relações do PCC com o Estado na compreensão das oscilações entre períodos estáveis e instáveis nas prisões. Nessas relações, a (re)ação do Estado diante da desmoralização sofrida em 2001 constitui importante elemento balizador, conferindo um poder de negociação que teria levado à efetivação de acordos com as lideranças do PCC. Ainda que negada pelas autoridades estaduais, a informação a respeito de acordo e negociação entre ela e o PCC circulava livremente nos corredores e salas das unidades prisionais, tendo como fonte não apenas os presos, mas também diretores e funcionários. Na medida em que o PCC expôs publicamente sua existência em 2001, sua relação com o Estado também sofre profundas alterações, obrigando o seu reconhecimento e sua constituição como ator central para a manutenção da ordem social nas prisões, o que lhe confere um lugar privilegiado para o diálogo, acordo ou acomodação com o poder público, como quer que se denomine esta relação. De qualquer forma, se acordos existiram, a principal moeda de troca possuída pelo governo estadual era o RDD, considerado a principal medida contra a organização. Por ora, basta registrar que esses acordos podem estar relacionados ao “período de paz” compreendido entre 2002 e 2004. E, ainda, independentemente da existência desses supostos acordos e de seu conteúdo, é fato que houve uma ruptura em 2005, quando a violência e a instabilidade retornaram ao seio do sistema prisional de São Paulo, culminando com a grave crise de 2006 (...) (2011, p.172-173).

Nota-se, portanto, a impossibilidade de compreender plenamente os processos que envolvem o PCC apenas se atentando para as dinâmicas externas aos presídios paulistas. Entretanto, o estudo aprofundado das relações dentro do sistema prisional está

além do escopo desta pesquisa, e a utilização das indicações fornecidas pela bibliografia nos ajudam a compor um quadro de análise mais ampla.

As estratégias estatais de controle do crime

Aqui apontamos alguns questionamentos relativos a uma possível “divisão do trabalho” entre as polícias estaduais, sem prejuízo de suas já distintas atribuições constitucionais. Desta forma, o trabalho de “levantamento de informações” da PM, em sua diversidade de atividades, quando contraposto à atividade investigativa da Polícia Civil nos incentiva a refletir sobre as diferenças entre os tipos de crimes aos quais cada instituição se dedica. Haveria aí certa “divisão do trabalho” entre as polícias? A princípio, uma possível divisão seria com relação aos crimes ditos “comuns” e de “menor potencial ofensivo” e os crimes associados ao “crime organizado”.

Segundo o delegado entrevistado, a Polícia Civil em cada Seccional, além dos Delegacias de Polícia (DP) territoriais que também investigam crimes, haveria delegacias especializadas, como a DIG (Delegacia de Investigações Gerais) e a DISE (Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes), que se dedicam a investigação de crimes de “maior repercussão” e apoiam as atividades investigativas dos DP. Assim, crimes de homicídios mais “corriqueiros” na cidade, isto é, com “motivações passionais” ou “motivo torpe”, parecem ser esclarecidos em sua quase totalidade pela DIG.

Nos homicídios de grande repercussão (caso da execução do PM e da chacina em São Carlos) a DIG intensificaria o trabalho para fornecer respostas rápidas a opinião pública, com impactos importantes e necessários na “sensação de segurança da população”.

Outras questões seriam ainda: Qual seria então o papel da DISE, se a maior parte das apreensões por entorpecentes parecem acontecer em flagrante pela PM? A PM faria esse “levantamento de informações” para identificar traficantes? A indicação aqui é a de que esse “levantamento de informações” é direcionado ao tráfico de drogas e ao “crime organizado”, talvez no sentido de fornecer elementos para ensejar abordagens ou flagrantes.

Quando se trata do “crime organizado”, o objetivo seria identificar pessoas e redes, mas parece que a principal estratégia está na atividade de prisão por tráfico de

drogas. A SAP entraria em cena somente após a prisão do sujeito, mas também parece desempenha um papel importante nessa dinâmica. Outros atores com papel importante seriam Ministério Público, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Militar Rodoviária.

Aqui, é possível um último apontamento: por detrás das estratégias adotadas para a “gestão” do chamado “crime organizado”, reside uma imagem do que é o PCC, como ele funciona e como se estrutura. A estratégia eleita seria a de combater a estruturação financeira da facção (tráfico de drogas), identificar e monitorar seus integrantes. Contudo, resta a percepção que não se trata de prender agentes bem posicionados nas estruturas financeiras das redes criminais da droga. Antes, seriam presos os agentes posicionados nas franjas das redes econômicas do crime, cujas mães precisam “esmolar” no CCE o uso do telefone para o contato com advogados no processo de prisão dos filhos. O discurso institucional afirma reprimir a estrutura financeira do PCC, mas não se tem notícia de abalo financeiro das redes criminais da droga. Inconsistências entre discurso oficial e prática indicam que é preciso continuar a pesquisas as ambivalências do controle do crime.

Referências

ADORNO, S. *A gestão urbana do medo e da insegurança*. São Paulo, 281 p. Tese (Livre-Docência). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

_____. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. *Jornal de Psicologia-PSI*, n. abril/jun, 2002, p. 7-8.

_____. e SALLA, F. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 61, set./out., 2007, p.7-29.

_____. Monopólio estatal da violência. In: LIMA, R. S.; RATON, J. L.; AZEVEDO, R. G. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto. 2014, p. 487 – 497.

ALVAREZ, M., SALLA, F., NUNES, C. Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 25, n. 1, 2013, p. 61-82.

BAYLEY, D. *Padrões de policiamento*. São Paulo: Edusp, 2006

BEATO FILHO, Claudio. Políticas públicas de segurança e a questão policial. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 13, n.4, 1999, p.13-27.

BIONDI, K. *Junto e misturado: uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome/Fapesp, 2010.

_____; MARQUES, A. Memória e historicidade em dois “comandos” prisionais. *Lua Nova*, São Paulo, nº 79, 2010, p. 39-70.

BRANDÃO, C. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. In: ORTEGA, A.; ALMEIDA FILHO, N. (orgs). *Desenvolvimento territorial: segurança alimentar e economia solidaria*. Campinas: Alínea, 2007

BRETAS, M. L. Observações sobre a falência dos modelos policiais. *Tempo social*, São Paulo: USP, vol. 9, 1997, p. 79-94

BRONZO, C. Intersetorialidade, autonomia e território em programas municipais de enfrentamento da pobreza: experiências de Belo Horizonte e São Paulo. *Revista Planejamento em Políticas Públicas*, Brasília, n. 35, 2008

BUENO, S. *Bandido bom é bandido morto: a opção ideológico-institucional da política de segurança pública na manutenção de padrões de atuação violentos da polícia militar paulista*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo), Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2014.

CALDEIRA, T. *Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp 34, 2000.

CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. In: ZALUAR, Alba. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980

COELHO, E. C. A criminalidade urbana violenta. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol 31, nº 2, p. 145 – 182, 1988.

COSTA, A. Como as democracias controlam as policiais: os mecanismos institucionais de controle da atividade policial. *Revista Novos Estudos Cebrap*, v. 70, n.3, 2004.

_____; LIMA, R. S. Segurança Pública. In: LIMA, R. S.; RATON, J. L.; AZEVEDO, R. G. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto. 2014, p. 482 – 490.

DIAS, C. N. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação da dominação do PCC no sistema carcerário paulista*. São Paulo, tese de doutorado em sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

ELIAS, N. e SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000

_____. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *O processo civilizador: Volume 1 – Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

_____. *O processo civilizador: Volume 2 – Formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993

FELTRAN, G. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Ed. Unesp / CEM, 2011.

_____. O legítimo em disputa: as fronteiras do mundo do crime nas periferias de São Paulo. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 1, 2008, p. 93-126.

FERNANDES, H. *Política e segurança*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.

_____. Violência e modo de vida: os justiceiros. *Tempo social, Revista de Sociologia da USP*, pp. 43-52, 1992.

GARLAND, D. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: RENAAM / ICC, 2008.

GEORGES, I. P. H. Entre participação e controle: os (as) agentes comunitários de saúde da região metropolitana de São Paulo. *Sociedade e cultura*. Goiânia, v. 14, nº 1, p. 73-85, jan./jun., 2011.

GIRARD, R. *O bode expiatório e Deus*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009.

HIRATA, D. V. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. 367 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

HOLLOWAY, Thomas H. O “saudável terror”: repressão policial aos capoeiras e resistência dos escravos no Rio de Janeiro do século XIX. *Estudos Afro-Asiáticos*, n.16, 129-140, 1989.

IPEA – Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. v. 1, Brasília, IPEA, 2011.

KANT DE LIMA, R. A cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 10, v.44, jun. 1989, p. 18-29.

_____. *A polícia na cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

_____. *Ensaio de Antropologia e de Direito*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

_____. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. *Anuário Antropológico/2009* n.2, p. 25-51, 2010.

_____; MISSE, M.; MIRANDA, A. P. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 50, p. 45-123, 2000

KOWARICK, Lúcio. Viver em Risco sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. *Novos Estudos*, nº 63, São Paulo, CEBRAP, pp 1-40, 2002

LEAL, V. N. *Coronelismo enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. (1949) 2.ed. São Paulo: Alfa – Ômega, 1975

LIMA, R. S.; RATTON, J. L. *As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos no Brasil*. São Paulo: FBSP/ANPOCS/Urbânia, 2011

MARQUES, A. Da “bola de meia” ao triunfo do “partido”: dois relatos sobre “proceder”. *Revista Ponto Urbe*, Ano 1, versão 1.0, julho, 2007

MELO, Felipe Athayde Lins. Quando o 'dentro' se mistura ao 'fora': Etnografia de Diego pelo mundo da prisão. *Revista LEVS*, no 7, 2011, p. 84-98

MESQUITA NETO, P. Policiamento comunitário: a experiência em São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, ano 7, n. 25, 1999, p.281-292

MINGARDI, G. *Tiras, gansos e trutas: cotidiano e reforma na Polícia Civil*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

_____. O trabalho de inteligência no controle do Crime Organizado. *Estudos Avançados*, 21 (67), p. 51-69, 2007

MISSE, M. (org.) *Acusados & Acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro: Renavam, 2008, 268p.

_____. *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007

_____. O papel do inquérito policial no processo de incriminação no Brasil: algumas reflexões a partir de uma pesquisa. *Sociedade e estado*, 2011, vol.26, n.1, pp. 15-27.

MACHADO, Eduardo Paes; NORONHA, C. V. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 188-221, 2002.

PAIXÃO, A. A organização policial numa área metropolitana. *Revista Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 25, n. 1, 1982, p. 63-85

PERALVA, A.; SINHORETTO, J. e GALLO, F. Economia da droga, instituições e política no Brasil: a CPI do Narcotráfico. In: TELLES, Vera da Silva; AZAIS, Christian [e] KESSLER, Gabriel. *Ilegalismos, cidade e política*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2012, pp. 199-228.

PIMENTEL, S.; SCHRITZMEYER, A.L.; PANDJIARJIAN, V. *Estupro: crime ou "cortesias"?* Abordagem sociojurídica de gênero. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1998

PINC, Tania. Abordagem policial: um encontro (des)concertante entre a polícia e o público. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, ano 1, edição 2, 2007.

PINHEIRO, P.S. Violência do Estado e classes populares. *Revista Dados: Revista de Ciências Sociais*, n. 22, 1979, p. 5-24.

_____. *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. *Soc. estado.*, Brasília, v. 20, n. 3, Dec. 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

69922005000300005&lng=en&nrm=iso>. access on 18 May 2014.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922005000300005>.

RAMALHO, J. R. *Mundo do crime: a ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 1979.

SÁ, L. D. de. Os filhos do Estado: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

_____. e SANTIAGO NETO, J. P. Entre tapas e chutes: um estudo antropológico do braculejo como exercício de poder policial no cotidiano da cidade. *O público e o privado*, n.18 jul/dez 2011

SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial: conceitos, estratégias e atores. In: SABOURIN, E. e TEIXEIRA, O. A. (orgs) *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais*. Brasília: Embrapa, 2002.

SALLA, F. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. *Sociologias*, v. 16, 2006, p. 274-307.

_____. De Montoro a Lembo: as políticas penitenciárias de São Paulo. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v.1, 2007, p. 72-90.

SAPORI, L. F.; WANDERLEY, C. B. *A relação entre desemprego e violência na sociedade brasileira: entre o mito e a realidade*. Konrad Adenauer Stiftung. A violência do cotidiano. São Paulo: Cadernos Adenauer, ano II, n. 1, 2001.

SANTOS, W. G. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SILVA, S. P. Considerações analíticas e operacionais sobre a abordagem territorial em políticas públicas. In: IPEA. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*, nº 21, 2013.

SILVESTRE, G. *Dias de visita: Uma sociologia da punição e das prisões*. São Paulo, Alameda, 2012.

_____; SCHLITTLER, M. C. e SINHORETTO, J. *Notas sobre as estratégias estatais de controle do crime em São Paulo*. Trabalho apresentado no 37º Encontro Anual da Anpocs, Águas de Lindóia, São Paulo, 2013.

SINHORETTO, J. *Os justiçadores e sua justiça: Linchamentos, costume e conflito*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 2002, 207p.

_____. *A justiça perto do povo: reforma e gestão de conflitos*. São Paulo: Alameda, 2011.

_____. Controle social estatal e organização do crime em São Paulo. *Dilemas*, v. 7, p. 167-196, 2014.

_____. Seletividade penal e acesso à justiça. In: LIMA, R. S.; RATON, J. L.; AZEVEDO, R. G. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 400-410.

SOUZA, Luiz Antônio Francisco (org.). *Políticas de segurança pública no estado de São Paulo: situações e perspectivas a partir das pesquisas do Observatório de Segurança Pública da UNESP*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Modernidade tardia e violência. In: LIMA, R. S.; RATON, J. L.; AZEVEDO, R. G. *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 16 – 25.

TELLES, V.; CABANES, R. (org.) *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Ed. Humanitas, 2006, 442p.

_____. *A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal*. Belo Horizonte, Argvmentvm: 2010.

VARGAS, J. *Crimes sexuais e sistema de justiça*. São Paulo: IBCCRIM, 2000.

WIEVIORKA, Michel. Violência hoje. *Ciênc. saúde coletiva*. Rio de Janeiro, v. 11, supl. 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000500002&lng=en&nrm=iso>. access on 18 May 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232006000500002>

ZALUAR, A. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan e UFRJ, 1994.

_____. Violência e crime. In: Miceli, S. (Org). *O que ler na ciência brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré; ANPOCS, 1999, p. 13-107.